

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CEATEC – CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PORSURB-ARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

MARIANA TEALDI SANT'ANNA

ALTERNATIVAS PROJETUAIS PARA FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E
AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO PICO COLECTIVO/
VENEZUELA

CAMPINAS
2021

MARIANA TEALDI SANT'ANNA

**ALTERNATIVAS PROJETUAIS PARA FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E
AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO PICO COLECTIVO/
VENEZUELA**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Vera Santana Luz

CAMPINAS
2021

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4 S232a	<p>Sant'Anna, Mariana Tealdi</p> <p>Alternativas projetuais para fragilidades socioespaciais e ambientais na América Latina: estudo de caso PICO Colectivo/ Venezuela / Mariana Tealdi Sant'Anna. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.</p> <p>120 f.: il.</p> <p>Orientador: Vera Santana Luz.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Planejamento urbano. 2. Política urbana. 3. América Latina. I. Luz, Vera Santana. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD - 22. ed. 711.4</p>
----------------	--

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO

Alternativas projetuais para fragilidades socioespaciais e ambientais na América Latina: estudo de caso PICO Colectivo/ Venezuela

Autora: Mariana Tealdi Sant'Anna

Orientadora: Profa. Dra. Vera Santana Luz

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Dissertação:



Profa. Dra. Vera Santana Luz
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Samora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Lizete Maria Rubano
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Campinas, 23 de Fevereiro de 2021

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001.

Agradeço à Vera que em uma relação que se tornou quase familiar me ajudou a regar a sementinha que plantamos com o Antônio durante a graduação;

Aos professores geniais que me acompanharam e me alimentaram com a fome de buscar alternativas em nossas discussões sobre o mundo e aos funcionários da PUC que tanto me ajudaram quando eu não fazia ideia do que estava fazendo;

Aos meus pais e irmãs que estiveram ao meu lado em cada segundo me lembrando que no final tudo ia dar certo e, se não desse, eles estariam ali do mesmo jeito;

A todos os meus amigos- que são tantos que eu não consigo nem citar aqui- que me estenderam a mão e me puxaram para cima sempre que estive para baixo. Vinícius, Letícia, Guilherme: vocês são essenciais para eu me lembrar como se respira quando me sinto debaixo d'água.

Me sinto privilegiada por tantas apostas a meu favor e tanto apoio de pessoas que eu tenho como ídolos. Não sei nem a quem agradecer pelo meu círculo pessoal e profissional ser cercado de pessoas tão iluminadas. Eu tenho muita sorte!

Resumo

Luta política por liberdade e a importância de um diálogo horizontal entre o saber técnico e a cultura popular são temas concernentes à Pesquisa que busca encontrar, através de um estudo de caso - o coletivo arquitetônico venezuelano PICO Colectivo -, alternativas metodológicas e projetuais a fenômenos da segregação socioespacial em países dependentes na América Latina, no sentido de trazer dignidade e fortalecimento da noção de pertencimento nas comunidades em que se inserem.

Para tal, a Pesquisa, estruturada em cinco capítulos, investiga especificidades políticas e urbanísticas venezuelanas visando entender como as mesmas se articulam como contexto ao estudo de caso em suas ações projetuais; faz uma ponte entre fenômenos da segregação socioespacial venezuelana coincidentes a outros países dependentes latino-americanos para que seja possível vislumbrar hipóteses de replicação da metodologia do estudo de caso nestes territórios; e levanta temas advindos das ciências sociais como a luta pela liberdade e pertencimento, por processos pedagógicos equivalência dos saberes, assim como o conceito de norte e sul global, substancializando a importância de um diálogo horizontal em práticas como as do estudo de caso.

Com a investigação de princípios e processos do estudo de caso PICO Colectivo, coletivo multidisciplinar, objetivou-se a construção de um inventário que pressupõe hipóteses de replicabilidade circunstanciada a especificidades de outros países pertencentes ao Sul Global, conforme torizado por Boaventura Sousa Santos. Busca-se a compreensão de uma metodologia de integração das camadas populares entendendo-se que ninguém percebe e abarca melhor as dinâmicas e necessidades de um lugar do que quem o vivencia e que tal saber é imprescindível para uma arquitetura igualitária que vise contribuir positivamente para a transformação de lugares precarizados pelas consequências do sistema hegemônico perverso.

Deseja-se a reflexão sobre o nosso papel, primeiramente enquanto pertencentes a uma sociedade segmentada e como profissionais de arquitetura e urbanismo, na superação de ações replicantes do comportamento do sistema vigente de acumulação de capital. Indaga-se se seria possível, para uma profissão tão dependente de investimento, seja público ou privado, encontrar alternativas metodológicas, projetuais e técnicas que olhem para o território e fomentem transformações estruturais de caráter político.

Palavras-Chave: PICO Colectivo; projeto participativo; América Latina; lugar; direito à cidade.

Abstract

Political struggle for freedom and the importance of a horizontal dialogue between technical knowledge and popular culture are themes concerning to this research that seeks to find, through a case study - the Venezuelan architectural collective PICO Colectivo -, methodological and design alternatives to the phenomena of socio-spatial segregation in dependent countries in Latin America, in order to bring dignity and strengthen the notion of belonging in the communities in which they operate.

To achieve this, the research is structured in five chapters that investigate Venezuelan political and urban specificities in order to understand how they are articulated, as a context, for the case study in its project actions; it bridges the phenomena of Venezuelan socio-spatial segregation coinciding with other dependent Latin American countries, so that it is possible to envision hypotheses for replicating of the case study methodology in these territories; and it raises themes arising from the social sciences such as the struggle for freedom and belonging, through pedagogical processes and knowledge equivalence, as well as the concept of the north and global south, substantiating the importance of a horizontal dialogue in practices such as those of the case study.

With the investigation of the principles and processes of the PICO Colectivo case study, a multidisciplinary collective, the aim was to build an inventory that presupposes hypotheses of replicability that may consider other countries specificities, belonging to the Global South concept, as supported by Boaventura Sousa Santos. We seek to understand a methodology that integrates popular strata considering that no one perceives and embraces the dynamics and needs of a place better than those who inhabit it and that such knowledge is essential for an egalitarian architecture that aims to contribute positively to the transformation of places damaged by the consequences of the perverse hegemonic system.

We wish to reflect on our role, primarily as part of a segmented society and as professionals in architecture and urbanism, in overcoming actions that replicate the behavior of the current capital accumulation system. It is questioned if it would be possible, for a profession so dependent on investment, whether public or private, to find methodological, design and technical alternatives that look at the territory and foster structural transformations in a political way.

Keywords: PICO Colectivo; participatory project; Latin America; place; right to the city.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Localização das intervenções do programa Espacios de Paz.....	65
Figura 2 – Protótipos residenciais desenvolvidos pelo programa Casas do Bairro na experiência realizada na comunidade Los Sin Techo. Na legenda observa-se o nome do ocupante da habitação e o(s) arquiteto(s) responsável(is)	66
Figura 3 – Casa comum	69
Figura 4 – Planta térreo	70
Figura 5 – Planta superior: casa comum.....	71
Figura 6 – Unidade gastronômica.....	73
Figura 7 – Esquema: estação jardim.....	74
Figura 8 – Mapa: intervenções do PICO Colectivo na Venezuela	75
Figura 9 – Mapa: intervenções do PICO Colectivo na Venezuela - zoom.....	75
Figura 10 - Mapa: estruturas territoriais	76
Figura 11 – Mapa: plataformas de desenvolvimento coletivo.....	77
Figura 12 – Mapa: dispositivos funcionais.....	77
Figura 13 – Perspectiva ilustrativa do projeto Poliesportivo Reduzido	79
Figura 14 – Marcos Coronel e Estelle Poisson com a mesa de trabalho	80
Figura 15 – Da esquerda para a direita: habitar o terraço e varanda parasita.....	81
Figura 16 – Paisagem urbana de Barquisimeto, Venezuela	83
Figura 17 – Mapa: intervenções do PICO Colectivo na Venezuela. Destaque: Barquisimeto	85
Figura 18 – Paisagem urbana de Barquisimeto, Venezuela	86
Figura 19 – Paisagem urbana de Barquisimeto, Venezuela	87
Figura 20 – Protótipos residenciais realizados no programa Habitações Produtivas do Bairro	88
Figura 21 – Protótipo residencial número 11 realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro em Baquisimeto, Venezuela	89
Figura 22 – Protótipo residencial número 06 realizado no programa de Habitações Produtivos do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.....	90
Figura 23 – Protótipo residencial número 12 realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.....	91
Figura 24 – Protótipo residencial número 01 em construção realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.....	92

Figura 25 - Protótipo residencial número 01 em construção realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.....	92
Figura 26 - Esquema de construção do protótipo residencial número 01 realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.....	93
Figura 27 - Protótipo residencial número 01 em construção realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.....	94
Figura 28 - Vista do bairro do Petare; ao centro intervenção Núcleo Cultural La Ye	94
Figura 29 - Vista de cima da intervenção Núcleo Cultural La Ye	95
Figura 30 - Vista exterior da intervenção Núcleo Cultural La Ye.....	97
Figura 31 - Entrada da intervenção Núcleo Cultural La Ye	98
Figura 32 - Esquema de elementos construtivos para envoltória de fechamento da quadra na intervenção Núcleo Cultural La Ye	99
Figura 33 - Planta superior e térrea da intervenção Núcleo Cultural La Ye	100
Figura 34 - Interior da intervenção Núcleo Cultural La Ye	100
Figura 35 - Etapas construtivas da intervenção Núcleo Cultural La Ye	102
Figura 36 - Vista externa do edifício Omar Torrijos, onde foi realizada a intervenção Cineteca	104
Figura 37 - Vista externa da intervenção Cineteca.....	105
Figura 38 - Intervenção atuando como Cineteca e espaço recreativo para as crianças do edifício	106
Figura 39 - Equipe de construção da intervenção Cineteca.....	107
Figura 40 - Etapas construtivas da intervenção Cineteca	108

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Sistematização das intervenções do PICO Colectivo até 2017	62
Tabela 2 - Sistematização das informações do projeto Habitações Produtivas de Bairro em Barquisimeto.....	83
Tabela 3 - Sistematização das informações de projeto julgadas como importantes para maior clareza de entendimento segundo a autora.	96
Tabela 4 - Sistematização das informações de projeto julgadas como importantes para maior clareza de entendimento segundo a autora	103

Lista de Abreviaturas

CVP - *Corporación Venezolana de Petróleo*

FMI - Fundo Monetário Nacional

MoMA - *Museum of Modern Arts*

MUD - *Mesa de la Unidad Democrática*

ONU – Organização das Nações Unidas

ORVE - Organização Venezuelana

PICO – Projeto de Interesse Comum

PSUV - Partido Socialista Unido da Venezuela

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A VENEZUELA COMO PAÍS DEPENDENTE.....	19
CAPÍTULO 2 - APONTAMENTOS SOBRE O FENÔMENO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL LATINO-AMERICANA A PARTIR DA VENEZUELA	28
CAPÍTULO 3 - PELO DIREITO DE SER.....	42
3.1 Colonialismo insistente.....	43
3.2 Racionalidade eurocêntrica e pluralismo jurídico	44
3.3 Ideologias.....	48
3.4 Indicadores de esperança	50
3.5 Luta utópica	53
CAPÍTULO 4 - PICO COLECTIVO.....	58
4.1 Estruturas territoriais.....	64
4.2 Plataformas de Desenvolvimento Coletivo.....	68
4.3 Dispositivos funcionais.....	72
4.4 Tudo se conecta	75
CAPÍTULO 5 - PICO COLECTIVO - ESTUDOS DE CASO	83
5.1 Habitações produtivas no bairro	83
5.2 Núcleo cultural de la ye	94
5.3 Cineteca	102
CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

Alternativas projetuais para fragilidades socioespaciais e ambientais na América Latina: estudo de caso PICO Colectivo/ Venezuela é uma pesquisa que busca, de forma dialética, explorar soluções arquitetônicas que dignificam o território em que são inseridas, levantando uma discussão sobre a influência dessas obras na busca por pertencimento e entender consequências da segregação socioespacial em países dependentes latino-americanos.

Pretende-se, a partir de um estudo de caso localizado, uma correspondência à reflexão sobre problemas de caráter estrutural e sistêmico de processos de urbanização de territórios periféricos dependentes, cujas regiões desassistidas revelam, pela estratificação socioespacial, sua precariedade e exclusão e se fundamentam como projeto de país – onde o capital e o Estado fazem alianças espoliativas pela superexploração do trabalho e superexploração dos recursos naturais e onde a renda da terra urbana é um instrumento de acumulação e poder. Diante da hipótese desse estado da arte mundializado, espera-se confirmar possibilidades de autonomia imediata que possam gerar resistências e insurgências potentes de enfrentamento do status quo, construído de forma hegemônica, a partir do estudo de caso do PICO Colectivo em seus princípios, metodologias e práxis social, como universo possível para a arquitetura na condição sistêmica de urbanização precária em países latino-americanos.

O objeto de estudo, o PICO Colectivo, é um coletivo de arquitetura venezuelano que se define como uma estrutura de ação política e territorial que aposta no desenvolvimento de estratégias e operações de infraestrutura – englobando neste termo o projeto de arquitetura - em ambientes onde ocorrem conflitos urbanos não convencionais. Fundado em 2011 busca trazer à tona, em diversas obras, o debate sobre o papel da arquitetura e como a disciplina pode ser uma alternativa ao descaso do Estado em áreas fragilizadas da cidade.

Perguntas como “Quais são os tipos de negociações que podem ser implantadas no bairro? Como são produzidas? Como são remuneradas? E como são mantidas ao longo do tempo?” são incógnitas da participação popular. Resolver esse paradoxo envolve, segundo o coletivo, promover novas relações produtivas, refutando o acordo de coexistência dominante pré-estabelecido, para estabelecer uma rede complexa de múltiplas associações complementares baseadas na cooperação e no engajamento social (PICO Colectivo, 2017).

A dissertação se estrutura em cinco capítulos: Considerações sobre a Venezuela como país dependente, Apontamentos sobre o fenômeno de segregação latino-americano a partir da Venezuela, Pelo direito de ser, PICO Colectivo e PICO Colectivo - estudos de caso.

No primeiro capítulo busca-se apresentar algumas especificidades norteadoras do processo de urbanização venezuelano, tendo como pano de fundo seu modelo econômico de exportação de commodities, especialmente do petróleo, as crises políticas advindas de pressões internas e internacionais e consequências no panorama socioespacial das cidades.

O segundo capítulo consiste em uma ponte entre a particularidade venezuelana e efeitos coincidentes da segregação socioespacial em países dependentes, principalmente latino-americanos.

O terceiro capítulo tem como referência noções advindas das ciências sociais, especialmente autores que discutem fundamentos sobre pertencimento de classes subalternas e comunidades em seus territórios. Para tanto, elegeu-se teorias de Boaventura Souza Santos, especialmente hipóteses das Epistemologias do Sul e de Paulo Freire, com respeito à educação como forma de liberdade perante a opressão de classe, como luta utópica contra hegemônica. Pretende-se que os parâmetros lançados por esses autores possam ser guias para a leitura do estudo de caso, situando-o dentro de um campo maior do pensamento libertário, em moldes alternativos aos associados à noção estrita de progresso a partir do sistema de produção capitalista, da divisão de classes e acumulação - matriz de pensamento único, onde o desenvolvimento econômico industrial e financeirizado rege a disputa global e local por territórios e seus recursos humanos e ambientais.

O quarto capítulo apresenta o PICO Colectivo como alternativa arquitetônica/ projetual conjuntural perante problemas estruturais referenciados nos capítulos anteriores, a partir da produção de um panorama de obras realizadas, dos territórios de inserção, metodologias de participação, formas de financiamento, espacialidades, programas, materiais e técnicas construtivas elencados, onde a investigação crítica possa indicar o alcance de suas práticas e pressupostos conceituais.

No último capítulo foi realizada a eleição de determinados estudos de caso a partir de características das ações projetuais e da prática social envolvida. Procura-se o aprofundamento e a análise crítica dos métodos aplicados e de seus resultados, perante a hipótese lançada de que possa haver evolução a partir de projetos conjunturais, mesmo de pequeno porte, com caráter ativista, como mediação entre a possibilidade de conferir autonomia e qualidade de vida comunitária imediata e reforço de conscientização política. Tem-se como premissa o fio da navalha de apaziguamento de conflitos e do risco de ações conjunturais servirem, ao final, como atenuantes perante a obrigação de suprimento do Estado.

Tem-se, portanto, como resultados, discutir possibilidades de ação conjuntural participativa perante a insuficiência do papel do Estado, investigar o estudo de caso PICO Colectivo

como fomentador de ações em direção à constituição de autonomia imediata que possam gerar resistências ou insurgências potentes de enfrentamento do status quo e contribuir para a investigação de princípios, metodologias e práxis social, como universo possível para a arquitetura na condição estrutural de urbanização precária de territórios periféricos dependentes, caracterizados por estratificação socioespacial, considerando-os como processos sistêmicos em países latino-americanos.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A VENEZUELA COMO PAÍS DEPENDENTE

Primeiramente é importante discutir aspectos sobre qual território o estudo de caso desta pesquisa se debruça. Nesse sentido este capítulo busca entender fatores estruturantes que determinam a situação em que se encontra a República Bolivariana da Venezuela, cujos aspectos podem indicar paralelismos no universo da América Latina como território marcado pelo neocolonialismo e dependência. Como afirma Fábio Luís Barbosa dos Santos:

A Venezuela revela, em sua trajetória ao longo do século XIX, similaridades com os países da região, onde os entraves geográficos, sociais, políticos e econômicos para a afirmação do Estado Nacional se expressaram em recorrentes conflitos civis. (SANTOS, 2019, p. 25)

A estrutura sociopolítica venezuelana se viu passar por diversas fases, tanto de esperança quanto de duras repressões militares e ditatoriais, dicotomia que se percebe inclusive em discursos de seu líder mais significativo, Hugo Chávez, em dois momentos distintos. Em 1998, em sua primeira vitória via eleições, o líder defendia um governo que não fosse nem socialista nem capitalista, aos moldes do britânico Tony Blair: como uma hipótese humanista. Dez anos após, perante a experiência concreta de uma trajetória com ambiguidades e repleta de pedras opostas e tentativas de golpe, Chávez reformula seu discurso e passa a defender a criação de um caminho socialista para seu país pois, segundo ele, apenas assim a Venezuela alcançaria sua liberdade (SANTOS, 2019, p. 23).

Segundo Santos (2019), a eleição de Hugo Chávez em 1998 significou a primeira vitória de um candidato efetivamente contrário a políticas neoliberais em curso na América Latina e, para situarmos em qual circunstância estava o país quando isso ocorreu, é importante considerar uma particularidade determinante da economia venezuelana, o petróleo.

Retrocedendo ao início do século XX, a política do país se viu centralizada nas mãos do general Cipriano Castro (1889-1908) e, principalmente, de Juan Vicente Gómez (1908-1935) que, apesar de promessas democráticas, tomou o poder a partir de um golpe palaciano e, segundo Maringoni (2009, p. 44), transformou a Venezuela em um “feudo privado”. Como seu primeiro ato, Gómez apelou para a proteção das forças norte-americanas e em contrapartida abriu o país ao capital estrangeiro entrando no jogo internacional do capital; em seu governo o país transmutou a economia de agrícola para petroleira, conquistando em apenas duas décadas grande importância estratégica no mundo capitalista (MARINGONI, 2009).

Descoberto em 1878, na província de Táchira, o petróleo começou a ser extraído quatro décadas depois, por empresas estrangeiras que convenceram Gómez a criar uma legislação que as assegurassem fiscal, administrativa e politicamente. Em troca, o Estado teria posse das jazidas e ficaria com 15% do total por elas produzido. O Estado tinha dois interesses principais: se beneficiar de impostos altos e a possibilidade de um certo controle tais negócios. A economia Venezuela, no entanto, manteve a cultura de latifúndios e, sob a premissa de que “administrar o país é como administrar uma fazenda” (GÓMEZ, apud SANTOS, 2019), distribuiu concessões de exploração a partir da *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP) entre familiares e chegados (SANTOS, 2019) e, agarrando a oportunidade de enriquecimento, Gómez rapidamente se tornou o maior proprietário individual de terras do país (MARINGONI, 2009).

Em 1920, a Venezuela já havia se tornado a maior produtora de petróleo do mundo, e tamanha prosperidade tornou a pátria bolivariana, para o deleite das elites dominantes, uma economia extrativista e importadora de bens industrializados, o que Celso Furtado definiu como “subdesenvolvimento com abundância de divisas” (FURTADO, 2008). A valorização do bolívar pela chamada doença holandesa¹ elevou o preço dos produtos agrícolas exportáveis, levando o país a se tornar um importador de alimentos, o que desencadeou a migração da população para os centros urbanos e, por consequência, a diminuição massiva das atividades produtivas (SANTOS, 2019)².

Esta ditadura foi extremamente violenta e repressora com as classes sociais de baixa renda e, segundo Maringoni (2009, p. 45), isto era tudo o que as empresas estrangeiras poderiam desejar no momento. Até a morte do militar em 1935 a Venezuela vivenciou um regime de

¹ Segundo Margarita López Maya (2016, p.168), “a doença holandesa é conhecida como uma enfermidade que ocorre nas economias nacionais devido aos efeitos de uma entrada massiva de divisas (dólares), que geralmente provém do pagamento de uma matéria-prima no mercado internacional como petróleo, cobre ou gás natural. Essa entrada leva a uma sobrevalorização da moeda que, se não freada, arruína o aparato produtivo, principalmente o industrial.” Tradução livre da autora do texto original: “Se conoce como enfermedad holandesa un mal que ocurre en economías nacionales por los efectos de una entrada masiva de divisas (dólares), que suelen provenir del pago una materia prima en el mercado internacional como petróleo, cobre o el gas natural. Esta entrada acarrea una sobrevaluación de la moneda que, si no frena, va arruinando el aparato productivo, sobre todo el industrial.”

² De modo indireto e preliminar, podemos desde já inferir, para o escopo de interesse desta Pesquisa, que as ações do PICO Colectivo vêm a ser em grande parte orientadas para estas populações migradas em suas escassas possibilidades de ocupações socioespaciais no território urbano. Estudos de relações mais profundas dessa articulação fogem aos objetivos deste estudo. possibilidades de ocupações socioespaciais no território urbano. Estudos de relações mais profundas dessa articulação fogem aos objetivos deste estudo.

latifúndio que dominava 80% do país, numa aliança entre as elites, que formavam uma tríade – burguesia comercial, bancária e latifundiária - em um pano de fundo onde se tinha intensa repressão como resposta a protestos que se viam contrários aos caminhos que sua pátria estava trilhando. Neste período também se formavam novas classes sociais: o proletariado petroleiro urbano, a burguesia em seu princípio e os pequenos e médios proprietários rurais (MARINGONI, 2009).

Após o governo Gómez, a presidência venezuelana foi assumida por seu ministro da marinha, Eleazar López Contreras que, apesar de nunca ter se posicionado contra o ex-presidente, não era considerado um *gomezista* na forma de pensar a organização do país. Quando tomou posse, encontrou uma Venezuela já urbanizada e com a classe trabalhadora em formação, o que veio a desencadear o movimento das massas, um fenômeno novo ao estado. O governo de Contreras foi considerado contraditório e de transição para uma “saída progressiva à democracia liberal burguesa moderna” (ZAVALA, 1977 apud MARINGONI, 2009, p. 47).

Para tentar conter os ânimos e continuar com o apoio das classes dominantes - que desejavam prolongar a ditadura de Gómez -, o militar suspendeu as garantias constitucionais logo que entrou no governo, o que só aumentou a insatisfação popular e gerou mais revoltas que exigiam a verdadeira democratização do país, resultando no surgimento de diversas organizações políticas, como a ORVE (Organização Venezuelana), que tinha, entre seus integrantes, peças-chave para a política venezuelana da segunda metade do século (MARINGONI, 2009).

A combinação da dissipação da atividade agrícola e o foco na extração de petróleo teve um papel fundamental no modo com que a relação entre sociedade e Estado se deu. A “identificação entre nação e negócio petroleiro expressa a incidência da economia rentista em todas as esferas da sociedade venezuelana” (SALAS, 2014 apud SANTOS, 2019, p. 29). Do ponto de vista da classe trabalhadora, diversos movimentos políticos defendiam que os lucros advindos do petróleo - visto como riqueza natural do país - fossem utilizados a favor da sociedade como um todo, e não de apenas uma parcela da mesma.

Em uma sucessão de golpes, se instalou o chamado *Punto Fijo*, um pacto entre os dois maiores partidos políticos da época- a *Acción Democrática* (AD) e o COPEI- que dividiram o poder por mais de quatro décadas, até a eleição de Hugo Chávez em 1998. Tal pacto foi responsável por uma democracia num momento em que as ditaduras militares assombravam os governos eleitos em toda a América Latina. Essa exceção, portanto, apesar de permitir a estabilidade do regime, sofre diversas críticas onde se contesta a efetividade democrática num sistema altamente repressor a políticos que não se adequassem ao sistema e a quaisquer transformações estruturais na sociedade venezuelana (HIRAO, 2015).

A causa da fragilidade do pacto foi justamente a intolerância do mesmo, somada a um padrão similar no gasto público durante os diferentes governos. Estudiosos sobre o tema, como Coronil, citado por Santos (2019), chamam a atenção para além das alternâncias de governo, focando na economia do Estado, onde a renda petroleira e o interesse nacional eram descolados, gerando o enriquecimento de alguns em detrimento da corrupção generalizada. Neste momento, muitos acreditavam que o país passava por um momento de modernização, já que foram construídas enormes obras públicas, mas o que se tinha no plano de fundo era um profundo endividamento internacional e corrosão do tecido social (SANTOS, 2019).

Como o autor observa, a Venezuela vivia uma economia onde seu excedente era disputado, assim como o Estado. Havia muito interesse na distribuição da renda petroleira e, nesta perspectiva, o pacto do Punto Fijo contribuiu para que a divisão fosse exercida de maneira desigual- contemplando uma rede de benefícios aos envolvidos na prática petroleira e suas ramificações. A rede de beneficiários era extensa, gerando a falsa sensação de uma economia abrangente e este fator, somado à doença holandesa, estimulou a cultura de importação que contribuiu para a germinação de uma burguesia de comércio, e não de produção (SANTOS, 2019).

Durante as últimas décadas, como completa Soares (2003), os recursos do petróleo foram utilizados pelos poderes público e privado para a criação de uma “rede de corrupção” (SOARES, 2003, p.278). A autora resume a economia do país em um breve balanço:

Ao invés de industrialização, criou-se uma economia essencialmente mercantil. A queda no preço do petróleo a partir dos anos 80 levou a uma crise fiscal, conduzindo esse modelo à bancarrota. As tentativas de compensação foram o aumento de impostos, a desvalorização cambial e o endividamento público. O serviço da dívida passou a representar 30% do orçamento nacional com as elevadas taxas de juros para atrair investidores que financiassem o buraco nas contas públicas, estrangulando de vez a economia (SOARES, 2003, p.279).

Apesar de controlar os bastidores da produção do petróleo, o Estado não podia prever seu preço internacional e em 1980 houve uma queda brusca de sua demanda. Em 1983 a situação internacional era grave: O México e o Brasil enfrenavam crises sérias de dívidas externas, assim como a Venezuela, que, além de se endividar cada vez mais, teve sua moeda desvalorizada como consequência. Durante o governo de Jaime Lusinschi propôs-se alterações na base do pacto, como a adoção de eleições diretas para prefeitos e vereadores, mas as reformas de pouco adiantaram para retomar a confiança do governo perante a população já que, junto com a economia, a política venezuelana também estava num período descendente (MARINGONI, 2009).

Eleito novamente em 1988, Carlos Andrés Pérez tomou posse do país em um quadro preocupante para as contas públicas com as reservas do Banco Central despencando junto ao salário real, o desemprego aumentando e, para completar o cenário, acontecia uma forte fuga de capitais. Em seu programa de ação, o presidente informou à população que havia firmado um acordo com o Fundo Monetário Nacional (FMI) que exigiria grandes sacrifícios. O objetivo era a liberação de um empréstimo bilionário e sua contrapartida implicaria em maior desvalorização do bolívar somada ao congelamento de salários e aumento do preço dos produtos de necessidade básica (MARINGONI, 2009).

Com reajuste de 100%, o preço do transporte público aumentou e este foi o estopim para o protesto mais conhecido do país, o *Caracazzo*. A rebelião mais violenta contra as bases neoliberais no século XX deixou um número impreciso de mortos e durou cinco dias, sendo um marco na degradação do que ainda restava do *Punto Fijo* (SANTOS, 2019). Resistindo ao episódio, o governo aposta em privatizações em uma tentativa de salvar a economia e perde sua legitimidade o que resulta em um golpe militar liderado por Hugo Chávez em 1992 (MARINGONI, 2009).

O golpe não foi bem sucedido e Chávez foi preso ganhando muita popularidade, sendo eleito com grande margem em 1998. Sua chegada ao governo foi num momento de falência institucional onde o panorama econômico não era dos melhores. Como primeiro ato, Chávez prometeu reformar a Constituição e, encontrando diversas maneiras de influenciar nos caminhos da Constituinte, começou a sentir resistências de dentro e fora do país que se beneficiavam das brechas da lei. Em 2000 o preço do petróleo caiu no Iraque e a Venezuela atraiu compradores da China e Índia, vendo sua economia em crescimento novamente.

A segunda maior investida do governo chavista foi a edição de 49 leis. Começando pela Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, o presidente irritou a muitos membros da elite já que a nova lei era extremamente rigorosa com terras ociosas e previa a expropriação daquelas que não apresentassem prova de melhorias ou um “título suficiente de propriedade”. Indignada, a elite espalhou a alegação de que “o dispositivo legal incentivava o “caos no campo”” (MARINGONI, 2009) com o apoio da mídia e viu-se a polarização tomar conta tanto da base política quanto da sociedade.

Em um golpe que encarcerou Chávez, o empresário Pedro Carmona assumiu o país e seu primeiro ato foi o fechamento do Congresso e a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, lhe rendendo uma grande antipatia da parcela que apoiava o golpe. Carmona renunciou

o cargo dois dias depois sem apoio dos militares e da população, que organizava grandes manifestações a favor do ex-presidente, que volta ao poder com amplo apoio popular (NEVES, 2010).

Em razão do clima tenso Hugo Chávez retoma seu cargo de maneira moderada, o que não impediu que a direita continuasse com os protestos propondo uma greve geral que derrubou o PIB do país obrigando a Venezuela a importar petróleo em 2003. Os protestos causaram milhares de mortos e o presidente saiu da situação com apoio da massa, o que lhe encorajou a adotar uma estratégia ofensiva em sua reeleição, em 2006 (NEVES, 2010).

A oposição boicotou a eleição, resultando em uma Assembleia constituída inteiramente por apoiadores de Chávez. O presidente conseguiu assim aprofundar seu projeto de 1998, o *Plan Nacional Simon Bolívar*, formado por cinco eixos principais- denominados Cinco Motores Rumo ao Socialismo- cunhando a expressão Socialismo do Século XX para caracterizar o momento que seria de “superação da opressão e a concessão a setores sociais marginalizados dos instrumentos necessários para forjar um novo pacto social, em bases mais solidárias e justas” (NEVES, 2010).

A vitória sobre a oposição golpista aconteceu ao mesmo tempo em que Lula assumia a presidência no Brasil e Kirchner na Argentina, marcando uma ascensão latino-americana que foi descrita como “onda progressista”. Fortalecido, o governo venezuelano agiu em diversas dimensões com a intenção de consolidar as bases econômicas, ideológicas, sociais e políticas. No campo social, diversos programas receberam incentivo para garantir desde a alimentação básica da população quanto a educação popular em vários níveis, passando pela saúde pública e programas de habitação social. Entre 2002 e 2010 a margem de pessoas em extrema pobreza na Venezuela caiu de 22,2% para 10,7%, a taxa de desemprego caiu e a educação subiu agudamente, assim como a aposentadoria e a mortalidade infantil e desnutrição diminuíram (SANTOS, 2019).

Um dos motores do plano consistia em uma reforma constitucional e previa a alteração de 69 de 350 artigos da Constituição e a oposição o acusava de ser uma estratégia para o presidente se perpetuar no poder, sendo rejeitado no plebiscito de 2007. A publicidade do presidente com fotografias por toda a parte era vista pela direita como um personalismo excessivo, o que alimentava as denúncias de que Chávez estava próximo a conquistar um poder centralizado que marchava em direção a autocracia (NEVES, 2010). Um fator que agravou este cenário foi a formação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), que visava unir os partidos de esquerda em um só, travando uma resistência agora também entre seus apoiadores.

Chávez investiu no quinto motor do pacto, o da “explosão do poder popular”, para ampliar sua base de apoio entre a população. O plano é ampliar a participação direta da mesma em decisões do governo por meio de conselhos comunais com financiamento direto do poder popular (NEVES, 2010). Foi com a implantação das *missiones* que o governo chegou ainda mais perto do socialismo do século XX que tanto defendia.

Cada uma das missões funciona autônoma e complementarmente e estão divididas em cinco categorias: educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, desenvolvimento regional, sem contar as com enfoque na população indígena venezuelana (NEVES, 2010). A primeira missão a ser posta em prática foi a Bairro Adentro que tinha o objetivo de se fixar um ambulatório em cada região da capital ou do interior (MARINGONI, 2009). Defendia o primeiro coordenador do projeto, ex-ministro e médico Rafael Vargas:

Quase 90% das pessoas que procuram serviços de saúde apresentam problemas solucionáveis através de atendimentos de primeiros socorros. São questões que às vezes podem levar o paciente à morte, como uma desidratação ou uma infecção, com procedimentos simples, muitas vidas podem ser salvas (Rafael Vargas apud MARINGONI, 2009, p.153).

Além da Missão Bairro Adentro, o governo investiu também na venda de alimentos e cestas básicas com preços inferiores aos do mercado, a missão Robinson que eliminou o analfabetismo em 2015, diversos programas educativos e incentivo a economia popular como cooperativas e pequenos negócios. Realizou também uma ofensiva no âmbito midiático criando dois novos canais de televisão com programação cultural e informativa, já que não tinha o apoio do canal 8, principal do país na época. Ação que foi fortemente criticada pela mídia privada, que alegava restrição à liberdade de informação, mas até hoje este terreno continua em decisão legislativa (MARINGONI, 2009).

Os projetos sociais da Venezuela estão atrelados ao lucro vindo do petróleo e seu maior desafio, além de suprir as necessidades imediatas da população de baixa renda, é a reverberação disto para uma mudança efetivamente estrutural no sistema venezuelano, que permita ao país superar a sua dependência com o chamado ouro negro. É assombrada por dois paradoxos: o primeiro é a reprodução da lógica anterior por conta das limitações estruturais de mercado, como a necessidade de se importar alimentos para suprir a demanda da população; o segundo é o fato de que há um plano maciço de se aumentar a produção petroleira, - que é de onde vem o dinheiro- investimento que acaba concorrendo com o dos planos sociais (NEVES, 2010).

No ano de 2011 veio à tona a notícia de que Chávez teria passado por cirurgias em Havana para se remover células cancerígenas que haviam se formado em seu joelho. Os detalhes da saúde de Chávez nunca foram dados com clareza a população e o governante começou a ficar debilitado fisicamente por conta de outro foco de câncer, agora no abdômen, o levando a realizar diversas viagens para Cuba em prol de seu tratamento. Foi reeleito em 2012, com o percentual mais baixo de sua carreira política (55,09%) e enfrentando sua oposição agora unida em uma coligação, a Mesa de la Unidad Democrática (MUD). Não conseguiu tomar posse por sua condição física e morreu em março de 2013, quando foi convocada uma nova eleição que colocou Nicolás Maduro, seu vice, no poder com uma margem extremamente estreita de votos (MAYA, 2016).

A continuação do mercado de petróleo instável e decrescente, um presidente politicamente fraco e carismático, e uma orientação governamental errática, polarizada e surda a qualquer reconhecimento do crescente descontentamento da população, têm marcado a gestão de Maduro (MAYA, 2016, p. 169)³.

A morte de Chávez deixou um vazio político enorme na Venezuela, já que o ex-governante havia centralizado grande parte do poder e das decisões do país em suas mãos. Os fatores mencionados acima por Maya (2016), agregados ao preço flutuante do petróleo vêm contribuindo para que o chavismo perdesse importantes apoiadores, fato que se confirmou com uma derrota contundente nas eleições parlamentares de 2015 (MAYA, 2016).

Desde que Maduro se elegeu, os maiores desafios têm sido no campo econômico onde se expressa principalmente por “uma inflação ascendente, problemas de abastecimento e desajuste cambial, em que se observa uma notável disparidade entre as diferentes bandas cambiais oficiais e o preço do dólar no mercado paralelo” (LANDER, 2015 apud SANTOS, 2019, p.45). O descolamento entre o padrão de consumo e a base produtiva do país é, segundo Santos (2019), a raiz estrutural dos problemas econômicos venezuelanos e a peculiaridade do país é contar com o “fluxo líquido estável de capital estrangeiro” (FURTADO, 2008, p.46 apud SANTOS, 2019, p.45) originário da receita petroleira.

O fenômeno da doença holandesa, quando somado a “abundância de divisas”, gera distorções que na Venezuela ocasionam relações sociais “submissas ao rentismo petroleiro alicerçadas em um padrão de consumo baseado em importações e subsídios estatais” (SANTOS,

³ Tradução livre da autora do texto original: “la continuación del mercado petrolero inestable y deprimido, un presidente sin carisma y políticamente débil, y una orientación gubernamental errática, polarizada y sorda a cualquier reconocimiento del creciente descontento de la población, han marcado la gestión de Maduro.”

2019, p.46), cenário que só seria revertido se modificando a estrutura das relações sociais já cristalizadas, cuja origem remete à colonização.

CAPÍTULO 2 - APONTAMENTOS SOBRE O FENÔMENO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL LATINO-AMERICANA A PARTIR DA VENEZUELA

A partir de aspectos apresentados no capítulo anterior, procuraremos discutir a seguir algumas características associadas ao fenômeno de segregação socioespacial urbana, buscando correspondências, na hipótese de vislumbrar articulações possíveis ao caso brasileiro que poderiam ser extensíveis à Venezuela, como teorização geral, apontando para a premissa de entendê-la como fenômeno sistêmico na América Latina⁴. Busca-se articular a segregação socioespacial como tributária de um Estado cooptado ao sistema capitalista, como promotor de políticas públicas que têm como consequência um desenho urbano que não favorece a sociedade de modo equitativo, privilegiando as classes dominantes hegemônicas. Objetiva-se a discussão, compreendendo sua complexidade como assunto vastamente abordado por estudiosos especialistas no tema, para o que este capítulo pretende contribuir, supondo a segregação socioespacial como um fenômeno que possa ser recorrente em países dependentes.

Mioto (2015) defende, ainda que com algumas diferenças, que a fundação das cidades coloniais portuguesas e espanholas originou uma sociedade que busca “ser completamente dependente e sem expressão própria” (MIOTO, 2015, p. 16). Para a autora, os colonizadores negavam a preexistência sociocultural dos territórios dos quais se apossavam e tratavam a organização das novas cidades como mera extensão de terras, exercendo o papel de proprietários fundiários. Assim, o capital por eles empregado, não tinha função dinamizadora e não dava origem a novas camadas sociais como nos países centrais (MIOTO, 2015).

Segundo Golrelik (2005), seria absurdo tentar definir o conceito de “cidade latino-americana” por meio de um ideal de representação de características a ela atribuídas a qual “não pode ser tomada, então como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades existentes na América Latina” concluindo que “a cidade ‘latino-americana’ existe, mas de outra forma: não como ontologia, mas com uma construção cultural” (GORELIK, 2005, p. 112).

O sistema urbano, em sua organização, segundo Amaya (1999), “é determinado pela combinação de diferentes forças que se estruturam em diferentes condições históricas. Daí a necessidade de se analisar os contextos históricos em que se desenvolvem as forças distintas ou

⁴ Não há pretensão, nesta Pesquisa, de esgotar o tema, pelo contrário, foge ao escopo deste trabalho a demonstração cabal de correspondências comprováveis no âmbito da segregação socioespacial e precariedade urbana como fenômeno latino-americano abrangente sistematizado.

princípios organizativos” (AMAYA, 1999, p.168).⁵ O autor admite que a evolução econômica e social venezuelana não escapa do que em geral se vê em todo o continente latino-americano, exceto por uma especificidade: o petróleo (Idem, Ibidem, p. 169).

A Venezuela possuía 88% de sua população vivendo em cidades em 2011, apresentando o quarto maior índice de urbanização entre os países sul-americanos (HIRAO, 2015, p.14). A urbanização acelerada ocorreu em diversos países da América Latina e, no caso venezuelano, esteve associada à exploração petroleira, a partir de 1920 em que, segundo Amaya (1999, p. 179), o espaço regional herdado do período agroexportador sofreu grandes modificações com a chegada da atividade petroleira, atingindo em especial o padrão de distribuição geográfico populacional.

São as características econômicas dominadas pelo latifúndio, pelo senhorio rural e pelo camponês que marcam nossas relações sociopolíticas, que se transferem para a cidade, enquanto surge o senhorio urbano e o camponês passa a ser trabalhador (RAUSEO, 2017, p. 4).⁶

Embora o crescimento populacional nas cidades venezuelanas esteja ligado à política de exportação do petróleo, sua configuração urbana foi se construindo desde anteriormente com a cultura de agroexportação marcada por latifúndios, não em termos de extensão territorial, mas nos tipos de relações sociais que se estabelecem (HIRAO, 2015, p. 15). Para que tal relação seja compreendida, é preciso levar em conta a existências dos *conucos*⁷, em que o trabalhador rural tinha direito a uma parcela de terra, o que acabava por impedir sua mobilidade e dava aos proprietários controle sobre sua vida. Diminuindo o custo da produção e impedindo a criação de uma classe trabalhadora, foram assim mantidas “formas de subsistência que possibilitavam

⁵ Tradução livre da autora do texto original: “La organización y funcionamiento del sistema urbano está determinado por la combinación de diferentes principios o fuerzas que se estructuran en diferentes condiciones históricas. De allí a necesidad de analizar los contextos históricos en que se desarrollan las distintas fuerzas o principios organizativos”. (AMAYA, 1999, p. 168).

⁶ Tradução livre da autora do texto original: “Son las características económicas dominadas por el latifundio, el terrateniente rural y el campesino las que fijan los antecedentes de nuestras relaciones sociopolíticas, que luego son trasladadas a la ciudad, en tanto emerge el terrateniente urbano y el campesino se convierte en obrero”. (RAUSEO, 2017, p. 4)

⁷ Pedaco de terra que os senhores concederam aos escravos para que, em seu próprio benefício, pudessem cultivá-la ou para que ali pudessem criar animais. Livre tradução da autora do texto original: “Pedazo de tierra que los amos concedían a los esclavos para que, en provecho propio, lo cultivaran o para que en él criaran animales” (Real Academia Española disponível em < <https://dle.rae.es/conuco> > . Acesso em 16 jan. 2020)

o excedente da produção agrícola diretamente voltada ao capitalismo internacional” (HIRAO, 2015, p. 16), reproduzindo uma lógica de dependência que se espalhava por toda América Latina. Segundo Rauseo (2017), as condições precárias da vida rural nas pequenas e médias cidades venezuelanas do século XX obrigaram a população mais pobre a migrar para as cidades em busca de melhores condições sociais.

Em termos urbanos, o não assalariamento e restrição à mobilidade do trabalhador impediram a formação de povoados fora das unidades produtivas, fazendo com que a estrutura urbana do país se concentrasse nas poucas cidades vinculadas aos portos e ao comércio internacional, como Caracas, Valência e Maracaibo. (HIRAU, 2015, p. 16)

A produção de petróleo intensificou, a partir de 1920, o padrão urbano já concentrador pela produção agrícola, tendo um pico entre os anos 1940 e 1950. A instalação petroleira ocorreu sobre uma base latifundiária, resultando em uma grande concentração de terras nas mãos de companhias internacionais, como a Standard Oil, que chegou a ser proprietária de 14 milhões de hectares sob concessão (HIRAO, 2015, p. 18). Tal concentração urbana nos centros se reafirmou com o surgimento das indústrias, paralelamente a desajustes estruturais marcados pela pobreza urbana e população em condições de subempregos, num meio urbano “altamente centralizado, concentrado e hierarquizado” (HIRAO, 2015, p.23).

Uma das consequências da desigualdade social a que o país vinha se subtendo era visível a olho nu: na década de 1950, existiam em Caracas cerca de 96 *barrios*, palavra utilizada pelos venezuelanos para o que denominamos aqui como favela. Nestes *barrios*, segundo Frechilla (1996, p. 199 apud HIRAO, 2015, p. 25), moravam o que equivalia a 38,53% da população total da capital.

A passagem do *conuco* às favelas na Venezuela acaba por nos remeter às interpretações do processo de urbanização no Brasil. Ermínia Maricato (1995) remete a Florestan Fernandes (FERNANDES, 1977), à “modernização do arcaico” simultânea à “arcaização do moderno” que constituem a marca do capitalismo periférico, e a José de Souza Martins, para quem “o capitalismo na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a esta reprodução”. (MARTINS, 1979 apud HIRAO, 2015, p. 25)

Conforme aponta Míoto (2015), a economia venezuelana se beneficiou pelo aumento do preço do petróleo e investiu na atividade imobiliária, no entanto, déficits em transações correntes levaram o país ao endividamento externo, somados a ajustes neoliberais implementados pelo Estado em função do capital internacional, agravando a situação de pobreza

urbana. Dados preocupantes mostram que, em 1980, a população em situação de pobreza extrema era de 25% e, no ano de 1991, a pobreza urbana do país atingiu a marca de 85%, sendo 35% de pobreza e 50% de pobreza crítica. Ao final da década, a taxa de homicídios da capital Caracas aumentou em 500% (BRUMLIK, 1996 apud HIRAO, 2015, p. 28).

A Venezuela aumentou seu grau de urbanização embora tenha tido uma diminuição nas taxas de crescimento populacional. A desigualdade social aprofundada entre as décadas de 1980 e 1990 aconteceu num território que passava por uma desindustrialização, em uma base já pouco industrializada, afetando ainda mais o desemprego urbano (MIOTO, 2015). No caso de Caracas, tal desigualdade foi observada principalmente no setor terciário, onde se viu uma ampliação de sua característica heterogênea:

De um lado, se consolidará como capital política e econômica que oferece uma gama de serviços modernos necessários principalmente à atividade petroleira, à mineração e o desenvolvimento do setor financeiro; de outro uma metrópole que reforça a informalidade e os serviços de baixa produtividade e, em especial, a segregação socioespacial (CARIOLI e LACABANA, 2001 apud MIOTO, 2015, p. 168).

Cunha (2002), em uma leitura da obra clássica de Harvey – *A condição pós moderna* (1993) - aponta que:

O capitalismo tentou superar suas crises do período fordista com a reorganização - basicamente a partir de uma revolução tecnológica - do tempo e do espaço e levando a novas formas de produção que descartaram práticas como a integração vertical para substituí-las por estruturas mais desintegradas, a terceirização, mudanças na localização das plantas industriais e substituição da formação de estoques e produtos de longo prazo pelo processo “just in time” (Wong-González, 1999) e por produtos efêmeros. Para Baeninger (1999), esse processo configurou alguns espaços urbanos que apresentam transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais no esforço de inserção na dinâmica global. Assim, a reestruturação parece ser “o elemento-chave que marcará o rumo das cidades neste final de século”. (CUNHA, 2002, p. 10)⁸

⁸ Tradução livre da autora do texto original: “el capitalismo trató de superar sus crisis del periodo fordista con la reorganización —básicamente a partir de una revolución tecnológica— de tiempo y espacio y llevando a nuevas formas de producción que descartaron prácticas como la integración vertical para sustituirlas por estructuras más desintegradas, subcontrataciones, cambios de localización de plantas industriales y reemplazando la creación de stocks y productos de larga duración por el proceso “justo a tiempo” (Wong-González, 1999) y por productos efimeros. Para Baeninger (1999) ese proceso configuró algunos espacios urbanos que presentan transformaciones significativas en términos económicos, políticos y sociales en un esfuerzo de inserción en la dinámica global. Así,

Amaya (1999) cita duas conseqüências deste processo: a primeira é a distribuição geográfica dos polos econômicos e a segunda, a segregação geográfica da população. De acordo com Hirao (2015), Caracas se tornou polo de empresas vinculadas ao capitalismo internacional, passando a assumir diversas funções dentro da hierarquia das cidades globais, como pesquisas acadêmicas. Suas novas centralidades passam a se localizar a leste, onde se conformou um centro global de negócios contíguo às áreas portuárias, fragmentando ainda mais a mancha urbana da capital, o que era diretamente funcional aos novos vínculos com a economia global e as necessidades do capital nacional e internacional. A estruturação das cidades em função do mercado foi um fenômeno que se tornou comum na América Latina como um todo durante os processos de conurbação (HIRAO, 2015).

Como defende Gorelik (2005), a cidade latino-americana poderia ser pensada como um ciclo que percorre desde o otimismo da modernização a sua inversão crítica e radical, palco de desigualdade e fragmentação socioespacial:

O fracasso da vontade de reforma urbana, o encorticiamento dos centros históricos, a decadência do espaço público, características “típicas” da cidade latino-americana, reapareciam como motivos de celebração, porque mostravam, preto no branco, o verdadeiro papel da dominação jogado historicamente pela cidade no continente (GORELIK, 2005, p. 128).

Mioto (2015) completa o pensamento ao defender que “o processo de urbanização na América Latina a partir dos anos 1980 também apresenta transformações importantes” (MIOTO, 2015, p. 167) como mudanças socioeconômicas, desconcentração produtiva e uma crise social intensificada pela ascensão do neoliberalismo, acarretando “modificações nas dinâmicas espaciais e populacionais” (MIOTO, 2015, p. 167). Podemos desde já inferir que o fenômeno de urbanização acelerada nos países dependentes, observado especialmente a partir do pós-guerra ocorreu, em grande medida, devido à pressão do processo capitalista nas periferias, cujo fenômeno de industrialização tardia e incompleta provocou uma explosão de grandes polos urbanos, onde o Estado não foi capaz de constituir instrumentos suficientes para a provisão de moradia, infraestrutura e qualidade urbana para as ocupações de populações expulsas do campo e recém chegadas às cidades. Vasta literatura trata disto no Brasil (MARICATO, 1982; ROLNIK, 1997; KOWARICK, 1983; VILLAÇA, 2012).

la reestructuración parece ser “el elemento clave que marcará los rumbos de las ciudades en el final de este siglo”. (CUNHA, 2002, p. 10)

O Estado, priorizando investimentos para determinadas áreas da cidade para as quais se voltam os interesses do mercado, incentiva a especulação imobiliária, condicionando a expulsão de camadas mais pobres para as periferias. Este fenômeno em geral se articula ao abandono de centros históricos pelas elites econômicas, causando a complementaridade da pobreza, por vezes extrema, em áreas providas de infraestrutura e serviços, porém em estado de degradação e, ao mesmo tempo, apropriação por moradores de rua, enquanto edifícios habitacionais paradoxalmente se mantêm desocupados (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 1997). Como outra face da mesma moeda, doutra sorte o pobre urbano, sem meios para viver dignamente em áreas centrais infraestruturadas, se afasta para regiões cada vez mais distantes, sem condições urbanas básicas de provimento de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, qualidade espacial ou garantia fundiária.

Durante grande parte do período de governo autoritário militar, traçando um paralelo com a sociedade brasileira, pode-se afirmar que as camadas populares foram frequentemente classificadas com uma espécie de fragilidade política, quase como impregnadas por um “conformismo pacífico e passivo” (KOWARICK, 1983, p. 22). Kowarick defende que visões dessa natureza foram oportunamente utilizadas como um ingrediente ideológico para justificar o controle estatal perante as políticas públicas voltadas às camadas populares:

Dada a fragilidade “natural” da sociedade civil, caberia ao estado suprir suas “deficiências”, tutelando-a dentro dos parâmetros considerados desejáveis e permissíveis pelo poder instituído (KOWARICK, 1983, p. 22).

Por meio de ideologias, uma versão da realidade social é configurada pelas classes dominantes, de modo que estas conquistam as classes populares, não só pela força mas por meio de liderança moral e intelectual hegemônica. A produção ideológica parte de alguns mecanismos para tal dominação. Um deles é a naturalização dos processos sociais e o outro seria a universalidade dos interesses particulares de classe. Conforme aponta Villaça:

Subliminarmente, a ideologia inculca nas mentes da maioria a ideia de que a cidade é aquela parte constituída por onde estão os dominantes. Essa ideologia facilita a ação do Estado, que privilegia esta parte. Ao investir nela, o Estado está investindo na cidade; ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo a cidade. Quando transfere seus aparelhos para o centro novo criado pelas e para as burguesias, está transferindo-os para o centro novo da cidade. (VILLAÇA, 2001, p. 350).

Segundo Villaça (2001) e Rolnik (1997) esse processo cria paisagens com graus distintos de privilégios e, conseqüentemente, de valores de mercado, conforme sua localização. Assim pode-se definir as periferias, grosso modo, como espaços de exclusão e irregularidade que se referem a múltiplas configurações espaciais.

Camuflada, existe a ideia de que as camadas populares não são capazes de governar ou pensar por si, como se esse ato fosse, em sua raiz, privilégio de uma elite “restrita e iluminada” (KOWARICK, 1983, p. 22) que acredita saber o que é desejável para a maioria. Tal discurso desclassifica as classes populares para interferir em decisões políticas. Nesta perspectiva, não são os grupos sociais em sua maioria que controlam o Estado, mas apenas uma parcela da sociedade. É o Estado que decide, cooptado pelos valores dominantes e hegemônicos, o que é o melhor para o “cidadão de bem” e para se construir a “boa sociedade”. Como não poderia deixar de ser, isto é o rebatimento direto de como a economia e a política se posicionam e apoiam projetos de desenvolvimento no país.

A definição de bem comum surgiu nos primórdios de nossas cidades, após o colonialismo. No século XVI a São Paulo murada era administrada por uma minoria chamada de “homens bons”, que exigiam do povo sua constante reconstrução e conservação. (SILVA, 1984, p. 77) O processo de integração da economia paulista a outras áreas definiu a noção de propriedade privada, a qual estava muito bem delineada para o colonizador, paradoxalmente como “bem comum”:

(...) ao findar do século XVII, não tínhamos propriamente uma oposição entre propriedade pública versus propriedade privada, mas entre interesses particulares e propriedades da Coroa. Frente a esta oposição, os “homens bons” irão manipular o Estado no sentido de que este tenha uma certa autonomia (SILVA, 1984, p. 78)

Com essa manipulação e certa autonomia, foram criadas as condições necessárias para o enriquecimento pessoal de tais homens, que deixaram os desejos da Coroa em segundo plano, transformando o interesse de alguns em “interesses de todos”. A herança colonial donde esta estrutura social é tributária rege, em grande medida, a tradição de oligopólios e classes hegemônicas até a atualidade no Brasil, apresentando na morfologia urbana sua face perversa. Como afirmou Souza (2018), “Reproduzimos sob máscaras modernas os mesmos ódio e desprezo às classes populares que antes eram devotados ao escravo”.

A segregação espacial é um processo que vem se constituindo no Brasil há mais de um século (VILLAÇA, 2001, p. 327), especialmente pelo advento da industrialização, que mantém condições de estratificação na cidade predominantemente terciária, dominada pela informatização do mundo globalizado (FIX, 2015). É um traço presente em todas as nossas metrópoles. É extremamente importante que o entendamos para compreender melhor as estruturas espaciais.

Com a expulsão de contingentes populacionais do campo e incremento quantitativo de mão de obra urbana, a crescente pressão sobre a oferta de habitação popular simultaneamente à valorização dos terrenos próximos às fábricas, se dá a transferência dos gastos fabris com

moradia para os próprios trabalhadores e os de infraestrutura para o Estado; as vilas operárias começam a desaparecer e o problema habitacional passou a ser resolvido pelas relações econômicas no mercado imobiliário, onde o salário não era suficiente para a própria reprodução da força de trabalho, especialmente para o provimento de moradia adequada (KOWARICK, 1983).

Surgem, então, as periferias: aglomerações distantes dos centros urbanos, carentes de infraestrutura, em territórios habitados principalmente pela mão de obra responsável por girar a produção industrial. A classe trabalhadora passa a ser subjugada aos interesses imobiliários e o Estado se movimenta de forma tardia em sua tentativa de ordenamento do uso e ocupação do solo urbano, cujo desenho já estava em grande parte traçado seguindo os interesses de grupos privados, regentes até hoje da ação governamental (KOWARICK, 1983, p. 31). “Devido à alquimia do setor imobiliário-construtor e à “neutralidade” tecnicista do planejamento público, [o Estado] converte-se em instrumento dos interesses dos estratos privilegiados” (KOWARICK, 1983, p. 37). Para o capital, “a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro” (Idem, 1983, p. 53) e “o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação de terra e dos instrumentos produtivos” (Idem, 1983, p. 55).

O autor, de modo premonitório, aborda o tema das multinacionais e suas concessões pelo Estado em prol da globalização, afirmando que “um modelo econômico marcado por tantas “concessões liberticidas”, só poderia contrapor-se a um clima de “debate social” (KOWARICK, 1983, p. 67), onde uma política marcada por facilitadores para o mercado implicaria no necessário controle partidário, dos sindicatos e representações sociais que se opusessem ao sistema excludente.

O cenário mais recente é avassalador. As forças neoliberais do capital globalizado submetem o papel dos estados nacionais às contingências de livre mercado, destruindo o arcabouço industrial nacional, priorizando o volátil capital financeiro, desmontando o patrimônio público pela privatização de empresas e serviços públicos em nome do estado mínimo onde esforços incipientes de estado de bem estar social no caso dos países periféricos não chega a se constituir e se dissolve como possibilidade. O reflexo urbano é evidente. A favelização global se torna a face tenebrosa deste fenômeno, de extensão imprevisível, onde hordas continentais não detém garantia de trabalho, urbanidade e cidadania (DAVIS, 2006, p.214).

Essa demarcação se dá pelo conceito de subnormal presente na linguagem do planejamento urbano e “da não inserção desses espaços na legislação de uso e ocupação do solo em vigor.” (ROLNIK, 1997, p. 183). Nos mapas urbanos, tudo que é considerado subnormal - favelas, cortiços, loteamentos clandestinos ou irregulares ou casas sem alvará – apareciam, até

recentemente, numa mesma massa cinzenta, sem “existir” dentro dela. Assim, “as formas de inserção irregular são simultaneamente estigmatizadas e legitimadas numa escala micro; na macroescala, porém, a legabilidade do direito de propriedade é reforçada.” (ROLNIK, 1997, p. 183).

A justificativa do não investimento por parte do Estado nessas localidades é que os assentamentos irregulares são provisórios, o que acaba reforçando a precariedade urbanística e acentuando as diferenças perante os outros setores da cidade onde houve investimento.

Planos e legislações tentaram proibir a existência de favelas e assentamentos precários; a falha dessa determinação muitas vezes é vista pelo urbanismo como uma falta de planejamento; porém, ao procurar razões mais profundas, “o argumento atribui a expansão dessa cidade selvagem à falta de ética que impele governantes a negociar diretamente com os interesses (sem seguir planos) e construtores, moradores e fiscais a criar uma relação de compra e venda de direitos e sanções.” (ROLNIK, 1997, p. 204).

Tudo passa a ser planejado conforme um “econimicismo”, ou seja, todas as ações tomadas precisam gerar lucros para o mercado ou para as empresas financiadoras. Este fato no Brasil se agrava na medida em que somos um país de economia dependente e, portanto, de estrutura dependente igualmente, o que pode ser generalizado como fenômeno às cidades latinoamericanas.

A mercantilização urbana em extratos marginais deve também ser considerada. Como aponta Davis (2006), no contexto urbano global desta estrutura, quando se trata de invasão de terras periféricas, são raros os casos em que não haja algum custo prévio ou permanente. O que ocorre em sua maioria é que os denominados invasores sejam coagidos a pagar *propina* a políticos ou milícias para terem acesso à terra urbana e se mantenham pagando “aluguel” ou “proteção”, no caso do poder paralelo instituído pela ausência do estado ou, na melhor das hipóteses, sejam condicionados pelo clientelismo, articulado por meio de votos. Por outro lado, em sociedades marcadas pela desigualdade, a favela ainda choca o “cidadão de bem” e alarma sua consciência quando grita a desigualdade, como um espelho que denuncia a segregação e o quanto as leis de direitos só valem para uma parcela privilegiada da sociedade. Em contraposição, importantes movimentos sociais reivindicatórios contra hegemônicos, no campo e na cidade, apontam para outros rumos.

Historicamente, em resposta ao florescimento das favelas, governantes, com o apoio das classes dominantes, atacaram intensamente os assentamentos irregulares. Guerra com forte cunho racial, já que grande parte dos invasores eram, na década de 1940, indígenas ou negros

descendentes de escravos. Um exemplo palpável deste conflito na América Latina ocorreu durante o governo do ditador Marcos Pérez Jiménez, na Venezuela. A solução estatal foi a invasão de militares, caminhões e tratores em bairros informais e a execução de uma verdadeira varredura. Os pertences dos moradores foram levados a apartamentos - chamados de *superbloques*, cortiços de quinze andares odiados em massa pela população - e as casas destruídas em seguida (DAVIS, 2006, p. 63).

A maior parte dos trabalhadores é submetida a um alto grau de dilapidação e a conquista de espaços não advém dos governos e sim por meio de sua capacidade de lutar por seus interesses, perpetuando-se assim a prática autoritária da classe dominante baseada na manipulação, quando não na repressão escancarada, que enxerga os grupos populares como objeto de ação política.

Trazendo a discussão para o campo do urbanismo, o planejamento e a gestão devem ser vistos como práticas lúcidas por serem políticas se tiverem sua teoria bem fundamentada e a racionalidade econômica capitalista é palco constante de debate para inúmeros estudiosos sobre o tema. Partindo da discussão de Milton Santos (2002) indaga-se se há possibilidade de um espaço racional e pode-se afirmar que este atualmente só é possível considerando toda a técnica informacional que a sociedade dispõe hoje.

Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço - o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos porque também inclui a materialidade [...].

São mais que espaços da racionalidade, mas espaços da reflexão e da razão, pois são espaços que são resultado de uma ação passada e da combinação entre a ação presente e “objetos da ação.” (SANTOS, 2002, p. 294-295)

Com toda a racionalização moderna voltada para a planificação e o zoneamento, há um distanciamento do real sentido do urbanismo: a forma. Urbanismo é desenho e só pode ser feito por arquitetos e urbanistas, diferentemente do plano pensado pelos gestores da cidade.

A década de 1960, mesmo após o golpe militar, foi marcada por uma esperança muito grande depositada na modalidade do planejamento. Os arquitetos urbanistas acreditavam que seria uma fórmula para se resolver os problemas de desigualdade e desenvolvimento pela racionalização do processo. A Carta dos Andes, redigida pelo Prof. Dr. Luiz de Anhaia Mello (1960) é um exemplo dessa visão positivista sobre o plano, onde se cita, já na apresentação, que “Era preciso, pois, recolocar a Arquitetura no seu plano verdadeiro de servidora da pessoa humana”. No corpo da Carta a planificação é definida como um processo de pensamento onde se

propicia “o melhor uso da inteligência e das capacidades potenciais do homem para o benefício próprio e comum.” (MELLO, 1960, p. 9).

Esta definição de espaço racional pressupõe uma resposta às demandas dos agentes, procurando sempre a máxima eficácia. Funciona como um “mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado” (SANTOS, 2002, p. 301), que se torna uma máquina onde sua energia é a informação.

A racionalidade moderna incorpora a racionalidade mecânica industrial pois parte de uma vontade de eliminar o aleatório, objetificando um progresso pensando-se no fim. Assim, os espaços agem sob a nova lógica moderna, onde a centralidade depende da racionalidade e não se dá de maneira igualitária por toda parte, já que o mundo da técnica também é o mundo do capital, marcando o domínio dos valores de troca. “A cidade já vinha criando os seus excluídos e os seus irracionais. O processo de globalização acelera essa tendência. Ao mesmo tempo, há uma demanda de produtividade por atores privilegiados e uma produção de irracionalidade para a maior parte.” (SANTOS, 2002, p. 307).

A produção limitada da racionalidade é associada à produção ampla da escassez e este fato conduz os indivíduos que estão fora deste círculo racional à descoberta de sua exclusão e assim à busca de formas alternativas de sobrevivência. Esse sistema de exclusão e ilegalidade é funcional para o mercado imobiliário restrito e especulativo para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor (MARICATO, 2002, p. 123). No final da década de 1940 o urbanismo no Brasil passa por uma fase de americanização e evidencia uma estrutura voltada para um processo de elaboração de planos, reduzindo a área de atuação efetiva como órgão normativo. De acordo com Feldman:

Estabelece-se estreita relação entre plano e zoneamento - o zoneamento é visto como elemento inseparável do plano - e difunde-se a ideia do zoneamento abrangente ao conjunto da cidade, articulando, em cada zona, diferentes índices urbanísticos. (FELDMAN, 2005, p. 278)

Porém, assim como as políticas setoriais, o zoneamento se dá de forma independente do plano e, portanto, atua como redução do mesmo. É uma resposta às demandas dos setores mais privilegiados da cidade e também uma ampliação da possibilidade de controle.

O Departamento de Urbanismo atua, neste caso, com uma visão tecnicista do pensamento racionalista moderno perante os problemas da cidade. O plano não se realiza a partir das demandas, “...é parte de um movimento de entidades vinculadas ao municipalismo e de entidades de arquitetos pela institucionalização do planejamento em todas as esferas de governo e

resulta, fundamentalmente, como instrumento de formação de quadros técnicos para o planejamento urbano.” (FELDMAN, 2005, p. 279).

Mioto (2015), ao estudar a economia de países latino-americanos como Colômbia, Brasil, México e Venezuela, afirma que a tendência da distribuição espacial da população entre as décadas de 1980 e 1990 se realizou com suas piores condições de inserção produtiva. Já no período recente, mesmo que a realidade tenha melhorado em países como o Brasil, Colômbia e Venezuela, "a urbanização dos anos de crise reproduzirá em novo patamar as diversas desigualdades históricas da população subdesenvolvida” (MIOTO, 2015, p. 170), como se observa em Baltar e Dedecca:

[...] se o desenvolvimento socioeconômico Latino-americano foi incapaz de possibilitar a consolidação de um mercado de trabalho homogêneo, onde predominasse as situações de ocupação plena e protegida, em que o desemprego se restringisse ao friccional e a ocupação não organizada se constituísse em mero resíduo, observa-se que, no momento atual, os países da região se deparam com uma realidade marcada pela ampliação da heterogeneidade socioeconômica explicada pela crise prolongada, mas, em especial, pelos efeitos destrutivos dos programas recentes de liberalização econômica (BALTAR e DEDECCA, 1997, p. 11 apud MIOTO, 2015, p. 170)

Para atender ao capital internacional e às tendências neoliberais, parcela da população, quando não aportada pelo Estado, sofreu com uma reorganização dos espaços internos que gerou consequências desastrosas como a periferização, a segregação socioespacial, e o agravamento do problema da moradia que, segundo Mioto (2015), não foi vivido apenas pela população mais pobre, como também pelas classes médias e altas, com a extensão do setor imobiliário para as periferias metropolitanas. Tal fenômeno pode ser explicado pelo aumento do preço do solo e da especulação imobiliária que, como aponta também Rolnik (1997), diferenciou o acesso à cidade para os estratos de renda (SABATINI, 2006 apud MIOTO, 2015, p. 174).

Pensadores contemporâneos, como Milton Santos (2008) apostam em uma inflexão dessa realidade com um movimento de baixo para cima, provindo dos países subdesenvolvidos e não dos ricos, como “o pensamento livre e não o discurso único” (SANTOS, 2008, p. 14). Perante esse cenário adverso, a procura de alternativas aos problemas estruturais têm se ampliado, especialmente em países periféricos e semiperiféricos, o que é recorrentemente ressaltado por Boaventura de Souza Santos (2018).

Segundo Klachko e Arkonada (2017), a Venezuela tem se constituído como uma vanguarda latino-americana em relação à virada mencionada por Milton Santos com as reformas

populistas lideradas por Hugo Chávez e pela profundidade das mesmas. As autoras questionam, portanto:

(...)se há condições para superar o capitalismo e aprofundar o caminho revolucionário ou se se deve e se pode reconstituir países independentes com desenvolvimento capitalista inclusivo ou redistributivo, no âmbito de uma fase em que o sistema, ao mesmo tempo que se transnacionalizou completamente, entrou em sua decomposição, a qual - como já analisamos - não significa seu iminente final. (KLACHKO e ARKONADA, 2017, p. 227)

Na Venezuela foi promulgada pelo governo de Carlos Pérez a *Ley de Política Habitacional* em 1990 que estabelecia um sistema semelhante ao FGTS, destinando uma porcentagem do salário da população ao fundo da habitação. A lei contava com o apoio de diversos órgãos especializados para realizar as ações necessárias; no entanto, as medidas foram limitadas pelo crescente problema da falta de habitação (MIOTO, 2015). No governo de Chávez, com a aprovação do novo modelo da Constituição Bolivariana (1999), obteve-se maior participação popular por meio de conselhos que traçavam uma estratégia de inclusão e garantia de direitos sociais.

O governo de Chávez implementou a *Ley del Subsistema de Vivienda y Política Habitacional*, substituindo a do governo anterior, objetivando o acesso ao crédito habitacional tanto pelos trabalhadores formais quanto informais. Com tais ações se iniciou um processo de mudança mas foi com as *Misiones* que se observou o crescimento do projeto popular (MIOTO, 2015). A ação mais importante do governo neste sentido foi a *Gran Misión Vivienda Venezuela*, em 2010, direcionada a famílias que sobrevivem com até três salários mínimos e foram desabrigadas em uma enchente devastadora em Caracas (MIOTO, 2015, p. 188).

Apesar de existirem programas de subsídios, essas modalidades enfrentam diversos entraves:

As dificuldades das linhas de financiamento são semelhantes e dizem respeito à falta de engajamento do setor privado. As empresas argumentam que o teto dos imóveis e o preço do terreno não permitem a construção de moradia nos termos exigidos pelo governo. Ademais, a escassez de materiais e insumos também é vista como problema pelos empresários (MIOTO, 2015, p. 189).

Harnecker (2019) identifica três fatores para a crise da esquerda: a falta de pensamento próprio, a falta de estudo sobre o socialismo e a falta de estudo sobre o capitalismo. A autora afirma que as esquerdas progressistas da América Latina olharam para seu território com uma visão europeia, além de não estudar os êxitos conquistados pelo socialismo, muito menos suas derrotas. Seria importante também estudar as artimanhas do capitalismo a fundo para, só assim, propor mudanças estruturais no sistema.

Se quisermos transformar o mundo, temos de ser capazes de elaborar uma estratégia e uma tática, e o que são a estratégia e a tática senão o fruto da análise de uma realidade objetiva? (HARNECKER, 2019, p. 19).

Para conseguir construir uma arma contra o sistema segregador existente, a esquerda precisa reavaliar a teoria, reconquistando quadros intelectuais e formando comunidades científicas de pesquisadores em escolas populares (Harnecker, 2019, p. 22). Para a esquerda, a política deve atuar como uma “força social antissistêmica” (HARNECKER, 2019, p. 30), superando a “dispersão e atomização do povo explorado e dominado, bem como a “construção da unidade do povo” (BINDER, 1991, p. 51-52), e para isso é básica a “recuperação da capacidade de encontro” (BINDER, 1991, p. 26 apud HARNECKER, 2019, p. 31).

A autora defende que não se deve se deixar levar pela situação, mas agir sobre ela. O objetivo central é a construção da força popular, orientando “sua ação com base numa análise da totalidade da dinâmica política. Mas qual é a situação da esquerda a este respeito?” (RUIZ, 1998, p. 52 apud HARNECKER, 2019, p. 32).

É nesse sentido que entendemos a ação do PICO Colectivo, na qual nos deteremos mais à frente.

CAPÍTULO 3 - PELO DIREITO DE SER

“Nem sociologismo, nem psicologismo, nem economismo. Nem historicismo. Algo de novo se anuncia.” (LEFEBVRE, 1991, p.139)

Com o aumento crescente da população urbana e da desigualdade, a cidade agrava seus impasses como território de conflito e segregação. A população de baixa renda, não alcançando insumos para habitar zonas valorizadas pela especulação imobiliária, é levada a se fixar em regiões periféricas ou nas fendas da cidade legal, marcadas pela comum ausência do Estado em políticas públicas para provimento adequado de transportes, saneamento, saúde, educação, sem condições básicas de cidadania e dignidade.

Numa sociedade onde os intermediários detêm privilégios sociais e mentais, o resultado é um abismo entre o global e o parcial, manipulado. A segregação socioespacial pode ser entendida, segundo Lefebvre, por três aspectos: como espontânea, vinda das rendas e ideologias; voluntária, quando se estabelecem espaços separados, e programada, quando surge de um pretexto de organização e planificação proveniente do pensamento analítico (LEFEBVRE, 1991, p.94). O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, assim como o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto ao direito à propriedade) (id., 1991, p.135).

A concentração de riqueza e a degeneração dos direitos econômicos estreitam as relações humanas fazendo com que cada vez mais os cidadãos dependam de grupos poderosos que retêm os direitos de veto sobre seus modos de viver. (SANTOS, 2018, v2, p. 509) Analisando o tecido urbano, que pode ser comparado a um ecossistema, percebemos malhas desiguais com a ampliação de redes extremamente povoadas. O interesse desse tecido não se limita à sua morfologia já que ele é o suporte do viver intenso e degradado da sociedade urbana. (LEFEBVRE, 1991, p. 11)

As necessidades sociais são opostas e complementares com um fundamento antropológico que compreendem dualidades como segurança e abertura, trabalho e lazer, isolamento e encontro. Uma ciência analítica da cidade é necessária e ainda está em esboço (LEFEBVRE, 1991, p.104), já que a estrutura de acumulação aumenta a disparidade tecnológica e organizacional entre os lugares, acelerando a concentração de capital e populacional de lugares escolhidos pelo sistema (SANTOS, 1997).

A segregação não é apenas física: enquanto as elites escolhem pagar por seu isolamento, as massas dominadas são obrigadas a pagar por seu afastamento quando postas forçadamente

para o lado de lá da cerca (BAUMAN, 1999). Isolamento forçado que reduz e comprime a visão do outro exaurindo as qualidades únicas que deveriam ser evidenciadas graças ao relacionamento diário o qual não é mais permitido. Desse modo a particularidade dá lugar à intimidação e subjugamento das disparidades alheias.

Este isolamento, por outro lado, como veremos a seguir com as palavras de outros pensadores, torna possível a evidência das qualidades próprias de cada um que, segundo Bauman (1999), seria a única coisa que poderia impedir o processo de estereotipagem e equilibrar tal processo de subjugamento.

O particular não é excluído pelo fenômeno da globalização em si. São as leis globais, que, pensadas para resolver problemas centrais das localidades e aplicadas em sociedades já desiguais, que agravam as diferenças mantidas pelo capitalismo (SANTOS, 1997). Entretanto, as diferenças aqui citadas referem-se ao tratamento do Estado perante a sociedade, à desigualdade de distribuição de oportunidades. E é deste local que se deve emergir a força contra o sistema hegemônico, em defesa das particularidades culturais condenadas e oprimidas pela hegemonia global.

3.1 Colonialismo insistente

Vivemos coletivamente num momento em que permanecem, em nosso âmago, as linhas cartográficas do Velho Mundo colonialista, e, assim, se constituem relações excludentes, tanto políticas quanto culturais e o preconceito intrínseco proveniente do colonialismo, muitas vezes abafado pela política da boa vizinhança, deixa claro um dos possíveis motivos para o Norte, na definição de Boaventura Sousa Santos (2018), ter tanta resistência em se abrir e aprender com o mundo além de suas fronteiras.

O colonialismo insistente e impregnado em nossa sociedade nos leva a uma questão chave para a imobilização das massas: a criminalização dos protestos sociais. Devido à crise de representação, a democracia está sendo desinstitucionalizada e os líderes políticos da resistência presos e, às vezes, assassinados. Os excluídos muitas vezes não podem nem reivindicar seus direitos, já que frequentemente são vistos como não-humanos.

O pensamento moderno segregacionista é formado por uma série de divisões visíveis e não visíveis entre as pessoas. Segundo Santos (2018), essas linhas abissais invisíveis fundamentam as visíveis, dividindo o mundo em “o lado de lá” e “o lado de cá”. Tal divisão é tão profunda que o “outro lado” desaparece enquanto realidade e torna-se “inexistente”.

Sendo assim o “Tornar-se inexistente” significa não ser relevante e ter toda sua produção excluída por se tratar de “o Outro” e esta é a característica mais marcante no mundo abissal: a impossibilidade de coexistência entre “os de lá” e “os de cá”. (SANTOS, 2018) O termo integração torna-se então uma aspiração sem objetivo sendo, de um lado, conceito que revela uma estratégia se inserindo na prática social e, de outro, conotador, sem objetividade, revelando apenas uma obsessão pela integração. (LEFEBVRE, 1991, p.100) Sendo um problema prático, a segregação é, portanto, um tema político.

A exclusão social com a degradação da natureza está ocasionando um trânsito imenso de pessoas, imigração que é vista como um problema de segurança internacional e tratada com massiva repressão entre as potências mundiais. O marxismo, segundo Santos (2018) errou ao focar apenas no capitalismo sem se atentar à perversidade do colonialismo nas relações sociais (SANTOS, 2018, v2, p. 326). Os oprimidos não são, portanto, apenas vítimas. Resistem à humilhação e exclusão diária com soluções emergenciais para sua sobrevivência com cooperativas que, não seguindo a lógica neoliberal e sim a da solidariedade e reciprocidade, não são sequer consideradas.

3.2 Racionalidade eurocêntrica e pluralismo jurídico

No que se diz respeito ao conhecimento, foram criadas as ciências da realidade em oposição às ciências filosóficas. Elas fragmentam o mundo real a fim de sistematizá-lo e, até hoje, discute-se se este método de compreensão traz iluminações distintas sobre a realidade unitária ou se a fragmentação corresponde a diferenças objetivas. O meio, confuso e caótico, divide-se em especialidades.

A racionalidade modernista e o genocídio que marcou a expansão européia causou também um epistemicídio. Foram eliminadas formas de conhecimento julgadas estranhas pois eram praticadas por povos julgados estranhos. Este epistemicídio é considerado, segundo Santos (2018), um dos maiores crimes contra a humanidade que já se produziu, sendo responsável por, além do sofrimento causado pela violência, um empobrecimento nas possibilidades de conhecimento.

O conhecimento científico, proveniente da modernidade ocidental, quando se une ao privilégio econômico e militar, é o que garante aos países colonizadores – o Norte- o poder de dominação sobre os outros povos. A epistemologia do norte baseia-se numa linha fronteira

que separa pessoas e formas de sociabilidade de modo que o que é válido para o lado metropolitano não é para o colonial (SANTOS, 2018, v1, p.306). Na sociedade em que vivemos, o Sul é visto como o problema e o Norte como solução.

No decorrer da história, foi acumulado um enorme conhecimento sobre as sociedades e mesmo assim não se conseguiu evitar que nelas existissem tamanha desigualdade. A racionalidade do cartesianismo capitalista não condiz com a realidade humana, mas é bastante atraente para quem deseja uma estabilidade e hierarquia das regras universais. A modernidade espera dos homens que os mesmos deixem suas paixões de lado e que se tornassem metódicos e firmes em uma “personalidade humana ‘unidimensional’” (SANTOS, 2018, v1, p.560).

Espera-se no mundo moderno capitalista praticidade e eficiência, no qual não se é permitido perder tempo com floreios poéticos: o objetivo é a acumulação de capital e é chamada de mercantilização do conhecimento o termo mencionado por SANTOS (2018) que explana a mudança entre a relação da ciência e a informação durante os 30 últimos anos. Essa transformação muito tem a ver com a revolução da informação e o espírito empresarial e o sentimento é como se o valor do conhecimento estivesse se tornando o valor do mercado, satisfazendo as vontades imediatas do sistema neoliberal.

Não apenas o conhecimento foi submetido às regras de eficácia do capital, o sistema jurídico se dá do mesmo modo, se não mais nefasto. A sociedade contemporânea é plural juridicamente e não se pode atribuir a noção de justiça apenas ao Estado. Existem vários modos de práticas de direito que se articulam diversa e perversamente sob a dominação estatal e tal pluralismo se deve a uma técnica de governo que permitiu a soberania colonial sobre os grupos através de uma ideologia que defende a centralidade e homogeneização das particularidades sociais e territoriais.

Para Santos (2018), a uniformização fomentada pela noção de justiça hegemônica pode ser prejudicial, visto que para saber proteger a unidade básica de formação política, sem se destruir a singularidade e capacidade criativa da população, é necessário extrema prudência. O respeito às tradições, em nível local e global, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

Na tentativa de proteção e defesa da dignidade das classes oprimidas, foi adotada pela ONU em 1948 a Declaração de Direitos Humanos. A supremacia da mesma é incontestável, mas sua aplicação questionável. Questiona-se se tal declaração serve aos oprimidos com eficácia ou se dificulta sua luta ainda mais visto que, com a segregação originária da linha abissal anteriormente citada, os países dominantes frequentemente usam a declaração como discurso de dominação, consonante com a ideologia liberal.

Ao longo de seus duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados como direitos da cidadania, o que nos leva ao questionamento sobre o que significa ser cidadão, sendo que os povos, nos primórdios da lei, só eram reconhecidos à medida que se tornavam Estados. Com o passar do tempo, segundo SANTOS (2018), tal questão entrou para a agenda das Nações Unidas e agora é uma discussão que está frequentemente em pauta, o que não nos livra completamente da dúvida de sua aplicação em prol das chamadas potências mundiais, mas pincela uma esperança de que cada vez mais povos se sintam verdadeiramente contemplados.

O que questionamos, principalmente aqui, é o fato de que o pensamento vigente dos direitos humanos tende a aplicar a mesma receita, de forma genérica, a todas as sociedades, ignorando, muitas vezes, suas particularidades. São escassos instrumentos de análise e teoria para se construir uma prática com a finalidade de se obter um diálogo entre os diversos povos, em uma prática contra hegemônica (SANTOS, 2018, v2, p. 220). Num planeta onde cada indivíduo é singular, com seus dons, crenças e paixões particulares, como se pode garantir que uma declaração, que aplica as mesmas soluções para todos, seja sensível a ponto de considerar cada especificidade para se manter a ordem e justiça mundial?

Por outro lado, a justiça popular, geralmente vista como participação comunitária, poderia ser usada em prol das massas menos favorecidas, porém, por manter uma relação dialética com o Estado em variados cenários e por possuir tantos papéis distintos, tem sido vista como controversa e polissêmica. A administração de uma entidade pública, qualquer que seja, tem caráter político muitas vezes implícito, o qual frequentemente desmotiva e distancia os cidadãos, que não se sentem bem vindos nesta esfera de atuação, descaracterizando, portanto, a justiça como popular (SANTOS, 2018).

Utilizando o Brasil como exemplo replicável a outros países mantidos no Sul, houve períodos, em meados do século XX no imediato pós guerra e durante o movimento populista, por exemplo, em que a democracia foi vivida intensamente com debates e participação popular e as massas conseguiam reivindicar seus direitos em políticas de participação e suas observações eram levadas em conta. A partir dos anos 1980, principalmente, a diversidade foi desaparecendo e o debate concentrando-se cada vez mais nos ideais liberais. A democracia participativa, perdendo seu impulso contra hegemônico inicial, deixou-se burocratizar e instrumentalizar.

A sociedade é, a partir deste momento, frequentemente classificada com uma fragilidade, quase como impregnada por um “conformismo pacífico e passivo” (KOWARICK, 1983, p.22). KOWARICK (1983) defende que visões semelhantes ao pensamento citado acima são oportunamente utilizadas como um ingrediente ideológico para explicar o controle estatal

perante as políticas públicas das camadas populares: “dada a fragilidade “natural” da Sociedade Civil, cabe ao Estado suprir suas “deficiências”, tutelando-a dentro dos parâmetros considerados desejáveis e permissíveis pelo Poder instituído” (KOWARICK, 1983, p.22).

Camuflada nessa visão, existe a ideia de que as camadas populares não são capazes de governar. Como se esse ato fosse em sua raiz privilégio de uma elite “restrita e iluminada” (KOWARICK, 1983, p.22) que sabe o que é desejável para a maioria. Tal discurso desclassifica as classes populares para interferir nas decisões políticas.

Esta postura elitista tem raízes profundas na ilusão de que a sociedade brasileira é harmoniosa segundo interpretações da história do país as quais defendem que todos os processos aconteceram de modo natural e pacífico desde o descobrimento, inclusive a abolição da escravatura que, de acordo com essas ideologias, se desenrolou em uma “democracia racial”, onde os ex-escravos foram absorvidos naturalmente ao convívio da sociedade.

Acredita-se, portanto, que conflitos sociais não são naturalmente brasileiros e por essa razão são vistos como excepcionais, como se tal postura fosse uma contaminação. “Da perspectiva deste discurso ideológico, as reivindicações, o debate social ou as pressões são facilmente percebidos como conspirações que põem em risco a ordem social” (KOWARICK, 1983, p.24).

Nesta visão que inverte os papéis e não são mais os grupos sociais que controlam o Estado, mas uma parcela restrita e privilegiada dele. É o Estado que decide, segundo os valores dominantes, o que é o melhor para o “cidadão de bem” e para se construir a “boa sociedade”. Deste modo, como não poderia deixar de ser, há consequências diretas em como a economia e a política se posicionam e apoiam projetos de desenvolvimento no país.

A democracia liberal moderna trata de direitos, representação e participação. A neoliberal, por sua vez, é hostil a qualquer redistribuição progressista em favor das classes populares. Tal condição é chamada por SANTOS (2018) de fascismo social e, segundo o autor, o direito é formado por três componentes: a retórica, a burocracia e a violência. A relação entre elas varia conforme o modo em que o Estado as aplica e, quanto mais alto o nível de burocracia institucionalizada, menor o da retórica e, seguindo a mesma lógica, se o nível de controle por violência aumenta, diminui na mesma proporção o de poder de fala da população.

3.3 Ideologias

O espaço é, pois, o lugar das relações de produção, no entanto ele não é apenas um efeito destas relações (...) Ele contribui para produzir, reproduzir, transformar os modos de produção. Ele é pois uma dimensão ativa do devenir das sociedades (VIEILLE, 1974 apud SANTOS, 1997, p.63).

Neste processo intervém ativa e voluntariamente classes que detém o capital e que geram não apenas o emprego econômico deste como influenciam a sociedade como um todo, criando uma ideologia que intervém na cultura, na arte e na difusão de conhecimento da população (LEFEBVRE, 1991, p. 14). Estado e Empresa conflituam em diversos aspectos, mas, ao se apoderarem das funções urbanas, contribuem para a segregação que destrói a morfologia da cidade e ameaça a vida da cidade. (LEFEBVRE, 1991, p. 96).

O Estado, se adequando cada vez mais às leis neoliberais, desfaz-se de relações sociais transformando-as em comerciais, além de substituir a sua responsabilidade por problemas comunitários pelo fracasso pessoal na gestão de problemas individuais (SANTOS, 2018, v2, p. 320). São incentivadas práticas de empreendedorismo e a autonomia individual se torna o slogan cruel, do “quem quer faz” e “quem trabalha consegue”, quando as condições para que a mesma seja exercida são destruídas pelo centrismo amorfo e pela corrupção institucionalizada. (SANTOS, 2018)

Quando os interesses das classes dominantes são de algum modo ameaçados, ocorre uma tentativa de distorção dos fatos, buscando tirar as bases objetivas dos mesmos. A racionalização é um meio muito utilizado para esta distorção, já que tende a simplificar os dados impossibilitando, portanto, sua inserção crítica.

Nessa racionalidade abstrata, o espaço é transformado em mercadoria a partir da disseminação de ideologias por meio da mídia, “manipulado para aprofundar as diferenças de classes” (SANTOS, 1997, p.21). Busca-se transverter a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime, a fim de facilitar sua dominação. Quanto mais a maioria se adapta às prescrições da classe dominante, mais as mesmas continuam a prescrever os limites.

A educação, segundo Freire (2015) é dialética e contraditória. Podendo tanto disseminar ainda mais a ideologia dominante como ser ferramenta para o seu desmembramento. Segundo o autor, mantendo o interesse das classes dominantes, a educação deve imobilizar e ocultar verdades, estimulando avanços técnicos realizados de maneira neutra. (FREIRE, 2015, p.97) Quanto mais as minorias dividem as maiorias, mais conseguem estabelecer seu poder sobre

elas. Define-se conceitos como organização e luta como perigosos, alienando ainda mais as classes dominadas e, conseqüentemente, as dividindo e dominando ainda mais.

As ideologias são um método de controle que têm a capacidade de nos amaciar para aceitarmos a globalização econômica como um destino inevitável, como um momento necessário da economia e portanto impossível de se escapar. Neste sistema, os deveres das diferentes economias são nivelados sem se levar em conta a distância social que as separam.

Sendo um produto social, a extensão da distância varia conforme a velocidade com que pode ser vencida e, segundo Bauman (1999), todos os outros fatores sociais de separação e manutenção de identidades coletivas são efeitos desta velocidade. Este conceito de distância fica cada vez mais abstrato com o avanço da tecnologia e a conexão de pessoas pelas telas dos celulares e computadores (BAUMAN, 1999. p.25).

Quando há uma busca incessante pela homogeneização do mundo, as particularidades são deixadas de lado e com elas o desejo de uma cidadania verdadeiramente universal. (SANTOS, 2019). Só que, ao invés de homogeneizar, a dispersão da temporalidade versus distância tende a polarizar ainda mais as relações sociais. Para uns, ela quebra barreiras físicas; para outros, dificulta a possibilidade de se apropriar da própria localidade. (BAUMAN, 1999)

A própria região torna-se alienada quando não supre as necessidades reais de seus habitantes (SANTOS, 1997) e, quanto mais o espaço torna-se global, menos a população tem consciência sobre quem realmente produz a cidade e quem beneficia-se dela. O espaço torna-se inimigo do homem que o habita quando o sistema o transforma em um instrumento de alienação e não temos uma percepção profunda da paisagem que nos cerca. O objeto tem, assim, duas faces: a verdadeira, oculta, e a moldada pela ideologia que nos é apresentada diariamente. (Santos, 1997, p.23)

Outra característica marcante no âmago das classes oprimidas é a “autodesvalia” (FREIRE, 2001, p.50). Os dominados vêem no dominante um estilo de vida desejável, como um padrão a se seguir, daí a alienação constante da classe média e sua conivência com o sistema opressor.

Santos (2019) acredita que as ideologias, a partir da construção de imagens e de um imaginário, transformam a globalização em uma fábula em função do mundo capitalista e que esta é apenas uma das três formas de vê-la. As outras duas são a globalização como ela é, perversa e, finalmente, a que buscamos acreditar nesta dissertação: o mundo como ele pode ser como uma outra globalização.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado (FREIRE, 2015, p.53)

O discurso da ideologia em prol da globalização oculta o fato de que ela vem fortalecendo a riqueza de alguns e, seguindo a lógica do mercado, potencializando a miséria de milhões. Freire (2015) acredita que chegará o tempo em que “o mundo se refará e recusará a ditadura do mercado, fundada na perversidade de sua ética do lucro”. (FREIRE, 2015, p.125)

3.4 Indicadores de esperança

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética (FREIRE, 2015, p.126).

No momento atual é possível perceber variáveis que indiquem uma virada contra-hegemônica e de tomada de consciência das classes oprimidas. Uma delas é a recuperação do bom senso, em contraponto ao senso comum disseminado pelo processo de globalização e neoliberalismo, somado ao desencanto com as tecnologias racionais.

O descaso racional com as demandas populacionais permite que, cada vez mais, as pessoas tomem consciência do momento em que estão vivendo, produzindo, naturalmente, uma redescoberta, como acredita Santos (2019), dos homens sobre eles mesmos. Neste universo, qualidades como a criatividade e espontaneidade não são valorizadas quanto as habilidades mais racionais, como ciência e tecnologia, e muitas vezes são chamadas de irracionalidades (SANTOS,2019). Estas são mantidas em lugares ocupadas pelos que estão “embaixo” e são justamente elas que fomentam a peculiaridade de cada lugar.

Santos (2019) defende que a situação atual revela três tendências: a produção acelerada e artificial de necessidades; a incorporação de sistemas racionais cada vez mais limitados e a produção gradual de escassez e carência. Assim, potencializam-se as desigualdades e necessidades. Nesse sistema, não existe ganho para todos: a produção não é igualmente distribuída num cenário onde poucos têm muito e muitos não têm nem o necessário para a própria sobrevivência. Trata-se de um sistema que planeja seu próprio fim, visto que se baseia em recursos finitos.

O despertar dos chamados oprimidos, ou dominados, pode ocorrer pela desilusão de um sistema que é injusto e não serve a todos do mesmo modo. Quando se cria o entendimento da atual situação, pode florescer o sentimento de luta pelos próprios direitos.

A insatisfação individual, claro, pode não acarretar mudanças significativas. Mas o mesmo sentimento, em corrente, tem a possibilidade de fomentar um discurso bem articulado que pode desencadear em na fâisca necessária para a práxis pela mudança. Um movimento lento, mas se bem firmado no âmago da sociedade, pode ser a oportunidade de ser como um vulcão dormente.

Assim como a globalização, a insatisfação não ocorrerá da mesma forma e ao mesmo tempo em todos os países do planeta. Mas a aposta é que, mais cedo ou mais tarde, as relações sociais levarão a uma revisão dos pactos que atualmente regem os costumes de cada país (SANTOS, 2019, p. 152) e o sistema racional, sem dúvida, criará obstáculos para tal virada.

Tais obstáculos, entretanto, não impede que cada país, se engajados com sua cultura e costumes, encontre modos alternativos para que a nova globalização venha “de baixo para cima” e a meta não seja mais apenas a busca por aceitação entre as potências, mas que prevaleçam discussões de cunho social, cultural e moral. (SANTOS, 2019, p.154)

Um dos maiores desafios ao se pensar sobre possíveis soluções para a sociedade vigente é saber quais são os problemas fundamentais. É necessário o conhecimento da causa das crises para se analisar suas possíveis soluções. Elas têm diferentes escalas mas estão globalmente relacionadas, sendo que cada país tem uma relação distinta com cada dificuldade, onde uma solução em um lugar pode significar o agravamento dos mesmos problemas em outros. Toda solução é composta por alternativas e a ausência destas é uma decisão política.

O Homem e sua vocação sempre foram foco de constante problematização. Vocação esta que é negada na opressão e injustiça e reafirmada no anseio por liberdade. A desumanização, não vista apenas como uma humanidade roubada, é também a vocação distorcida do ser mais. Enfrentamos problemas modernos os quais não têm soluções modernas (SANTOS, 2018, v1, p.297) e Santos (2018) enumera as três principais dificuldades: o sujeito, o inimigo e a temporalidade. (SANTOS, 2018, v1, p.190)

Os Estados nacionais são sujeitos privilegiados, apesar dos movimentos sociais nele inseridos, e no momento vivenciam uma situação de crise que, possivelmente, como acreditam os pensadores abordados nesta pesquisa e entre outros, pode se traduzir em convulsões sociais nos próximos anos. O capitalismo hoje é um modo de vida antes de ser apenas de produção e o individualismo transferiu para a esfera privada a relação entre interesse e capacidade, o que fez com que as desigualdades ficassem invisíveis ou trivializadas. Também relacionado à globalização, se encaixa a dificuldade do inimigo. que universaliza o inimigo que, por estar em toda parte, não está em parte nenhuma, sendo praticamente impossível de ser identificado (SANTOS, 2018).

A temporalidade de nossas sociedades é intergeracional e seus acontecimentos acontecem de médio a longo prazo. A classe política, entretanto, está atarefada com soluções de curto prazo, baseando-se nos ciclos eleitorais de quatro em quatro anos, não fazendo planos concretos para solucionar problemas reais. Como se não bastasse a hegemonia dessa mentalidade, por pura disputa política, muitas vezes o partido, quando eleito, não dá continuidade aos planos elaborados por seu antecessor se este for seu rival. Temos então um reinício de propostas similares a cada ciclo, difundindo a sensação de desesperança e descrença política.

As crises, quando políticas, podem ter soluções corretivas ou serem completamente transformadas, mudando a lógica do sistema. No que diz respeito às intervenções, estas podem ser institucionais, quando têm um lugar no sistema vigente, não demandando, portanto, alterações no seu funcionamento, ou extra- institucionais, quando têm o objetivo de alterar paradigmas, operando por fora do sistema (SANTOS, 2018).

O mito da morte ao Estado é incoerente com a realidade em que vivemos, já que, no lugar de seu enfraquecimento, o que se vê é seu fortalecimento a serviço do império do capital, fomentando o enriquecimento de alguns em detrimento da miséria de muitos e é na relação social entre o Estado e os cidadãos que se estabelece a desigualdade mediados por interesses politicamente organizados. As relações sociais entraram em declínio com a modernidade e o capitalismo liberal e individualista destronou as identidades tradicionais – chamadas de retrógradas e primitivas- usando o Estado como dispositivo para tal tarefa (SANTOS, 2018, v1, p.186).

Santos (2018) defende que esta nova política deve se concentrar em:

Identificar as múltiplas articulações locais/ globais entre lutas, movimentos e iniciativas; promover os embates entre, por um lado, as tendências e pressões da globalização hegemônica e, por outro, as coligações transnacionais capazes de lhes oferecer possibilidades para as globalizações contra-hegemônicas; promover a auto-reflexividade interna e externa de modo a que as formas de redistribuição e de reconhecimento, estabelecidas no seio dos movimentos, reciclam as formas de redistribuição e de reconhecimento que as políticas emancipatórias transnacionais desejam ver implementadas no mundo (SANTOS, 2018, v1, p.567).

A busca pela liberdade só é possível com o esclarecimento dos acontecimentos e da finalidade das ações a serem tomadas para a transformação da realidade. É nos ambientes mais hostis, onde a sensibilidade ao fenômeno da escassez é maior, que a tomada de consciência é torna-se mais possível (SANTOS, 2019).

3.5 Luta utópica

A exclusão abissal, iniciada com o colonialismo e agravada pela difusão do conhecimento eurocêntrico moderno, fortaleceu a monocultura do conhecimento válido, do tempo linear, da classificação social, da superioridade e produtividade. (SANTOS, 2018, v1, p.320)

Os movimentos populares são marcados por terem promessas radiantes e experiências frustrantes e sofreram derrotas que incluem ditaduras. Entretanto, estamos num momento de esperança com diversas possibilidades de uma reviravolta contra-hegemônica e uma delas é o fato do aumento exponencial de imigrações que geram uma nova mestiçagem e transculturação em todo o mundo. As pessoas estão criando consciência do efeito silenciador que a modernidade científica criou, fato que abre espaço para a existência de uma capacidade de se desenvolver uma nova “cultura política transnacional progressista” (SANTOS, 2018).

A sociedade é um conjunto de expectativas estabilizadas mediante uma série de equivalências partilhadas e as pessoas que sofrem com o fascismo social são privadas das escalas de equivalências partilhadas e, portanto, não possuem expectativas estáveis. A massa desprovida de poder e segregada, sofre um desajustamento e transitoriedade constantes, o que permitiu a criação de novas constelações culturais que não podem ser simplificadas pelo pensamento puramente racional (SANTOS, 2018).

A racionalidade capitalista conduziu à superficialidade tanto as condições de existência como os modos de pensar, o que pode ser auspicioso se pensarmos na intensificação da globalização da economia, a qual tem gerado uma polarização muito provavelmente irreversível entre “países do Norte e países do Sul”, países centrais e países periféricos e é fato que a ciência moderna e as sociais em geral estão passando por uma crise epistemológica. Estamos atravessando um momento de transição neste campo para um conhecimento pós moderno. SANTOS (2018) defende que talvez seja hora de “Por um lado, ir às raízes da regulação social e, por outro, inventar ou reinventar não só o pensamento emancipatório como a vontade de emancipação” (SANTOS, 2018, v1, p.148).

Como solução, o autor propõe a utopia. A “exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe” (SANTOS, 2018, v1, p.193). Hoje a recorrer à utopia como alternativa não é um papel fácil uma vez que a expansão da racionalidade científica criou um ambiente hostil a este tipo de pensar. Trata como fascismo social os frutos da globalização hegemônica e mostra como possibilidade- não só necessária mas urgente- a construção de um novo modelo de relações locais, nacionais e internacionais: uma globalização contra hegemônica.

A sociologia das ausências é um termo utilizado por Santos (2018) que trata de um recurso para as massas lutarem contra sistema hegemônico com enfoque nas exclusões sociais e na resistência, denunciando o efeito negativo desse sistema de dominação. Seu objetivo é ter como produto uma análise rígida das relações sociais e, a partir de um diagnóstico, utilizar a sociologia das emergências como ferramenta para transformar este panorama negativo em um campo de experiência social inovadora, revalorizando os conhecimentos e práticas não hegemônicas, aprendendo com os oprimidos sobre os oprimidos para, assim, também se aprender sobre os dominadores.

Lefebvre (1991), assim como SANTOS (2018) e FREIRE (2001), sugere uma nova contradição, agora não interessando mais à teoria mas sim à uma prática social integrativa, pendendo na direção de um novo urbanismo, assim como de uma nova práxis e de um novo homem, distanciando-nos do pensamento crítico eurocêntrico com o objetivo de abrir espaço para realidades invisibilizadas. As chamadas epistemologias do sul- conhecimento prático proveniente das sociedades dominadas- se relacionariam com os saberes empíricos que surgem das lutas sociais (SANTOS, 2018, v1, p.301).

Deseja-se tornar sujeitos invisíveis em presentes, com uma emancipação social. Os não-participantes, sobreviventes em áreas de fragmentos sociais, só querem o direito de participar em um cenário até agora fundado em contradições entre o global e o parcial. Por isso, somente a classe trabalhadora pode renovar o sentido na atividade de produção e, portanto, destruir a ideologia do consumo. Somente a massa detém a capacidade de criar um novo humanismo, diferente do humanismo liberal antigo: “o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida quotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material” (LEFEBVRE, 1991, p.144)

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto ao direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”. (LEFEBVRE, 1991, p.135)

As sociedades dominadas, desempoderadas, se tornaram incapazes de representar o mundo como próprio, não sendo assim possível de se ter uma justiça social nem de conhecimentos. A intenção não é a substituição da epistemologia do Norte pela do Sul, nem apagar as diferenças, mas sim as hierarquias criadas por esse sistema de dominação e a identificação dessa linha abissal segregadora é o primeiro impulso.

A proposição é de uma intervenção epistemológica, de um conhecimento diferente, que seja capaz de desconfigurar a ideia de que o que é válido para as regiões metropolitanas não é para as não metropolitanas. É preciso eliminar a linha abissal que divide as sociedades onde as “relações sociais metropolitanas estão governadas pela tensão entre a regulação e a emancipação, enquanto as relações coloniais estão reguladas pela tensão entre a violência e apropriação”. (SANTOS, 2018, v2, p. 330). Para essa linha abissal ser superada, deve ser denunciada. Com lutas e instrumentos que estão ao alcance de cada um.

Santos (2018) defende que nosso tempo é o tempo das ruínas dos modelos e de transformação social. Trata tais ruínas em como “ruínas-sementes”, que supostamente têm o poder de revolucionar a democracia, além de democratizar a revolução. A construção de um pluralismo democrático e intercultural, além de uma nova linguagem do que significa ser digno, já que a dimensão dos direitos humanos está presa numa ideia simplista e cartesiana que transita entre direitos e deveres. A globalização, avançando com a tecnologia de informação, tem grande potencial para uma expansão desse conhecimento.

Um conhecimento que surge de baixo para cima, em forma de luta, reunindo os saberes acadêmicos e não acadêmicos. Um conhecimento situado para um governo situado (SANTOS, 2018). Ao invés de se importar ideias estrangeiras, baseadas no eurocentrismo, é preciso se investigar as especificidades locais.

A realidade social é objetiva e um produto humano. Sua transformação também não é por acaso e depende de uma ação humana, que não pode existir sem um propósito: transformar a realidade opressora. Entretanto, este propósito não pode ser apenas um discurso ou mero ativismo, mas “ação e reflexão” (FREIRE, 2001, p.38), uma prática dialética que leve à práxis autêntica. Os homens querem a liberdade tanto quanto temem ser livres e essa libertação só é possível com a superação da contradição opressor- oprimido. Essa superação não pode ser dada em termos apenas idealistas, é necessário que as classes dominadas reconheçam os limites que a dominadora as impõe para transformá-los em força motriz da práxis libertadora.

Este discurso de libertação não pode ser explicado às massas, deve existir um diálogo sobre esta ação. Diálogo que só nasce se houver um profundo amor ao homem e ao mundo. A raiz da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2001), que é na verdade a pedagogia dos homens em luta por sua libertação, precisa estar nos próprios sujeitos, que precisam se reconhecer criticamente como oprimidos. “Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção”. (FREIRE, 2001, p.41)

Por este motivo, esta pedagogia não pode ser elaborada pelas classes dominadoras opressoras. O poder dos opressores, quando disfarçado de falsa generosidade, fomenta a permanência da injustiça. Apenas quem sofre uma injustiça se encontra preparado para entender o seu significado e suas consequências, compreendendo a necessidade de libertação que apenas chegará por meio da práxis, pelo conhecimento e entendimento da necessidade de luta. Quando o oprimido entende sua posição e luta com clareza pela transformação, acontece o que Freire (2001) chama de ação profunda. É preciso existir o anseio pelo direito de ser.

“Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a têm” (FREIRE, 2001, p.34).

Logo há de se tomar cuidado para que nesta busca por liberdade os oprimidos não se tornem opressores, já que este é o modelo de homem que essas pessoas têm durante a vida. O fenômeno que Freire (2001) chama de “aderência ao opressor”, leva o oprimido a não ter consciência de sua classe como tal e temer a liberdade, tomando as pautas da classe dominante como suas.

Freire (2001) defende que, para àqueles que se comprometem verdadeiramente com as massas populares, é indispensável que revejam seus atos constantemente para que não se tenha comportamentos ambíguos. É necessário aproximar-se das pessoas quebrando o pensamento de que são inferiores e de que “sabem menos”.

É essencial conhecer o conhecimento existente tanto quanto estarmos aptos à produção de conhecimento ainda não existente (FREIRE, 2015, p.30). Necessário conhecer os saberes construídos na prática comunitária aproveitando e discutindo as experiências tidas na prática. Sem a curiosidade, certamente não haveria a criatividade responsável para a solução dos problemas do cotidiano.

Não podemos nos dar como satisfeitos com o saber proveniente da instituição, mas submetê-la à análise rigorosa de nossa curiosidade epistemológica e, como seres humanos, precisamos ter a resistência que nos preserva vivos, a compreensão do futuro como problema e a vocação do Ser Mais. “Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos.” (FREIRE, 2015, 76)

Pode ser que não mudemos o mundo, mas a esperança é que consigamos mudar o modo de vê-lo, escapando dos dogmas epistemológicos eurocêntricos e racionalizados para conseguir assim pensar em um futuro motivador. Buscando alicerces para a construção de um espaço humano, verdadeiro, que una os homens e não os divida em classes, “um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de

reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado” (SANTOS, 1997, p.27).

Seria possível constituir um diálogo interclasses a partir do conhecimento acadêmico articulado aos saberes e anseios populares? Seria transponível o abismo entre o saber profissional e as demandas populares na construção de um pacto concretizado em projetos verdadeiramente comunitários e profundamente participativos? Este é o desafio que pretendemos vislumbrar como possibilidade na atuação do Pico Colectivo como estudo de caso.

CAPÍTULO 4 - PICO COLECTIVO

Bernard Rudofsky (1905-1988), é conhecido principalmente por sua exposição *Architecture Without Architects*, em 1964, realizada no *Museum of Modern Arts* (MoMA) de Nova Iorque. Apesar de seu legado ser relativamente pouco difundido em territórios brasileiros, Rudofsky dedicou sua vida profissional a uma ampla obra em função de sua experiência em primeira pessoa com o conhecimento de diversas culturas pelo mundo. Seus interesses variam desde a interação do vestuário com o corpo humano aos elementos que trazem dignidade a espaços urbanos, da antiguidade à sua contemporaneidade. Discutia não somente elementos estilísticos, mas defendia uma maneira de enxergar o mundo que fosse coerente com a história e os costumes. Realizou uma gama distinta de produções que vão de projetos arquitetônicos, de mobiliário, assim como textos, livros e exposições. Santos (2016), define sua atuação como uma vida repleta de viagens que muito influenciaram no modo de reconhecer a cultura como elemento essencial para a arquitetura do local (SANTOS, 2016). Conforme o autor, sua visão peculiar o diferenciava de grande parte dos arquitetos da época e se voltava diretamente aos aspectos humanos, sensoriais e psicológicos da arquitetura, possuindo grande ceticismo sobre os benefícios que a tecnologia teria poder trazer à humanidade. Apresentava uma forma alternativa ao funcionalismo e à estrita racionalização na arquitetura, onde buscava compreender a história e em como as funções teriam se desenvolvido, buscando entender sua essência para, assim, propor meios criativos de solucionar demandas, não deixando de lado o prazer e bem estar social.

Em suas inúmeras viagens e anos dedicados à investigação, teve como referência o arquiteto e teórico do urbanismo Camillo Sitte (1843-1903) em sua obra "Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos", para construir seus argumentos contra os aspectos racionalizados e cartesianos do urbanismo do final do século XIX, sendo de grande importância a viagem à Veneza para seu interesse à arquitetura mediterrânea (SANTOS, 2016).

Rudofsky defendeu a ideia de que nacionalismo e cultura são conceitos totalmente diferentes e não há como um tolerar o outro, assim como a ideia de que é dever da arquitetura se manter longe de todas as doutrinas e ideologias totalitárias.

A exposição *Architecture Without Architects*, apresentada no MoMA de 9 de novembro de 1964 a 7 de fevereiro de 1965, exibiu uma pesquisa sobre o vernacular, o anônimo, o indígena e o rural. Uma arquitetura "sem *pedigree*", onde o rigor terminológico não era a preocupação, e sim, a crítica ao ensino de arquitetura restrito no Ocidente (RUDOFSKY, 1964).

Salientamos desde já a analogia com Boaventura de Souza Santos com respeito à universalização cultural imposta. O arquiteto dizia que apenas um grupo seleto de culturas é evidenciado e ensinado como tal e tinha o objetivo de romper esta barreira estreita, levantando o que teríamos que aprender com os procedimentos construtivos produzidos por centenas de anos pelos povos ao longo do mundo. Destacava a arquitetura comunal, sem o arquiteto individual como autoria, em que as construções se adaptam ao meio natural em lugar de querer conquistá-lo, associada num raro bom senso em lidar com problemas práticos. Rudofsky preconizava que o entendimento de muitas das chamadas soluções primitivas foi essencial para a elaboração das técnicas atuais, desde a pré-fabricação ao controle térmico (RUDOFSKY, 1964).

Em sua obra destaca-se o tema da humanidade e das solidariedades cívicas, ao mesmo tempo que o arquiteto divagava sobre grandes obras onde a natureza tem o papel de arquiteto como cavernas ou árvores e edifícios que não são propriamente para os homens, como necrópoles, silos para armazenamento de alimentos e obras em ambientes incomuns. Neste sentido, Rudofsky cria uma listagem de arquiteturas não convencionais, em que inclui arquitetura aquática, nômade, ou canais de embarcação, elencando técnicas formais específicas como fortificações, arcadas, ruas cobertas e semicobertas, com formas primitivas ou que mimetizem com a paisagem.

O arquiteto criticou a arquitetura moderna ocidental que ignoraria que a arquitetura ela mesma invade nossa vida com “protestos coxos dirigidos a ninguém em particular”, a classificando como fútil, onde as cidades crescem sem controle e tem a fealdade como destino (SANTOS, 2016). Nesse sentido, Frampton (1983) em sua crítica acurada, apresenta o caráter da modernidade limitada ao racionalismo da tecnologia e da eficiência que, segundo seu entendimento, restringe a criatividade e, portanto, a concepção de formas urbanas relevantes, como as das cidades na Antiguidade. Segundo o autor, em busca da universalidade, as obras arquitetônicas renderam-se a formas que evidenciaram o avanço da tecnologia e o capital investido. Assim, teríamos vista a “vitória da civilização universal sobre a cultura local” (FRAMPTON, p.17, 1983).

Em nosso entendimento, o questionamento de como a arquitetura pode se modernizar e, ao mesmo tempo valorizar a cultura local, persiste até a contemporaneidade, em obras de arquitetos como o africano Francis Ford Keré, e o venezuelano PICO (Projeto de interesse comum) Colectivo, no qual nos determos neste trabalhos.

Segundo Valencia (2015), “a Venezuela tem sido um terreno fértil para o surgimento de jovens coletivos de arquitetura comprometidos em unir forças, manter a autonomia, formar sua própria voz e, acima de tudo, combater a injustiça social”. Entre estes coletivos, está

o PICO Colectivo que, tendo seus membros fundadores se formado dez anos após a revolução venezuelana, possui uma forte veia social e urbana em seus projetos, tendo como princípio questionar o papel do arquiteto na sociedade. Em seu livro *Infraestruturas de Empoderamento Social* (2017), o coletivo demonstra seu trabalho onde é evidenciada sua preocupação com as comunidades, o território e as técnicas utilizadas.

Em 2016, os fundadores do PICO participaram da XV Bienal Internacional de Venezuela, cuja proposta temática foi denominada *Fuerzas Urbanas*, sob curadoria do arquiteto Alejandro Aravena⁹. A mostra venezuelana *Empoderamento Ciudadino Mediante a Arquitectura*, onde está inserido o trabalho do PICO Colectivo, reuniu diversos projetos de espaços públicos, instalações e equipamentos desenvolvidos em contextos emergentes de diferentes cidades do país (SMOLANSKY, 2016). Segundo os arquitetos do PICO Colectivo, estes teriam iniciado a discussão sobre a autogestão e as lutas populares no território, de modo que os projetos e construções se dessem por meio de processos de participação ativa e tomada de decisões coletivas, onde a arquitetura seria utilizada como instrumento que visaria fortalecer a organização social (CAÑIZALES, 2016).

O coletivo traz à luz uma discussão sobre o momento político em que a sociedade vive, contemporaneamente, e conclui que a democracia baseada no modelo de representação política está esgotada. Defende a necessidade de promover a transformação da estrutura hierárquica do estado e de criar um novo sistema de poder horizontal, articulado a partir de inúmeros grupos locais capazes de gerenciar seu próprio ambiente como desafio iminente¹⁰ (PICO Colectivo, 2017).

Segundo o PICO Colectivo, uma sociedade organizada pelo poder popular deve se consolidar em uma nova figura de estado que seja capaz de neutralizar a hegemonia exercida por grupos do capital e, ao mesmo tempo, descentralizar as bases de poder anteriormente reservadas exclusivamente às instituições. Deve-se buscar um poder alternativo que resolva suas próprias demandas, contrapondo-se ao regime hegemônico. Para que essa força de atuação seja percebida e exercida pela população entretanto, é preciso unir cada um dos indivíduos e grupos

⁹ Alejandro Aravena é um arquiteto renomado chileno conhecido por sua atuação em projetos de caráter social. Foi contemplado com o Prêmio Pritzker de 2016.

¹⁰ A descrição da metodologia que o Pico Colectivo realiza, se baseia primordialmente em texto de referência concedido pelo próprio Marcos Coronel (via e-mail, 2020), ainda não publicado, de modo que esta referência não será citada reiteradamente no transcorrer deste trabalho. As demais referências que orientaram nossa investigação neste capítulo serão convenientemente citadas.

presentes nesses locais gerando um intenso processo de articulação social, onde se buscaria provocar o nascimento de uma agenda comum. Atualmente, a maioria de nossas cidades apresenta múltiplas inconsistências, acidentes e patologias físicas e sociais em seu tecido urbano por decorrência estratificado e desigual e, mesmo nessas circunstâncias, poucos arquitetos se conectam a projetos de cidadania: uma praça pública, um edifício cultural ou um núcleo de habitação social, muito menos a projetos comunitários: uma casa comunitária, um pequeno parque, um pomar, um campo esportivo ou simplesmente uma escadaria hidráulica, uma rua, calçada ou instalação de serviço. A sociedade fragilizada exige que o papel do arquiteto seja o de um agente capaz de atuar sobre problemas habitualmente despercebidos, frequentes em assentamentos espontâneos e bairros fragilizados (PICO Colectivo, 2017).

O dever da arquitetura para o coletivo seria, portanto, promover intervenções capazes de cruzar o conhecimento técnico com a experiência popular, hibridando a inteligência e as estratégias na tomada de decisões e ações necessárias para conduzir transformações fortes, modificando o caráter exclusivo para a estruturação de ações compartilhadas. Mediante metodologias e processos dessa natureza os arquitetos haveriam que se envolver em problemas comuns assumindo uma nova forma de liderança compartilhada, por serem atores territoriais influentes e próximos aos agentes que vivem nesses ambientes, podendo trabalhar desde técnicos em desenho, simultaneamente à sua condição de cidadãos em relações sociais bem como como interlocutores políticos junto a instituições estatais. É, portanto, imprescindível que o arquiteto questione os modelos de engajamento e competição como os únicos mecanismos disponíveis para acessar um projeto, entendendo que cada problema de uma comunidade constitui uma situação de oportunidade em operar e detonar outros processos diretamente ligados às verdadeiras demandas populares.

Segundo a visão do coletivo, é necessário que se tenha o entendimento de que a arquitetura não é um fim em si, mas um suporte a processos que vão além da própria infraestrutura, projetando a disciplina como uma ciência capaz de construir, mas também de abordar o potencial programático e cultural e promover relações sociais intensas. Somente sob essa condição de transversalidade será possível aos arquitetos se tornar verdadeiros agentes de transformação (PICO Colectivo, 2017).

O portal Actualidad (2016)¹¹ utiliza a frase "Somos arquitetos de nosso próprio destino", atribuída ao físico Albert Einstein, como uma metáfora às obras desenvolvidas coletivamente em bairros excluídos pela cidade formal de Caracas. Completa o pensamento afirmando que “comunidades organizadas social e politicamente tornam sonhos em projetos arquitetônicos que modificam a paisagem e também a vida de seus habitantes” (ACTUALIDAD, 2016).

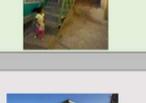
Franco (2014) afirma, considerando atividades análogas às do PICO Colectivo, que a arquitetura tem o poder de mudar o mundo e apresenta dez equipes que dedicam sua carreira a este fim. Introduce sua leitura do trabalho do Pico Colectivo, objetivando a discussão sobre possibilidades da arquitetura coletiva como uma alternativa à precariedade causada pelo descaso da cidade formal - projetada predominantemente pelo e para o capital cuja constituição passa pelo estado como aliança -, onde as periferias se encontram sistemicamente desprovidas ou mal supridas de infraestruturas, equipamentos e espaços públicos de qualidade. Vejamos uma provocação do próprio coletivo:

Quais são os tipos de negociações que podem ser implantadas no bairro? Como são produzidas? Como são remuneradas? E como são mantidas ao longo do tempo? São incógnitas da participação popular. Resolver esse paradoxo envolve promover novas relações produtivas, refutando o acordo de coexistência dominante pré-estabelecido, para estabelecer uma rede complexa de múltiplas associações complementares baseadas na cooperação e no *feedback* social.¹² (PICO Colectivo, 2017)

Os arquitetos dividem seu trabalho realizado até 2017, em três categorias: Estruturas Territoriais; Plataformas de Desenvolvimento Coletivo e Dispositivos Funcionais, de que trataremos a seguir, apresentadas de maneira sintética, conforme organizamos na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Sistematização das intervenções do PICO Colectivo até 2017

¹² Tradução livre da autora do texto original: “Cuáles son los tipos de oficios desplegables al interior del barrio?, Cómo se producen?, De qué manera se retribuyen?, y Cómo semantienen em el tiempo?, son incógnitas de la participación popular. Resolver esta paradoja supone fomentar novedosas relaciones productivas, refutando el acuerdo de convivencia preestablecido dominante, para establecer una red compleja de múltiples asociaciones complementarias basadas em la cooperación y retroalimentación social”.

	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO	PROGRAMA	PARTICIPANTES	FINANCIAMENTO	ANO		
ESTRUTURAS TERRITORIAIS		Espacios de Paz Novos componentes culturais e esportivos em lotes e prédios anulados pela violência no interior dos bairros de conflito	Las 3 Marias, Pinto Salinas, Caracas. /15 de Julio, Petare, Caracas. / Los Mangos de la Florida III, Carabobo. / El Chama, Mérida. / Santa Rosa de Agua, Maracaibo/ El 70 El Valle, Caracas. / Valle Del Pino, La Guaira. / Manuel Manrique, San Carlos. / Los Cerrajones, Barquisimeta. / Colinas de Corporiente, Cumaná.	Espacios de Paz Dirección del programa: Comisión Presidencial por la Paz y la Vida	Oficinas Venezolanas, Oficina Lúdica, Independiente, 439 estudio, Abono, Plataforma Gestión Residuos de Ciudad, Proyecto de Interes Comunal, La Maquinaria Pública, AGA Estudio, Colectivo Animal, CODA Colectivo de Arquitectura, MAAN Taller de Arquitectura, Proyecto Colectivo, SER, Asymetric.	PDVSA La Estancia, Misión Saber y Trabajo, Construpatria, Frente Constructor Francisco de Miranda, Consejo Federal de Gobierno.	2014-7	
		Casas Productivas do Bairro Vários protótipos de unidades habitáveis construídas à margem da cidade formal, envolvendo inovação em serviços, materiais e diferentes tecnologias alternativas.	Barquisimeto- Venezuela Comunidad: Barrio Emmanuel, "Los Sin Techo"	Viviendas Barriales Productivas Dirección de Proyecto: José Rodríguez, Gabriel Visconti, Hans Schwarz, Alejandro Halek, Juan Castillo, Marcos Coronel	AfLiq, AGA Estudio, CODA, Colectivo D2, Habitante Colectivo, INSITU, LAB.PRO.FAB., La Vieja Escuela, OTE, OAU000, P.G.R.C., PICO, TaDU, Angelis Centofanti, Luisa Acosta Scandella, Stephany Sánchez.	Vicepresidencia Territorial	2016- HOJE	
		Amenidades Urbanas Corredor verde de instalações culturais permanentes, articulado entre a principal rodovia da cidade e novos conjuntos de moradias sociais multifamiliares de emergência.	Caracas- Venezuela Comunidad: Urbanismo Omar Torrijos	Amenidades Urbanas Diseño del programa: Marcos Coronel, José Naza Rodriguez.	La Terraza, Abono, 439 estudio	Consejo Federal de Gobierno, Misión Saber y Trabajo, Alcaldía de Caracas, Oficina Presidencial de Planes y Proyectos Especiales, Gobierno del Distrito Capital Caracas	2016	
PLATAFORMAS DE DESENVOLVIMENTO COLETIVO		Zona de Producao Cultural reprogramação de edifício para desenvolver-se um espaço de criação cultural, que apoia diferentes atividades culturais desenvolvidas por grupos de jovens.	Guácaro- Venezuela		PICO, La Vieja Escuela, Maria Isabel Ramirez, Michelle Isoldi, José Bastidas, Manuel Coronel, Juan Ortega, José Suarez, Carlos Sánchez, Joel Meléndez, Luis Rojas, Arjenis Durand, Edison Rivas, Williams Adjunta, Kenneth Gomez, Juan Castillo, Patricia Henriquez, Nickol Bendeck, Adriano Pastorino	Banco de Desarrollo Económico y Social (BANDES), Fondo de Desarrollo Microfinanciero (FONDEFM), Ministerio de Comunas y Movimientos Sociales, Mission Saber y Trabajo	2016	
		Poliesportivo Reduzido equilíbrio entre o ambiente construído e a gestão da natureza ocupada, otimizando as infraestruturas existentes de sinalização estratégica para o bairro.	Los Frailes de Catia, Caracas- Venezuela		PICO, AGA Estudio, Maria Izabel Ramirez, Ana Cristina Morales, Laura di Benedetto, Rolando Campos, Ricardo Sana, Rodrigo Marín, Joan Martínez, Adriano Pastorio, Karina Dominguez, Juan Ortega, Máximo Fonseca, Juan Linares, Sr Roger, Brigada de Construção do bairro Canaima e Los Frailes de Catia, Williams Adjunta, Kenneth Gomez, Juan Castillo, Ruth Mora, Angel Chaparro, Nelyfred Maurera	Vice Presidencia Territorial, Instituto Nacional de Parques, Missão Bairro novo Tricolor, Missão Saber e Trabalho	2015	
		Parlamento Aberto equilíbrio entre o ambiente construído e a gestão da natureza ocupada, otimizando as infraestruturas existentes de sinalização estratégica para o bairro.	Los Frailes de Catia, Caracas- Venezuela		PICO, AGA Estudio, Maria Izabel Ramirez, Ana Cristina Morales, Laura di Benedetto, Rolando Campos, Ricardo Sana, Rodrigo Marín, Joan Martínez, Adriano Pastorio, Karina Dominguez, Juan Ortega, Máximo Fonseca, Juan Linares, Sr Roger, Brigada de Construção do bairro Canaima e Los Frailes de Catia, Williams Adjunta, Kenneth Gomez, Juan Castillo, Ruth Mora, Angel Chaparro, Nelyfred Maurera	Vice Presidencia Territorial, Instituto Nacional de Parques, Missão Bairro novo Tricolor, Missão Saber e Trabalho	2015	
		Nave Muro de Ánimas Superfícies, cobertura, instalações e serviços técnicos são articulados nesta peça sob a mesma lógica transcolada para um espaço de uso público	Casablanca, Regla. La Habana- Cuba		PICO, Anathalia Palacios, Pedro Espinoza, Thania Sanchez, Fernando Lagos, Aisida Tejeda, Faustino Romero, Mercedes Garcia, Doris Lopez, Caridad Renda, Julio Dueñas, Elbis Orduñez, Ernesto Eng, Duany Gózaes, Yohandris Pérez, Julio, Giovanni, Maryangel Mesa, Holrich Jacques,	Centro de Arte Contemporânea Wilfredo Lam, Comissão Presidencial pela Paz e a Vida, Instituto da arte da imagem e do espaço, Embalajada da Venezuela em Cuba, PDVSA Cuba	2015	
		Casa Comunal reestruturação de uma casa afetada por deslizamentos de terra. O edifício é equipado para abrigar um espaço dança, cinema, teatro, pavilhão esportivo, sala de informática, sala de leitura e biblioteca de brinquedos, salas sanitárias, cozinha, vestiários e depósito, pátio interno e horta comunitária. Lá fora, um local de reunião e jardins nas calçadas.	Valle del Pino, La Guaira- Venezuela		Asymetric, Colectivo de Arquitectura Pública AsambleariaCAPA, PICO, Abono, Brigadas Populares de Construção, Ana Karina Vielma, Maria Isabel Ramirez, Frente Nacional de Bandas Rebeldes	Comissão Central para a Paz e a Vida, Conselho Federal do Governo, Missão Saber e Trabalho, Frente Construtora de Francisco Miranda	2015	
		Núcleo Cultural La Ye Ambiente coletivo administrado e frequentado por jovens do bairro, recuperando uma casa precária para transformá-la em um espaço para uso esportivo e cultural.	Petare, Caracas- Venezuela		PICO, PGRC, TXP, Kenneth Gomez, José Dionís, Jasmin Jimenez, Comunidad 5 de Julio do Petare, Isidoro Ledezma, Colectivo C4, La Vieja Escuela, Brigada Muralista Comando Creativo,	Comissão Presidencial para a Paz e a Vida PTES, Comissão Central para a Paz e a Vida, PDVSA, Missão Saber e Trabalho, Frente Construtora de Francisco Miranda	2014	
		Plaza Techada Chão e ambientes abrem para a rua, transformando a quadra do bairro em atividades esportivas culturais.	San Carlos, Cojedes- Venezuela Comunidad: Manuel Manrique, São Carlos		Animal, Entre Nos Atelier, PGRC, PICO, Brigadas populares de autoconstrução, Juan Ortega, Ana Karina Vielma, Maria Isabel Ramirez, Estudiantes do Serviço Comunitário da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- Faculdade Central da Venezuela	Comissão Presidencial pela Paz e a Vida, Missão Saber y Trabajo, Instituto de Desenvolvimento Urbano de Cojedes, Frente do Construtor Francisco de Miranda.	2015	
		Arquibancada do Bairro Célula intersticial de espaço público. Contempla outros componentes futuros para a expansão de áreas comuns no bairro. "Sala de Estar Coletiva"	Las Tres Marias, Pinto Salinas. Caracas- Venezuela		Oficina Ludica, ENORME, Joan Martínez, Gisela Tarache, Comunidad Pinto Salinas, Colectivo C4, Pablo Kalaka, Barbara Saman, Emanuel Bueno, Karina Dominguez	Comissão Presidencial pela Paz e a Vida, PDVSA, Mission Saber y Trabajo, Frente do Construtor Francisco de Miranda.	2014	
		Mirador A construção em processo é concluída reconsiderando seus usos com base em novas necessidades que se habitam ao ambiente geográfico. Reutiliza componentes mal utilizados da estrutura original.	El Valle, Caracas- Venezuela		MAAN, Grupo Taica, SER, Comunidad do Bairro "El 70", Joan Martínez	Grande Missão Saber e Trabalho, Frente do construtor Francisco Miranda, Conselho Federal do Governo, Constupatria, Comissão Presidencial pela Paze Vida.	2015	
		Bulevar Comunitario Parque linear, integra uma praça polivalente e um circuito recreativo e cultural na entrada de um assentamento periurbano.	Los Mangos, Valencia- Velezuela		PICO, 439 Estudio, Al Bordo, Brigadas de Autoconstrução, Barbara Saman, Emanuel Bueno, Karina Dominguez	Comissão Presidencial pela Paz e a Vida, PDVSA, Missão Saber e Trabalho, Construpatria, Frente do Construtor Francisco Miranda	2014	
		Parque Comunitario Reabilitação de um ambiente afetado por intempéries e más práticas urbanas	Colinas de Corporiente, Cumaná- Venezuela		AGA, Taller Activo- MEX, CODA, PICO, Darianna Urbina, Sofia Paz, Brigadas de Autoconstrução, Ana Karina Vielma, Maria Isabel Ramirez, Frente Nacional de Bandas Rebeldes	Comissão Presidencial pela Paz e a Vida, Conselho Federal do Governo	2015	
	DISPOSITIVOS FUNCIONAIS		Pilo Peraza Reformulação do modelo habitacional unifamiliar de interesse social, com base no gerenciamento de tecnologias, materiais e orçamentos disponíveis utilizados para a construção de tipologias padrão pré-estabelecidas.	Barquisimeto- Venezuela		PICO, Porfirio Peraza, Trina Ramos, Wilmer Peraza, Brigada de Autoconstrução, Ana Karina Vielma, Adriano Pastorino, Barbara Saman, Luis Marcó	Grande Missão Vivienda Venezuela	2013
			Prototipo de Vivienda Periférica Tipologia habitacional não publicada, conectada a uma rede de verificações que gerencia estratégias semelhantes em um ecossistema rural emergente.	Barquisimeto- Venezuela		PICO, Kenneth Gomez, Univer-Ciudad, Brigada de Autoconstrução, William Adjunta, Dawson Yopez, Arturo Saavedra, Maria Isabel Ramirez, Karina Dominguez, Patricia Hernandez	Vice Presidencia Territorial, Missão Saber e Trabalho, UATIC	2016
			Juegodromo Salão de jogos de meninos e meninas da comunidade de Los Frailes de Catia, na rua "La Yaritagua", o principal caminho de pedestres do setor.	Los Frailes de Catia, Caracas- Venezuela		PICO, Luis Marcó, Priscila Yopez, Crianças da Comunidade		2015
		La Cineteca Dispositivo público de atividades recreativas, gerenciado pela comunidade e autoproduzido pelos jovens do edifício "Omar Torrijos", no âmbito de uma oficina desenvolvida a partir de recursos educacionais de projeto e construção coletivos.	Av. Bolívar, Caracas- Venezuela		PICO, PGRC, Independiente, Colectivo Animal, Ramona Hidalgo, Celina, Karina Dominguez, Sonja Gil, Maria Isabel Ramirez, Ramon Rojas, "Alexis", "Robert", "Arturo", Brigada de Autoconstrução do prédio, Nelson Hernandez, Juan Santana		2014	
		Unidad de Producción Audiovisual Estudo adequado à função dos grupos artísticos das bandas. Combina a física restaurada com o novo equipamento técnico operado por grupos profissionais.	San Carlos, Cojedes- Venezuela		PICO, La Vieja Escuela, Juan Ortega, José Suarez, Mauricio Rivas, Edison Rivas, Adriano Pastorino	BANDES, ESSERCA, ZUR-CO	2017	
		Media Cancha 3x3 Célula esportiva articulada com a praça do bairro através de um plano que inclui outros componentes futuros para a expansão de áreas comuns no bairro.	Pinto Salinas, Caracas- Venezuela		Oficina Ludica, ENORME, PICO, Joan Martínez, Gisela Tarache, Comunidad Pinto Salinas, Barbara Saman, Emanuel Bueno, Karina Dominguez	Comissão Presidencial pela Paz e a Vida, PDVSA, Missão Saber e Trabalho, Construpatria, Frente do Construtor Francisco de Miranda	2014	
		Unidad Gastronómica Circuito de produção agrícola de baixa escala, o microambiente e os artefatos associados favorecem a produção de itens específicos, utilizando técnicas de agricultura urbana.	Guácaro- Venezuela		PICO, Maria Izabel Ramirez, Michelle Isoldi, Jose Bastidas		2016	
		Estación Jardin Operação de estabilização de terrenos e pátios comuns ao exterior de casas reformadas no ponto mais remoto do bairro.	Los Frailes de Catia, Caracas- Venezuela		PICO, AGA Estudio, Maria Isabel Ramirez, Ana Cristina Morales, Laura di Benedetto, Rolando Campos, La Terraza, Joan Martínez, Adriano Pastorio, Karina Dominguez, Joan Ortega, Maximo Fonseca, Juan Linares, Sr Roger, Brigada de Autoconstrução Los Frailes de Catia, Williams Adjunta, Kenneth Gomez, Juan Castillo, Ruth Mora, Angel Chaparro, Nelyfred Maurera	Vicepresidencia Territorial, Instituto Nacional de Parques, Missão Bairro Novo Tricolor, Missão Saber e Trabalho	2015	
		Plaza Estacional "Granjas Urbanas" Sistema de Equipamentos comunitários	Caracas- Venezuela		PICO, AGA estudio	Vice Presidencia territorial, Instituto Nacional de Parques, Missão Bairro Novo Tricolor	2018	
		Workout el Risco "Resignificando o residuo" Revitalização de espaços reiduais	Las Palmas- Espanha El Risco, Gran Canaria		PICO, Todo por la Praxis, Architecture For All, AACCC Arquitecturas Colectiva	Prefeitura de Las Palmas	2017	
		Ramp pop-up Primera operación para dotar el techo, a partir de un circuito skateboarding. Una protuberancia en azotea. Elevación de la calle	Caracas- Venezuela		Marcos Coronel, Alfredo Pineda, Bárbara de Sousa. Técnicos y talleristas invitados por CASINO_ Ecosistema de Economías Culturales, Junto skaters y activistas urbanos.		2019	
		Habitar la Ozotea "ocupaciones perifericas" funciones culturales y nuevos valores de uso, explorando en las periferias de un edificio.	Vallecas- Madrid		residente: Marcos Coronel	Diego Peris, Siro Santos, Miguel, Justine Serol y *Stevenson Piña.	2017	
		Worktable mobiliário baseado no estilo de vida contemporâneo da venezuela	Venezuela		Marcos Coronel ft. Estelle Poisson	Studio Mumbai Architects	2019	
		Artificial "Grafting and symbolic self- construction" intervenção em um parque residual com participação técnica, da comunidade e de estudantes de arquitetura de toda a américa latina.	Costa Rica Barrio Jerezalén, Santa Cruz		PICO Colectivo (Venezuela), A01 (Alemania / Costa Rica), A01 (Países Bajos / Costa Rica), estudiantes de toda a américa latina, comunidade do bairro Jerezalén.	Coordinadora Latinoamericana de Estudiantes de Arquitectura (CLEA) / Latin American Architecture Student Coordinator (CLEA).	2019	
	Air Filter- Parasite balcony "tropicalizando" Crítica: como aproveitar melhor a sacada para aproveitar iluminação e ventilação nos edificios.	Caracas, Venezuela		PICO Colectivo	PICO Colectivo	2019		

Fonte: a autora a partir de dados do PICO Colectivo. Dados disponíveis em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Salientamos primeiramente a forma de financiamento, que se dá de diversas maneiras. Na Venezuela, algumas instituições públicas são obrigadas a alocar recursos para iniciativas autogerenciadas pelas comunidades que estão organizadas em “Conselhos Comunitários”, uma figura jurídica que permite, desde o estabelecimento protocolos de gestão de bairro, até a elaboração de um plano territorial, ou o desenvolvimento de projetos de várias naturezas. É assim que o PICO Colectivo se apresenta às instituições.

Como apresentado na tabela acima, algumas das entidades que contribuíram para o financiamento dos projetos realizados pelo PICO Colectivo são o Conselho do Governo Federal, o Banco de Desenvolvimento Social e a Fundação Comunitária.

O programa Espaços de Paz, integrante da categoria Estruturas Territoriais, foi concebido desta forma, em conjunto com o Movimento pela Paz e pela Vida, que consiste em uma rede política e cultural focada em reger programas de cunho educacional, esportivo, de trabalho e apoio a setores onde são identificadas maiores fragilidades.

Em relação à escolha de projetos inseridos em programas que reverberam como os Espaços de Paz, a própria comunidade, através de uma relação com entidades sociais, reivindica sua constituição e o programa dessas intervenções somente busca unir forças para tirá-los do papel.

Em relação à aproximação com a comunidade, Marcos Coronel esclarece, em um depoimento direto via e-mail, que todos os projetos são produto de anos de luta persistente junto às comunidades. Muito antes da arquitetura, as comunidades já elaboraram seu próprio plano, lidam com o diagnóstico preciso, identificam sua força de trabalho. Os espaços construídos são o resultado de intenso processo que precede a intervenção física.

O raciocínio de Coronel continua afirmando que não é incomum, e nem um fator complicado se entender o porquê do receio dos líderes comunitários em acreditar prontamente em promessas de pessoas vindas de fora. Assim, o dever do arquiteto ao se aproximar da comunidade, é o de se juntar aos atores principais da intervenção. Prossegue Coronel:

“Somente abaixo da posição em que o estereótipo profissional especialista é diluído, é realmente possível construir um relacionamento sólido com a comunidade. Não se trata de desaparecer o papel de arquiteto, mas sim repensar um perfil mais horizontal e beligerante.” (Marcos Coronel, Julho de 2020)

Como mencionado anteriormente neste capítulo, o PICO Colectivo considera que não são muitos os arquitetos que se unem à causa social. Portanto, quando um profissional

conquista a confiança de uma comunidade e entrelaça relacionamento com seus moradores, os próprios líderes do bairro o indicam para outras comunidades e assim sucessivamente. É um trabalho em rede (PICO COLECTIVO, 2017).

A seguir vamos apresentar as características essenciais das categorias estruturadas pelo PICO Colectivo a propósito de seu próprio trabalho¹³.

4.1 Estruturas territoriais

Definidas pelo coletivo como estratégias políticas, as Estruturas Territoriais visam, a partir de ações acupunturais que buscam progressivamente irradiação em um ambiente mais amplo, constituir protocolos de gestão baseados em redes, tecidos e sistemas cooperativos, ao promover operações de transformação física e social em territórios socialmente complexos, incorporando lógicas de organização não hegemônicas, variando a morfologia, a demanda programática ou a técnica construtiva empregada. Trata-se de pequenas operações sistêmicas que focam a atenção nas comunidades locais buscando ações com objetivos claros, baixo atrito, resultados imediatos e a fomentação de novas motivações, procurando responder às verdadeiras demandas da comunidade e do território, onde se tem novas relações de convivência pela reconstrução de infraestruturas em locais indicados pelos moradores.

Tais estruturas sistêmicas ocorrem em três sub-categorias: Espaços de Paz, Casas do Bairro e Facilidades Urbanas.

A primeira sub-categoria, o programa Espaços de Paz, consiste em pequenas e médias intervenções culturais e esportivas em territórios e edifícios precarizados ou subutilizados pela violência presente no interior dos bairros - programa internacionalmente reconhecido e responsável por diversos prêmios atribuídos ao coletivo. Apelidado de microcirurgias urbanas, o programa busca a transformação dos espaços em lugares de tolerância e convivência, consistindo em intervenções coletivas que apostam em intensos processos de transformação para construir espaços públicos em contextos urbanos segregados, baseando-se em uma estratégia de ação focada em lotes e espaços intersticiais residuais, em geral acidentados geograficamente, ou caracterizados por outras desvirtudes frequentes em assentamentos populares autoconstruídos. Como ações que instituem uma prática de renovação pondo em questão o modelo hegemônico

¹³ A descrição a seguir, conforme menciona a nota 2, se baseia mais diretamente à fonte PICO COLECTIVO, 2017 que, portanto, não será inserida a cada parágrafo. A análise circunstanciada de seus argumentos, quando se basear em outras fontes, será realizada mediante a inserção das devidas citações.

de grandes projetos, que por sua vez se caracterizam por ações de longo prazo e limitação de participação social, necessitando de capital intensivo e processos burocráticos complexos.

Compostas até o momento por projetos realizados em dez comunidades venezuelanas (Figura 1), cada intervenção, mediante a reconquista de espaços, acolhe uma iniciativa popular, sempre apoiada a uma história de luta responsável por unir líderes, indivíduos e associações de bairro. Cada projeto é desenvolvido no formato de oficina, com a participação de grupos locais, convidados estrangeiros e toda a comunidade envolvida, fazendo uso de instituições estaduais, em meio a um processo pedagógico em que há transferência de conhecimentos e experiências. É um programa que busca transformar aspectos fundamentais que governam a vida coletiva como o uso do tempo e do espaço e a promoção de coesão da vizinhança (PICO, 2017).

Figura 1 – Localização das intervenções do programa Espacios de Paz



1 Santa Rosa de Aguas MARACAIBO | 2 El Chama MERIDA | 3 Los Mangos de La Florida III CARABOBO | 4 Las Tres Marías, Pinto Salinas CARACAS | 5 de julio, Petare CARACAS | 6 Los Cerrajones BARDUISIMETO | 7 Manuel Marínque SAN CARLOS | 8 El 70, El Valle CARACAS | 9 Valle del Pino, La Guaira VARGAS | 10 Colinas de Corporiente, CUMANÁ

Fonte: PICO Colectivo trabalhado pela autora.

Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 29 jun. 2020.

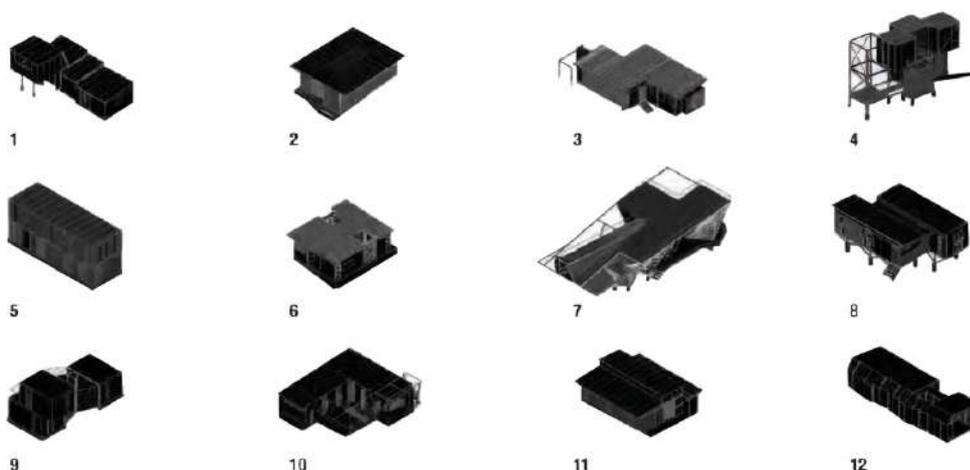
A segunda sub-categoria relativa às Estruturas Territoriais, é constituída pelo programa Casas no Bairro, apelidadas pelos arquitetos de “urbanização sem urbanismo” e conta

com protótipos residenciais construídos à margem da cidade formal, envolvendo em suas ações inovações dos serviços e a aplicação de materiais e tecnologias alternativas (PICO COLECTIVO, 2017).

A primeira experiência foi realizada no bairro Enmanuel, na comunidade Los Sin Techo, em Barquisimeto, cidade a noroeste da Venezuela, distante cerca de 365 quilômetros da capital Caracas. Constituiu-se na prototipagem de estruturas indispensáveis para uma residência doméstica que combinam aspectos da habitação no bairro e atividades produtivas em escala familiar. O principal objetivo deste programa, ao rejeitar modelos preconcebidos que não se encaixam na realidade local, é que o desenho atinja o patamar político, buscando alcançar novas análises e quebra de paradigmas. Os elementos a serem implantados são democraticamente eleitos pela comunidade em assembleias populares, onde são norteados os primeiros passos da intervenção. Essa estratégia busca gerar ações de transformação em pontos focais, articulando uma rede ampliada não só de residências em condições dignas, mas também de espaços públicos e áreas produtivas.

O programa Casas do Bairro configurou 15 protótipos de unidades residenciais a partir da experiência acumulada perante a demanda de casos reais, utilizando materiais de construção, procedimentos e tecnologias locais combinados ao inventário industrial disponível, conforme esquemas apresentados na Figura 2, abaixo:

Figura 2 – Protótipos residenciais desenvolvidos pelo programa Casas do Bairro na experiência realizada na comunidade Los Sin Techo. Na legenda observa-se o nome do ocupante da habitação e o(s) arquiteto(s) responsável(is)



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Cada unidade proposta passa por um processo de revisão aprovado pela comunidade antes de sua construção, gerando um memorial técnico que será aproveitado para futuras situações relacionadas, como um processo cumulativo de decisões.

O projeto é desenvolvido a partir de uma perspectiva que vislumbra o bairro como um complexo ecossistema composto de três dimensões inter-relacionadas: ambiental, social e territorial. A dimensão ambiental refere-se ao estudo detalhado das qualidades naturais existentes no local para a implementação do projeto. Fatores como a geologia do solo, a topografia, a vegetação e seus microclimas são de imprescindível compreensão para que o desenvolvimento da ação projetual tenha sentido sustentável de respeito ao ambiente e que o gerenciamento fomente o aparecimento de fontes futuras de energia, oferecendo serviços não prestados pela cidade como o cultivo de alimentos em pátios residenciais e públicos e a gestão dos resíduos.

A dimensão social se caracteriza pela iniciativa de criar espaços públicos onde possam acontecer assembleias com o objetivo principal de unir forças entre os técnicos e as instituições populares, em um diálogo horizontal para que se chegue a decisões de projeto devidamente pactuadas. A terceira dimensão, a territorial, visa promover novas formas de convivência. Busca unificar os setores da vizinhança, a partir do desfoque dos limites e da constituição de protocolos de coexistência de solidariedade. Para isso, a ação visa redefinir o uso dos espaços públicos, suas vias de acesso, e, inclusive, áreas de segurança como, por exemplo, sob redes aéreas de alta tensão.

O programa Facilidades Urbanas, também denominado pelo PICO Colectivo de “modernidade de reprogramação”, consiste em corredores verdes de instalações culturais permanentes. Foi implantado como experiência realizada articulando a principal rodovia da cidade de Caracas, a Avenida Bolívar, a novos conjuntos de moradias sociais multifamiliares.

Para que a sutura entre os dois lados da avenida fosse ativada, os usos lindeiros a este eixo principal - onde o que existia era apenas uma massa cinzenta de concreto -, foram revitalizados com novas superfícies e instalações culturais. Uma estrutura contínua com 12.000 m², com vários espaços cívicos, traz vida e potencializa usos a partir de dinâmicas que visam revalorizar a rua como espaço de diálogo e intermediação, se apropriando de espaços vazios remanescentes. A partir da tentativa de resgate da escala original da cidade, promoveu-se um ecossistema aberto e coletivo, baseado no princípio do direito à cidade, tendo a intervenção sido submetida a consulta pública com a participação de pesquisadores urbanos especializados, comunidades adjacentes e instituições públicas. (PICO Colectivo, 2017)

4.2 Plataformas de Desenvolvimento Coletivo

A segunda subdivisão dos projetos do coletivo, a categoria Plataformas de Desenvolvimento Coletivo, apelidada de “microeconomias subversivas”, é composta pelas chamadas bases de operações, que pretendem a busca pelo estabelecimento e fortalecimento de programas culturais ou esportivos dentro de assentamentos populares e áreas de conflito urbano. Objetivava-se o fornecimento de espaços de apoio para atividades comunitárias onde as intervenções têm grande participação dos grupos comunitários e movimentos sociais, tanto na escolha dos programas, quanto nos locais a serem implantadas, assim como na sua execução. A diferença desta categoria para a primeira – as Estruturas Territoriais - é que as Plataformas de Desenvolvimento Coletivo não precisam ser construídas em série, podendo se tratar de projetos isolados em locais diversos.

Aqui veem-se intervenções de pequeno e médio porte com o foco primeiramente voltado a atividades culturais e esportivas. Entre eles estão salas de encontro, espaços multiuso, equipamentos poliesportivos e instalações com as mais variadas soluções, por vezes articuladas para o vencimento de grandes declividades, recorrentes nos territórios de intervenção.

Como obras de forte cunho político, o objetivo é a criação de “trincheiras culturais”, termo utilizado pelo próprio PICO Colectivo. Deseja-se, a partir desses espaços, que os participantes e moradores fortaleçam sua consciência de mundo e, entendendo seus direitos, passem a reivindicá-los. Como exemplaridade, é interessante mencionar uma obra de restauração, a Casa Comum (Figura 3), onde um edifício, em Valle del Pino, La Guaira, território segregado da chamada cidade formal, foi transformado em ponto de encontro para discussões políticas. Consiste na reestruturação de uma casa afetada por deslizamentos de terra em 1999 que, posteriormente, foi parcialmente habilitada pelos próprios habitantes, com a expectativa de formalizar um local de encontro para atividades de interesse entre os moradores, até sua transformação final. É um pequeno edifício localizado no epicentro do bairro, lugar estratégico para o intercâmbio social, representando uma oportunidade para a crescente dinâmica desta centralidade. Durante cinco semanas, inúmeras tarefas organizacionais e de construção foram realizadas por uma enorme força de trabalho, por parte da comunidade, para sua consecução. Participaram profissionais do ramo da construção civil assim como mais de 50 jovens inexperientes, portavozes e líderes sociais. Para a viabilização da Casa Comum, também participaram ativamente colaboradores externos e instituições, compreendendo aportes financeiros.

A obra é composta por um piso térreo, que integra um ambiente único equipado para atividades de dança, cinema, teatro, sala de informática, sala de leitura e brinquedoteca,

bem como uma área para serviços gerais, onde existem banheiros, cozinha, vestiários e depósito. Na porção posterior do lote foi configurado um pátio interno e possível horta comunitária. Junto aos jardins, localizados fronteiros às calçadas, foi concebido um local de reunião, funcionando como terraços compartilhados. O primeiro nível se caracteriza pela transparência, cujas vedações são construídas a partir de uma linha de concreto pré-moldado com insertos para tubos de PVC, possibilitando que o ambiente se ajuste ao clima tropical, somado a outros componentes não convencionais como treliças que permitem a circulação de ar e entrada de luz natural, descartando assim a necessidade de recursos mecânicos.

O segundo nível utiliza a laje suspensa como piso para atividades com 142m² livres na sombra e, por meio de arquibancadas móveis, o uso torna-se flexível. A cobertura se constitui por uma estrutura independente de modo que não fossem adicionados esforços à construção da casa preexistente. Esta estrutura, que tem o papel de um grande farol à noite, torna-se um marco em que todo o bairro se reúne, como o novo espaço de atividades, fortalecendo e reconstituindo o valor da convivência coletiva como uma aspiração histórica da comunidade.

Figura 3 – Casa comum

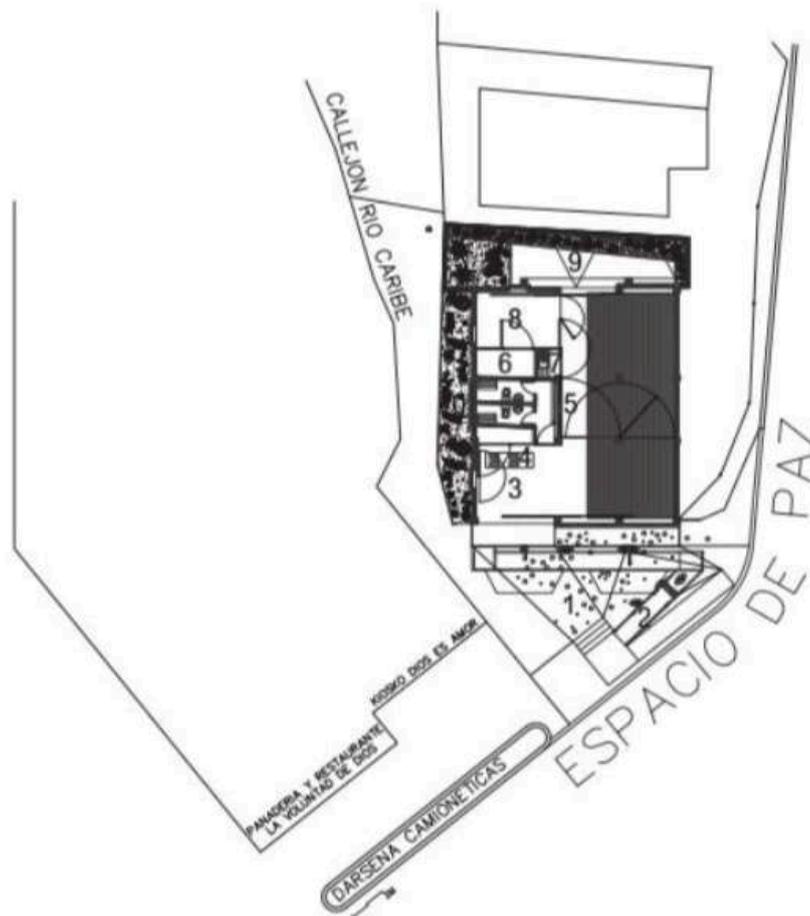


Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>
Acesso em: 29 jun. 2020.

A obra é composta por um piso térreo, que integra um ambiente único equipado para atividades de dança, cinema, teatro, sala de informática, sala de leitura e brinquedoteca, bem como uma área para serviços gerais, onde existem banheiros, cozinha, vestiários e depósito. Na

porção posterior do lote foi configurado um pátio interno e possível horta comunitária. Junto aos jardins, localizados fronteiros às calçadas, foi concebido um local de reunião, funcionando como terraços compartilhados. O primeiro nível se caracteriza pela transparência, cujas vedações são construídas a partir de uma linha de concreto pré-moldado com insertos para tubos de PVC, possibilitando que o ambiente se ajuste ao clima tropical, somado a outros componentes não convencionais como treliças que permitem a circulação de ar e entrada de luz natural, descartando assim a necessidade de recursos mecânicos.

Figura 4 – Planta térreo



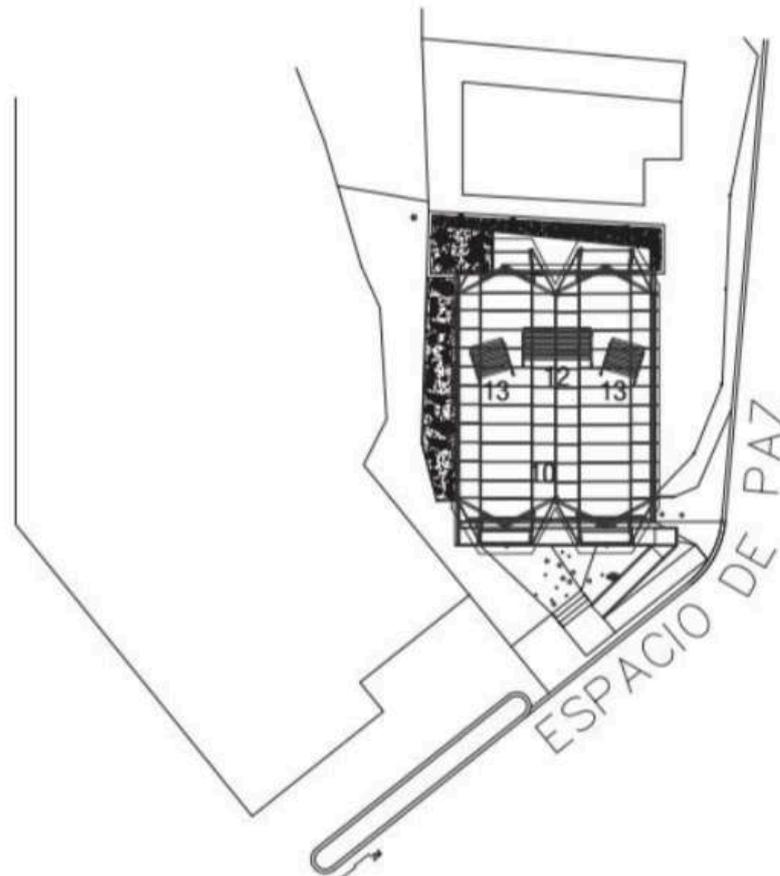
1. Praça | 2. Rampa de acesso | 3. “Infoespacio” | 4. “Infocentro” | 5. Espaço de uso múltiplo | 6. Depósito | 7. Cozinha | 8. Ateliê | 9. Horta- jardim

Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter__s_comunal__infra>. Acesso em: 29 jun. 2020.

O segundo nível utiliza a laje suspensa como piso para atividades com 142m² livres na sombra e, por meio de arquibancadas móveis, o uso torna-se flexível. A cobertura se constitui por uma estrutura independente de modo que não fossem adicionados esforços à construção da casa preexistente. Esta estrutura, que tem o papel de um grande farol à noite, torna-se um marco

em que todo o bairro se reúne, como o novo espaço de atividades, fortalecendo e reconstituindo o valor da convivência coletiva como uma aspiração histórica da comunidade.

Figura 5 – Planta superior: casa comum



10. Jardim “rio caribe” | 11. Praça aérea e fórum de cinema | 12. Estandes fixos | 13. Estandes móveis
 Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Reforçando o desejo de promover a conscientização política do escritório, são muito utilizados pelo coletivo termos como “autonomia pela periferia”, “o rural é urbano”, “paisagens sociais”, “contingências”, entre outros (FONTE, data). Percebe-se uma preocupação para que a identidade da comunidade seja mantida, o que é assegurado graças à formação de equipes interdisciplinares de trabalho, visando o melhor diálogo possível com os moradores, que participam desde o começo da concepção e das hipóteses de soluções em desenhos.

4.3 Dispositivos funcionais

A terceira divisão proposta, os Dispositivos Funcionais, reúne projetos que funcionam como recursos e ferramentas técnicas que se concentram como solução pré-configurada para problemas específicos. O conjunto destes dispositivos forma uma cartilha de aplicativos como base a partir da qual cada um pode ser reinterpretado conforme as condições das diferentes realidades, tendo a participação ou não da comunidade no processo de realização da obra.

Entre estes projetos-tipo estão um salão de jogos em uma área residual, a reforma de uma casa na comunidade Los Sin Techo em Barquisimeto - Venezuela, uma arquibancada que proporciona a exibição de filmes para os moradores, uma sala de musicalização e produção audiovisual, uma quadra poliesportiva adaptada a um terreno de 3 x 3m, instalações de jardins e de zonas de produção coletiva de alimentos.

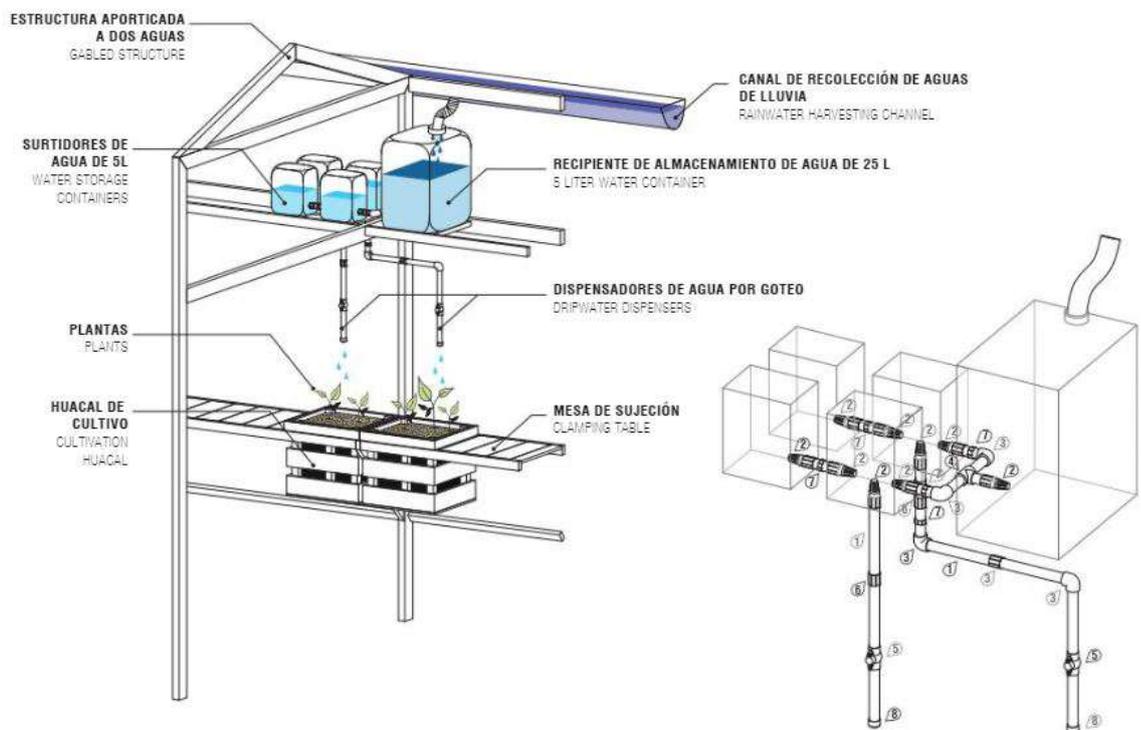
A Unidade Gastronômica é um exemplo dessas pequenas intervenções. É um micro-clima que favorece a produção de itens específicos, se utilizando de técnicas de agricultura urbana. Trata-se de um circuito de produção agrícola de baixa escala, o qual articula cozinha com horta orgânica e canteiros de cultivo conectados a um dispositivo de coleta de águas da chuva para facilitar a irrigação de espécies vegetais, ervas aromáticas e medicinais utilizadas na preparação de receitas. É um experimento que tem como objetivo instalar um sistema de gestão auto-suficiente que permita aos produtores da unidade diminuir a dependência de produtos de consumo industrializados, buscando a sustentabilidade em itens facilmente cultiváveis na cidade. Todos os produtos cultivados são de origem orgânica, sendo tratados com fertilizantes e biocontroladores naturais. As mudas adultas são transferidas para bandejas localizadas no terraço do projeto, onde o dispositivo de irrigação é articulado ao canal de coleta das águas pluviais, aproveitando recipientes de plástico e peças de instalações sanitárias convencionais. Tudo se conecta em um ciclo.

Seguindo raciocínio semelhante, o projeto Estação Jardim foi instalado no sopé montanhoso do Parque Nacional Waraira Repano que atua como o principal ecossistema natural e pulmão vegetal da cidade de Caracas. Os setores habitados dessa área protegida, principalmente os bairros populares, tornam-se espaços de preservação do Parque, ao poder utilizar os recursos extraídos com base em uma relação de uso sustentável. Com o projeto se busca soluções capazes de desenvolver uma experiência produtiva apoiada na consolidação de um pátio comum, localizado na porção territorial mais rural da comunidade. O pátio possui uma horta gerenciada por um grupo de famílias vizinhas que detém conhecimento em agricultura urbana e em técnicas de

permacultura. A ideia é que o espaço seja utilizado como uma oficina de treinamento-escola na gestão de ecossistemas no bairro, incluindo a proteção do Parque Nacional.

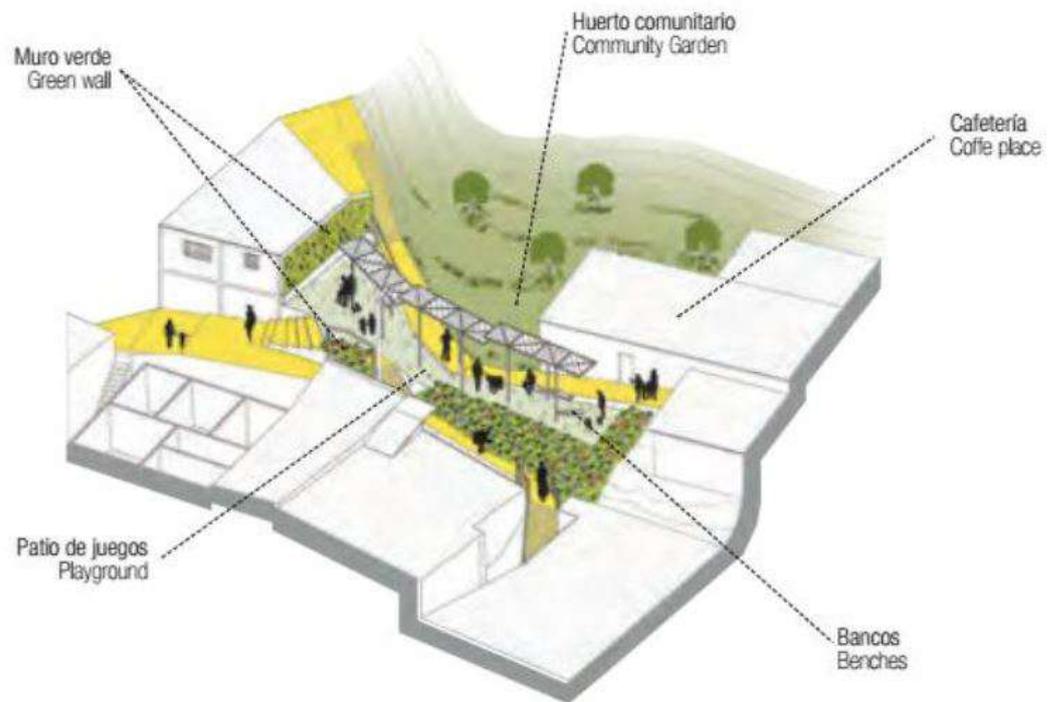
Entende-se esta classificação de projetos, portanto, como intervenções de pequeno porte que têm como objetivo dar suporte à comunidade em questões específicas, não sendo necessária a sua participação na construção. Entretanto, a não participação dos moradores na concepção do projeto não deixa de lado sua autonomia. É possível notar que, mesmo em projetos já pré-concebidos e fabricados, quem usufrui do projeto o aceita e acolhe, dando-lhe um sentido próprio. A participação se dá no ato de autorizar a existência das intervenções e em delas se apropriar de maneira não alienada.

Figura 6 – Unidade gastronômica



Desenhos esquemáticos. Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em 29 jun. 2020.

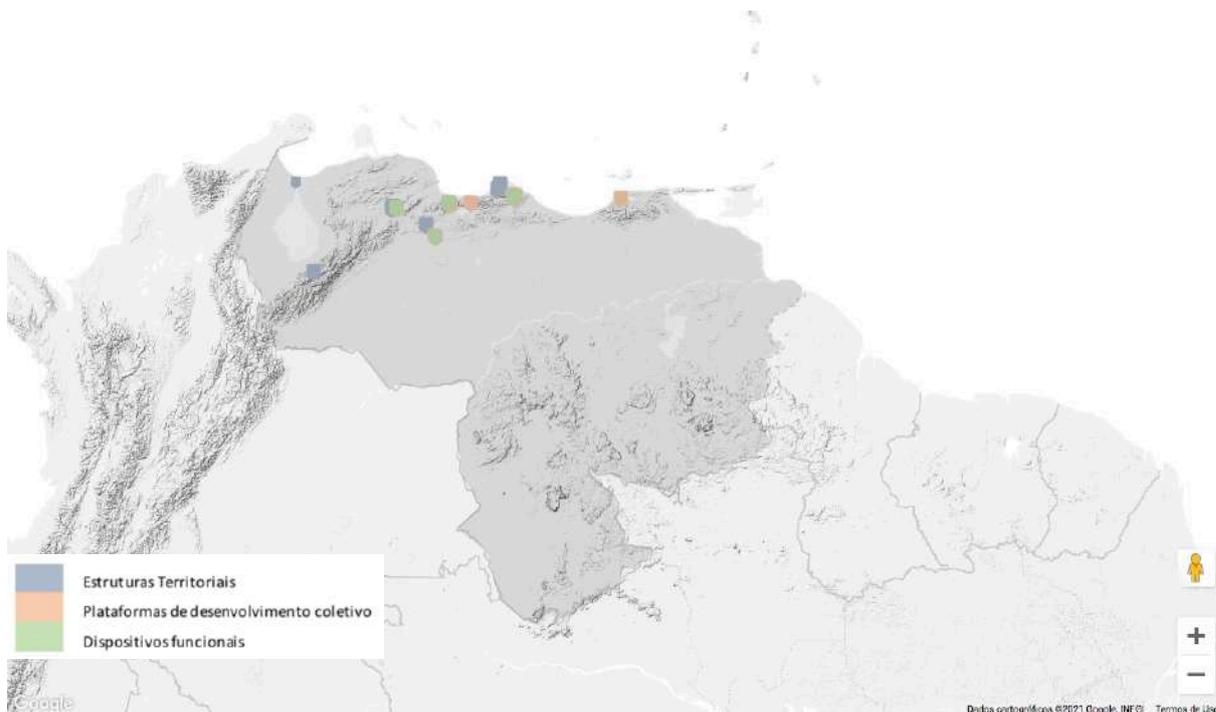
Figura 7 – Esquema: estação jardim



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em 29 jun. 2020.

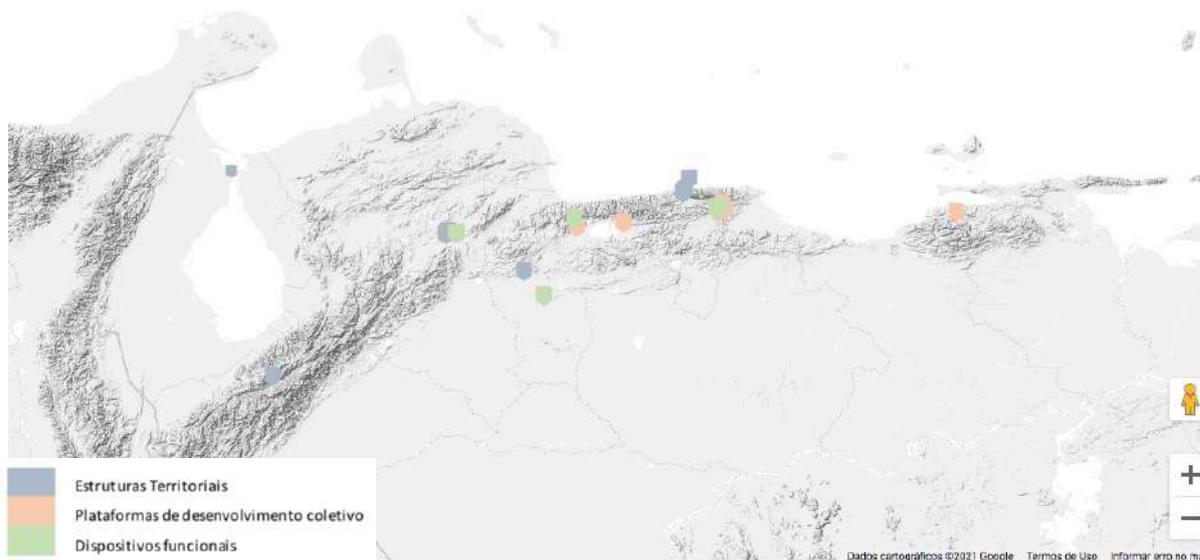
4.4 Tudo se conecta

Figura 8 – Mapa: intervenções do PICO Colectivo na Venezuela



Fonte: Google Earth trabalhado pela autora. Acesso em: 05 jan. 2021.

Figura 9 – Mapa: intervenções do PICO Colectivo na Venezuela - zoom



Fonte: Google Earth trabalhado pela autora. Acesso em: 05 jan. 2021.

Mediante mapeamento das intervenções do coletivo na Venezuela realizado, conforme Figura 9, é verificável que as intervenções do PICO Colectivo se realizaram quase em sua totalidade em áreas de grande declividade, nas encostas da Cordilheira dos Andes e seus desmembramentos setentrionais. Além de se serem em locais de risco, sujeitos a desastres naturais, os projetos localizam-se em comunidades segregadas, bairros carentes e áreas de favela.

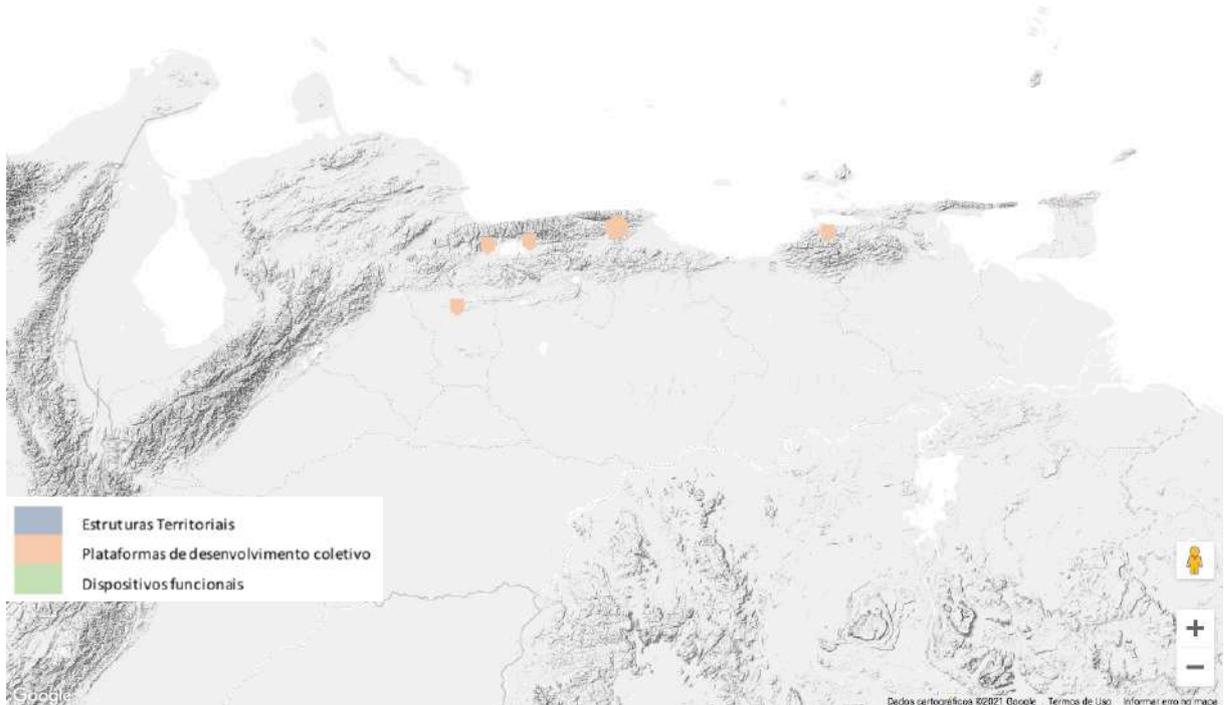
Figura 10 - Mapa: estruturas territoriais



Fonte: Google Earth trabalhado pela autora. Acesso em: 05 jan. 2021.

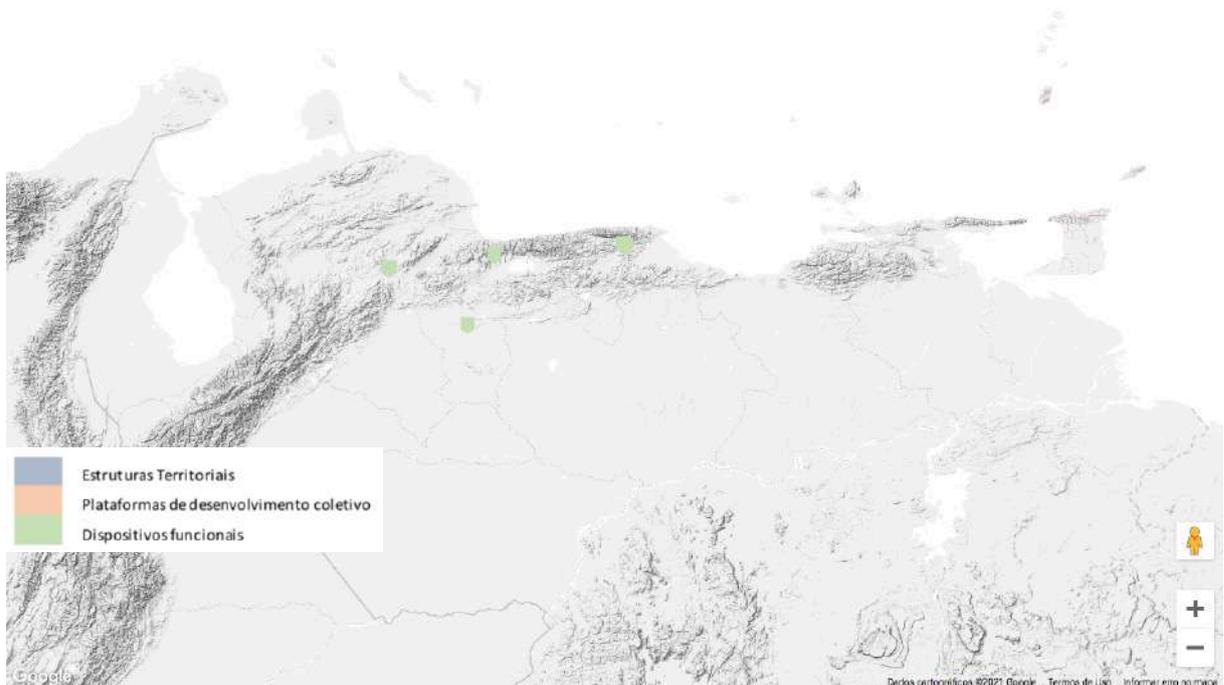
Os projetos relativos à categoria “Estruturas Territoriais” se articulam em rede, pulverizados pelo território. Compreende-se que estes projetos se ligam fazendo nascer uma linha abstrata que se instala de modo predominantemente longitudinal, a norte e nordeste venezuelano.

Figura 11 – Mapa: plataformas de desenvolvimento coletivo



Fonte: Google Earth trabalhado pela autora. Acesso em: 05 jan. 2021.

Figura 12 – Mapa: dispositivos funcionais



Fonte: Google Earth trabalhado pela autora. Acesso em: 05 jan. 2021.

As localidades das intervenções definidas como Plataformas de Desenvolvimento Coletivo e Dispositivos Funcionais apresentam uma ação mais concentrada em comunidades assentadas em áreas de grandes cidades como é o caso de Caracas, que conta com onze dos vinte e cinco projetos listados.

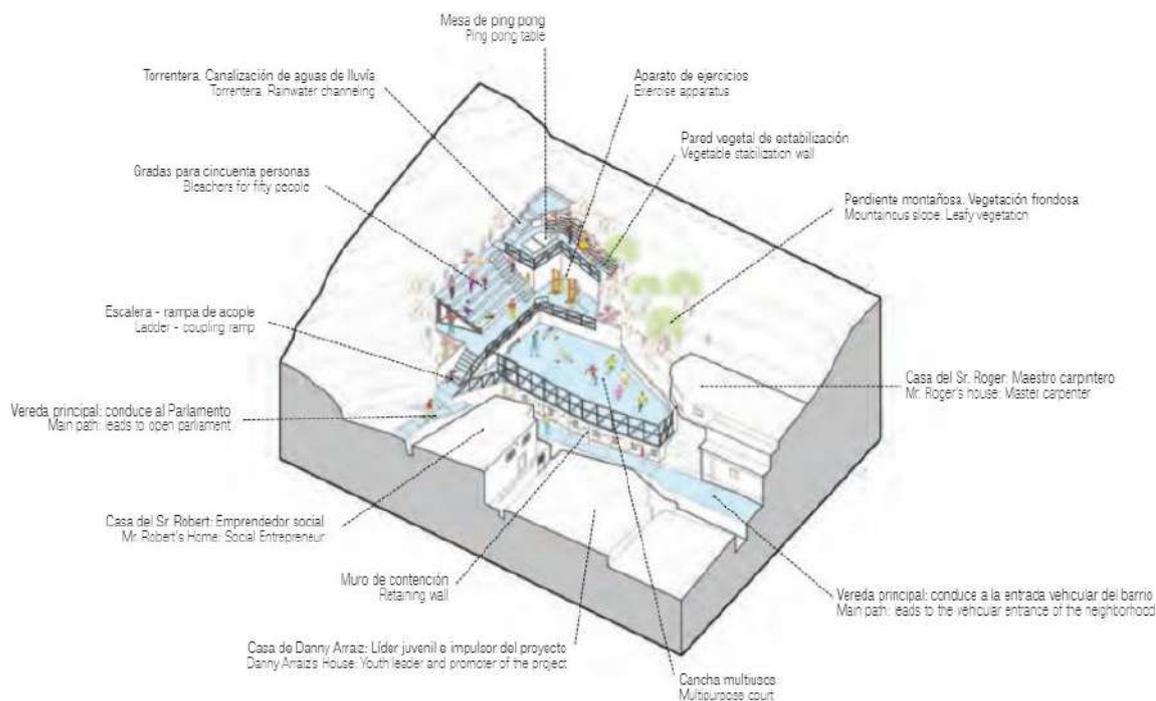
Uma explicação para esta concentração na capital da Venezuela, como é sistêmico nas grandes cidades latino-americanas, se coaduna aos problemas de desigualdade e cujos resultados são a segregação socioespacial, e constituição de áreas carentes da cidade e região metropolitana que abriga territórios como o Petare, capital de Sucre Miranda, compreendendo uma população de 372.470 pessoas (INE, censo de 2011).

Como as altas declividades são um fator determinante destas ocupações, são muito presentes projetos que tratam de sua amenização e transposição com a criação de novos usos e significados para esses territórios antes inaproveitados.

Como exemplaridade, destacamos o projeto Poliesportivo Reduzido, vencedor da Bienal Panamericana de Quito, de 2016, na categoria Habitat Social e Desenvolvimento. (ACTUALIDAD, 2016), que procura promover o equilíbrio entre o ambiente construído e a gestão da natureza ocupada, otimizando as infraestruturas no bairro. O júri da referida premiação, como referência de distinção, coloca o projeto ao lado de outros projetos que provaram “ter um impacto positivo e tangível na melhoria das condições de vida de famílias de baixa renda” (ACTUALIDAD, 2016).

Localizado na comunidade Los Frailes de Catia, localizada a oeste do vale de Caracas e conhecida por sua alta declividade, a construção é baseada no desenvolvimento de operações de conformação do solo, estabilização de taludes e paredes de nivelamento, entre uma diversidade de soluções técnicas mais próximas às funções da engenharia como determinante, onde a arquitetura se configura como decorrente, na resolução de problemas pragmáticos.

Figura 13 – Perspectiva ilustrativa do projeto Poliesportivo Reduzido



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 29 jun. 2020.

A intervenção busca consolidar um local que é preservado pelos jovens da comunidade para sua autoconstrução como instalação esportiva, priorizando um certo sentido lúdico. É uma obra que não segue as dimensões padrão de conjuntos poliesportivos e obedece a parâmetros semelhantes aos usuais em seu ambiente, caracterizado pela geomorfologia irregular e acidentada. Em cota inferior ao da implantação de alguns programas esportivos e de administração, há uma escada hidráulica que permite que as águas pluviais que percolam desde o aclave do terreno sejam descarregadas e conectadas ao sistema de drenagem. O muro de contenção possui perfurações para que as águas, abundantes nessa geografia, transbordem de modo controlado e conduzido.

Destacamos neste projeto a importância do trabalho realizado por uma extraordinária cooperativa comunitária que integra mais de duzentas pessoas, envolvendo manobras de maquinário em áreas anteriormente intransitáveis, limpeza, capina, remoção de entulhos e mobilizações de grandes volumes de materiais.

Apresentamos também alguns projetos que não foram inseridos na tabela acima por serem mais atuais do que os projetos classificados pelo Pico Coletivo nas classificações explanadas durante o capítulo. São eles: A Rampa, Habitar o Terraço, Mesa de Trabalho e Varanda Parasita.

Observa-se que, mesmo não se tratando de grandes construções, são artefatos que buscam provocar as pessoas a pensar sobre determinado tema. A mesa de trabalho consiste em uma bancada que traz à tona diversas referências latino-americanas na escolha de sua conformação e aparência, função e materiais de construção.

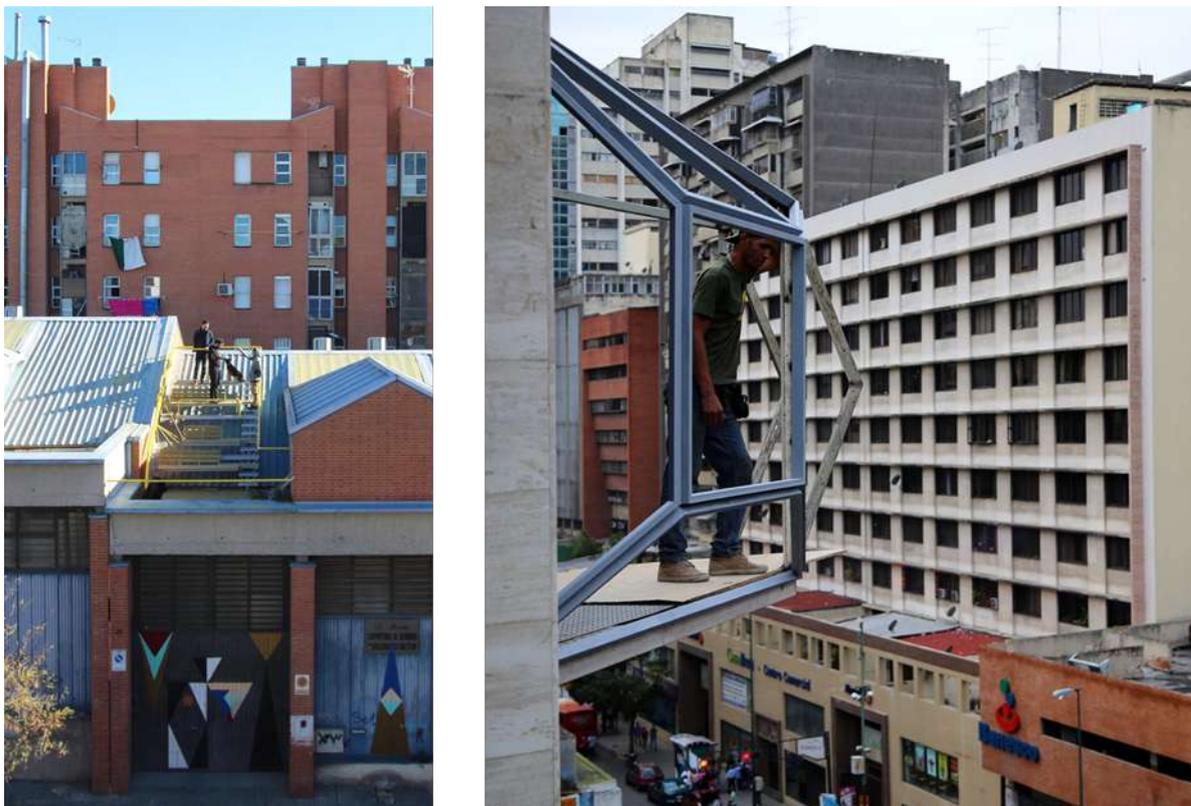
Figura 14 – Marcos Coronel e Estelle Poisson com a mesa de trabalho



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: [https:// <https://picocolectivo.org.ve>](https://picocolectivo.org.ve). Acesso em: 27 dez. 2020.

Habitar o terraço, por sua vez, trata da reforma do pavimento superior da casa de Marcos Coronel, fundador do coletivo, na Espanha. No lugar onde costumeiramente se vê telhados na vizinhança, tem-se agora uma cobertura com arquibancadas com a função de convívio e estar ao ar livre. Com uma provocação de natureza semelhante, o projeto Varanda Parasita consiste em uma espécie de cápsula que vai além dos limites da fachada de um edifício comercial, com o intuito de ampliar espaço e uma leitura crítica da iluminação e ventilação escassas em construções atuais, como um comentário a uma *bay window* contemporânea.

Figura 15 – Da esquerda para a direita: habitar o terraço e varanda parasita



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: [https:// <https://picocolectivo.org.ve>](https://picocolectivo.org.ve). Acesso em: 27 dez. 2020.

Como conclusão preliminar depreende-se que a arquitetura realizada pelo PICO Colectivo não se assenta a partir tão somente no território e sua declividade, nem na resolução estrita de determinados programas ou na necessidade da participação popular – como apresentado, a exemplo, os projetos classificados como dispositivos funcionais nem sempre são construídos com a ajuda da comunidade. O que nos parece essencial nas intervenções do coletivo é a utilização, como alicerce, de sua forma de atuar territorialmente, visando gerar uma força a partir de ações pontuais, que reverbere em toda a Venezuela, quiçá com um eco na América Latina inteira e, com mais ousadia, que chegue a todos os pobres urbanos.

A preocupação fundante seria, portanto, a nosso ver, a escala de reverberação que, mesmo podendo ser lida pelo pensamento racional e instrumental como uma utopia, caminha desde a direção de um apontamento de soluções emergenciais que contudo se inclinam a fomentar a alimentação de uma força política contra hegemônica. Aqui, o PICO Colectivo cria uma forma de autorizar a arquitetura a existir sem ser autoritária, numa linguagem horizontal que não é alienadora nem opressiva. Pode-se perceber claramente que o escritório não procura explicar aos oprimidos como eles devem agir, e sim entender sua dinâmica e adaptar seus projetos a ela (PICO COLECTIVO, 2017).

A partir da classificação formulada pelo próprio coletivo, foram selecionados três projetos como estudo de caso buscando um aprofundamento no sentido de entender as circunstâncias envolvidas em cada um deles e sua reverberação no território. Mais do que uma análise projetual extensiva, visa-se investigar se a arquitetura produzida com uma intenção política e se atentando às dinâmicas de onde está inserida, tem poder para ser uma engrenagem na luta dos oprimidos por seus direitos. No próximo capítulo serão abordadas com mais detalhes as questões de como se dá a participação popular no caso da intervenção Casas no Bairro, em como um projeto pode transformar a dinâmica de um local antes marcado pela violência - como é o caso de La Ye -, e como se dá a noção de pertencimento em projetos de pequena escala, concebidos e com fabricação pré-determinada com anterioridade, a partir da exemplaridade da Cineteca.

CAPÍTULO 5 - PICO COLECTIVO - ESTUDOS DE CASO

Como apresentado no capítulo anterior, foram selecionadas três obras do coletivo venezuelano para aprofundamento da discussão de suas práticas projetuais e possíveis impactos nas comunidades e territórios em que se inserem.

5.1 Habitações produtivas no bairro

Figura 16 – Paisagem urbana de Barquisimeto, Venezuela



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Tabela 2 - Sistematização das informações do projeto Habitações Produtivas de Bairro em **Barquisimeto**

Local	Barquisimeto, Venezuela
Ano	2016-2017
Direção de projeto	José Rodríguez, Gabriel Visconti, Hans Schwarz, Alejandro Haiek, Juan Castillo, Marcos Coronel

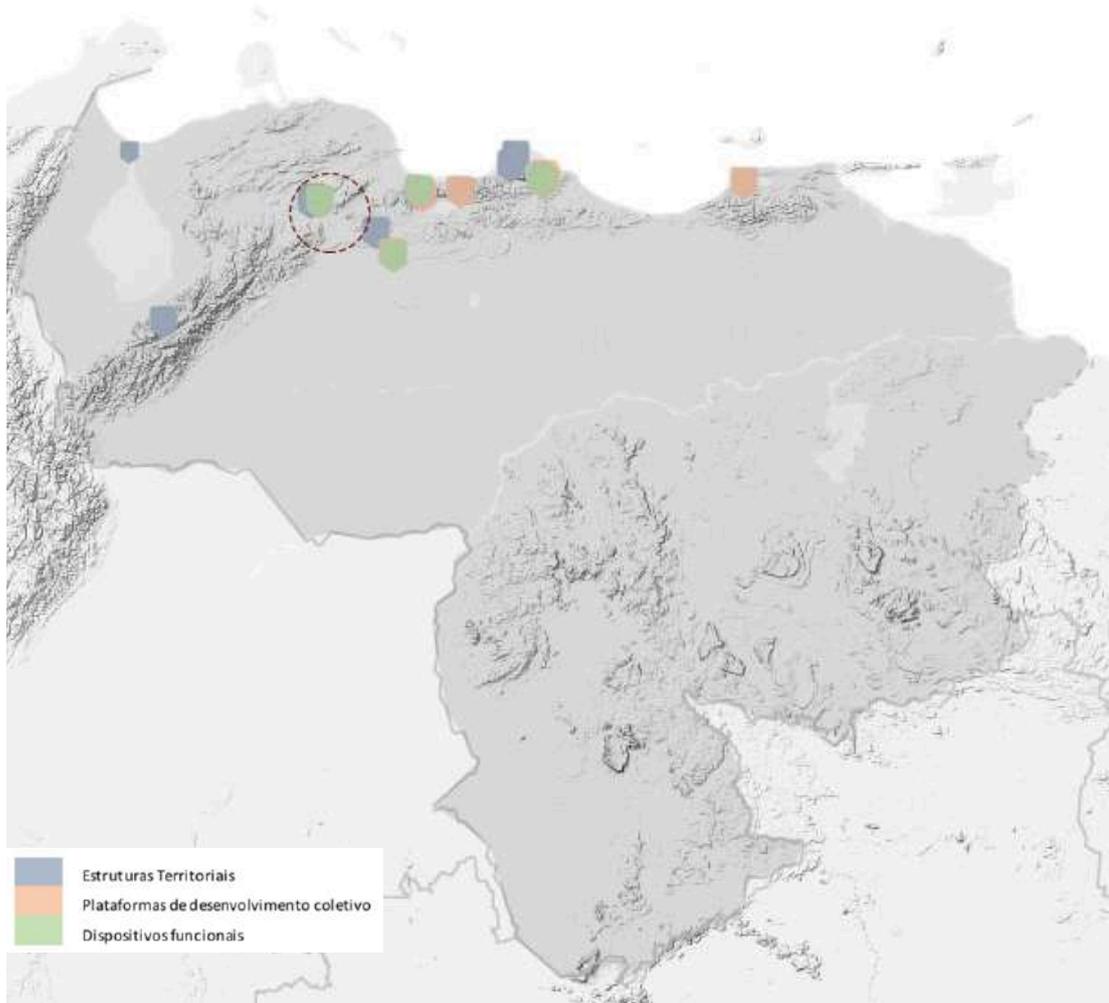
Responsáveis pelos projetos	Genesis Orozco e Robert Montilla (AftJq), Gabriel Visconti, Alejandro Pantín (AGA Estudio), Johan Meléndez, Freyvi Mora (CODA), Roberth Jordan, Juan Marroquín (Colecivo D2), Hans Schwarz Bassila, Andrea Guisandes (Habitante Colecivo), Rafael Machado, Antonio Torres, Maria del Mar Pastor (INSITU), Alejandro Haiek, Fátima Ferreria, Enrique Henríquez, Tharamaroa Troconis, Irina Urriola (LAB.PRO.FAB.), Alfredo Pineda, Thania Castillo (La Vieja Escuela), Stefano Dodero (OTE), José Luis Delgado (OAU000), José Naza Rodríguez, Leonardo Pérez Quintero (P.G.R.C), Marcos Coronel, Juan Carlos Castillo (PICO), Kevin Guerrero, José Martínez (TaDU), Angelis Centofanti, Luisa Acosta Scandela, Stephany Sánchez
Comunidade	Barrio Enmanuel, "Los Sin Techo"
Brigada de construção	Diversos mestres de obra, pedreiros, ferreiros, carpinteiros e outros trabalhadores da construção
Produtor	William Adjunta, Dawison Yepez, Arturo Sabe-dra
Suporte institucional	Vice presidência territorial
Documentação	Anakaryna Marín, José Alberto Bastidas, Rubén Paredes

Fonte: Dados de PICO Colectivo, trabalhados pela autora. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontin-gentes/docs/projecto_de_inter__s_comunal__infra>. Acesso em: 01 set. 2020.

O projeto localiza-se na cidade de Barquisimeto¹⁴, capital do estado de Lara, a oeste da Venezuela, distando 353 quilômetros da capital, Caracas. Contando com uma população de 1.242.351 habitantes em 2013 (INE, 2011) torna-se a quinta cidade mais populosa do país.

¹⁴ Barquisimeto é a quinta maior cidade da Venezuela, contando com 1.218.578 habitantes na área urbana em 2019, segundo o site Population Stat. Disponível em: <https://populationstat.com/venezuela/barquisimeto>. Acesso em: 6 nov. 2020.

Figura 17 – Mapa: intervenções do PICO Colectivo na Venezuela. Destaque: Barquisimeto



Fonte: Google Earth trabalhado pela autora. Acesso em: 05 jan. 2021.

Figura 18 – Paisagem urbana de Barquisimeto, Venezuela

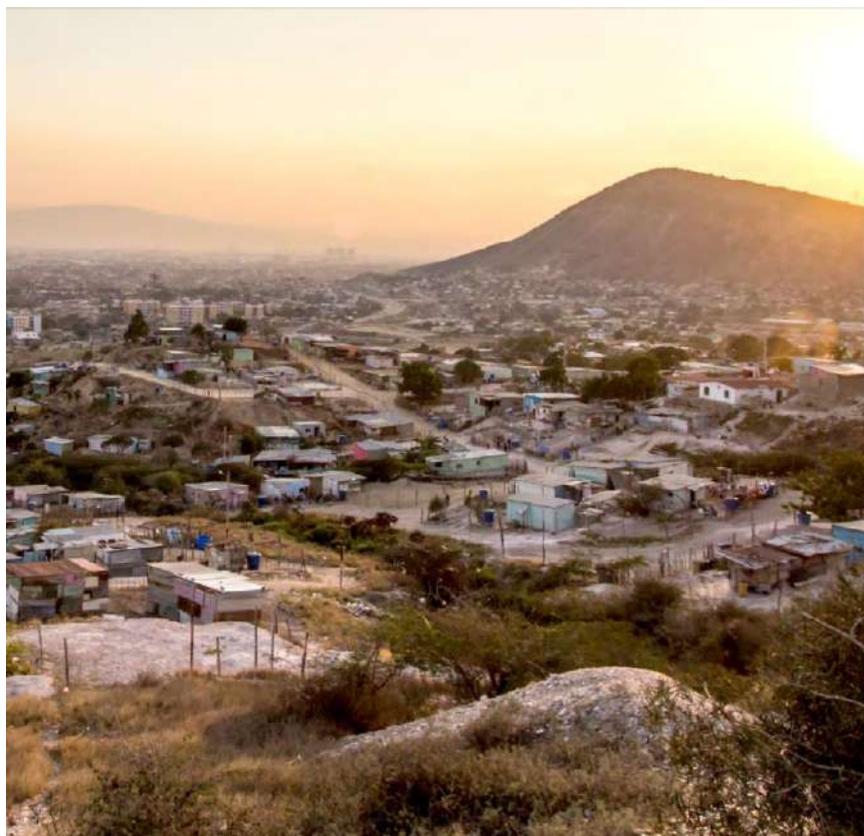


Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Configuradas como diversos protótipos de unidades habitáveis a serem construídas à margem da cidade formal, as habitações produtivas consistem na criação de modelos replicáveis de infraestruturas domésticas que combinam os ambientes das habitações propriamente ditas, conforme especificidades programáticas para cada caso a atividades produtivas em escala familiar, respeitando a característica agrícola do bairro, como hortas e pomares nos espaços entre as casas ou nos pátios livres.

Seu partido é baseado no desenho e implantação de unidades em rede a partir de uma política que visa atingir novas interpretações e buscar paradigmas, refutando os modelos preconcebidos, tantas vezes estéreis e sem personalidade.

Figura 19 – Paisagem urbana de Barquisimeto, Venezuela



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter__s_comunal__infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

A estratégia do programa é gerar pontos focais de transformação que reverberem, potencializados em uma rede residencial, bem como espaços cooperativos e áreas de produção.

Na experiência de Barquisimeto, por meio de votação comunitária em uma assembleia popular, um grupo de casos foi escolhido para que fossem os primeiros a receber a intervenção do coletivo de arquitetos.

Figura 20 – Protótipos residenciais realizados no programa Habitações Produtivas do Bairro



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Contemplando quinze exemplares replicáveis, o sistema aposta em procedimentos e tecnologias já conhecidos pela comunidade mesclados a soluções industriais, unindo saberes populares com os propriamente técnico-profissionais. Cada um dos quinze protótipos passou por um processo de revisão realizado com a comunidade antes de sua construção, a partir do que foi criado um memorial técnico passível de serem utilizados em outras intervenções para situações relacionadas.

Figura 21 – Protótipo residencial número 11 realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro em Baquisimeto, Venezuela



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

O bairro foi interpretado, no desenvolvimento do projeto, como um grande ecossistema e, para tal, foi considerado a partir de três dimensões: ambiental, social e territorial. Na dimensão ambiental são levantadas as qualidades naturais do sítio no qual serão implantadas as intervenções e, como produto, tem-se um dossiê a partir do qual se busca o entendimento detalhado sobre aspectos da geologia do solo, a topografia existente, os tipos de vegetação e microclimas. Alicerçado neste estudo ambiental, foi realizado um cotejamento de possíveis fontes sustentáveis de energia com a intenção de cobrir serviços não prestados pelo governo, bem como hipóteses de hortas coletivas em pátios familiares, áreas comuns ou ao redor de riachos.

A dimensão social consiste em uma organização da comunidade que se funda na criação de espaços de participação coletiva como salas de jantar, salas técnicas e locais em que possam ser discutidas agendas políticas e culturais, com o objetivo de unir a dimensão técnico-profissional com as forças da população, na forma de acordos e de cadeias de trabalho onde exista o intercâmbio horizontal de informações e discussões públicas.

Consoante a dimensão territorial foi realizado um plano urbanístico em micro escala objetivando a reordenação físico territorial onde foram redefinidas áreas públicas de convívio,

vias de acesso e de segurança sob cabos de alta tensão, propondo a unificação entre os setores da vizinhança com vistas a dissolver os limites que os separam para que se pudesse construir novos protocolos onde o novo foco passasse a ser pautado pelas relações de coexistência e solidariedade.

Figura 22 – Protótipo residencial número 06 realizado no programa de Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Figura 23 – Protótipo residencial número 12 realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter__s_comunal__infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Parte do sistema de protótipos do programa Habitações do Bairro segue preceitos de tipologias habitacionais conectadas a uma rede de soluções que administram estratégias em um ecossistema rural emergente. Propõe um olhar focado sobre o desenvolvimento de novas formas de morar em contextos rural-urbanos, deixando clara a possibilidade assertiva em explorar modelos que se distanciam dos prefigurados na cidade.

Figura 24 – Protótipo residencial número 01 em construção realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Figura 25 - Protótipo residencial número 01 em construção realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.

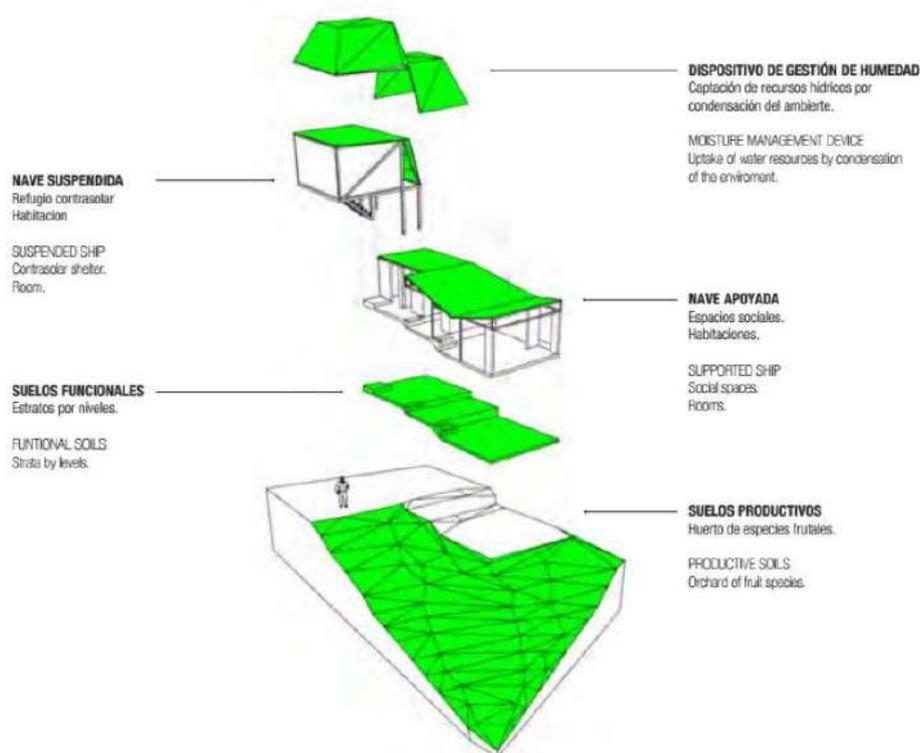


Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Examinaremos a seguir um dos protótipos implantados, o protótipo residencial número 01, de Anarelbis Mejia. Localizado no ponto mais alto do assentamento que se localiza às franjas extremas da cidade, com características rurais. O bairro tem como limites a área montanhosa e um dos riachos naturais que o percorrem. Com uma topografia que se destaca por ser acidentada, possui solo fértil em um local de clima ameno.

Com a premissa de ser uma tecnologia replicável, o protótipo foi pensado para que sua morfologia, materiais e técnicas construtivas fossem semelhantes às recorrentes no bairro, articuladas a sistemas técnicos mais elaborados mas que guardassem a possibilidade de execução sem processos de grande complexidade. Um dos pressupostos fundamentais era o resgate das inteligências construtivas locais de acordo com tecnologias definidas para melhor suprir as necessidades, com possibilidade de autonomia construtiva.

Figura 26 - Esquema de construção do protótipo residencial número 01 realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela.



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

No caso examinado, foram combinados diversos materiais para a construção. O piso de base foi articulado em 3 platôs, denominados solos funcionais, executados em concreto armado, bem como as fundações. Em seu entorno, os “solos produtivos”, foram mantidos em seu perfil topográfico original para o cultivo de pomar de espécies frutíferas. As envoltórias construídas se estruturaram a partir de esqueletos de perfis metálicos leves, para abrigar ambientes da habitação, respectivamente denominados de nave apoiada e nave suspensa – como um ambiente separado. A cobertura foi chamada de dispositivo de gestão de umidade, como um elemento de captação por condensação, realizada a partir de painéis térmicos metálicos leves e as vedações se constituíram por alvenaria de blocos cerâmicos revestidos ou não com argamassa.

Figura 27 - Protótipo residencial número 01 em construção realizado no programa Habitações Produtivas do Bairro, em Barquisimeto, Venezuela



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_intervenciones_comunales_infra>. Acesso em: 19 de set. 2020.

5.2 Núcleo cultural de la ye

Figura 28 - Vista do bairro do Petare; ao centro intervenção Núcleo Cultural La Ye



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), cerca de um terço das crianças venezuelanas necessitam assistência humanitária para acessar serviços básicos de nutrição, saúde e educação, sendo que entre os estados mais afetados estão Caracas, Miranda, Zulia, Bolívar e Táchira.

O Núcleo Cultural de La Ye localiza-se no Petare, favela da região metropolitana de Caracas, considerada a maior do país, com 372.470 habitantes (INE, censo de 2011). O projeto caracteriza-se como um ambiente comunitário autoadministrado, frequentado por jovens do bairro, onde uma casa antes em condições precárias foi recuperada e transformada em um espaço para uso esportivo e cultural.

Figura 29 - Vista de cima da intervenção Núcleo Cultural La Ye



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Tabela 3 - Sistematização das informações de projeto julgadas como importantes para maior clareza de entendimento segundo a autora.

Suporte Técnico	Kenneth Gómez.
Projeto	Juan Carlos Castillo (PICO), José Naza Rodríguez (PGRCI, Diego Peris e Jon Garbizu ITXPI.
Colaboradores	Alfredo Pineda [A Velha Escola], Brigada Muralista Comando Criativo
Líderes do bairro	José Dionisis, Jasmín Jiménez
Brigada de construção	Comunidade 5 de Julio, Petare.
Produtor	Isidoro Ledezma, Colectivo C4.

Suporte institucional	Comissão Presidencial para a Paz e a Vida PTES Comissão Central para a Paz e a Vida,PDVSA
Fornecimento de equipamentos	Missão Saber e Trabalho
Fornecedor de materiais	Construpatria, Construtor Front Francisco
Área de superfície	180m ²
Fotografia	José Alberto Bastidas e Bárbara Saman.

Fonte primária das informações: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 01 set. 2020.

Figura 30 - Vista exterior da intervenção Núcleo Cultural La Ye



Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Figura 31 - Entrada da intervenção Núcleo Cultural La Ye



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_intervencoes_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Após a limpeza do edifício, a intervenção primeiramente se preocupou com questões eminentemente técnicas, para solução das patologias existentes no edifício original, mediante a realização de reforços estruturais para, a seguir, adequar os espaços para os novos programas propostos coletivamente e a adição do que denominou-se instalações parasitárias, como o fechamento de uma quadra de esportes instalada na cobertura (Figura 32) e a escada de acesso desde a rua (Figura 31).

Figura 32 - Esquema de elementos construtivos para envoltória de fechamento da quadra na intervenção Núcleo Cultural La Ye

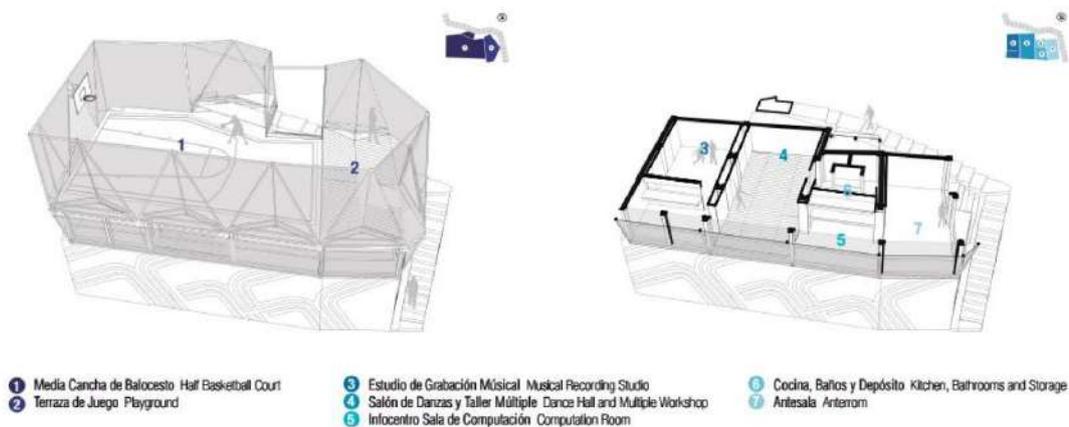


Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Pensado como um microrganismo de economias alternativas, híbrido e que destaca sua preexistência, La Ye tem seu princípio na realização de atividades atípicas através da reestruturação de uma construção desocupada, constituída por uma antiga casa autoconstruída que funcionava como local de apostas e loja de bebidas, considerada anteriormente como um local vulnerável e impróprio a convivência comunitária. No pavimento térreo, contando com 120m², existiam diversas saletas segregadas, separadas por um corredor com iluminação e ventilação natural deficientes. Na cobertura, em estado inacabado, havia vergalhões expostos para ampliação de um pavimento futuro. Uma escada perimetral de acesso a outros edificios lindeiros, completava o conjunto.

O ponto de partida da concepção foi a transformação da casa, antes em condições precárias, em espaços multiuso, a serem apropriados pela comunidade como um todo. Um dos nós do projeto foi a construção de uma quadra poliesportiva como um espaço que integra diferentes atividades recreativas, adaptada ao perímetro da casa, adaptando o tabuleiro de cobertura com vergalhões expostos, completado pela adição de uma platibanda envoltória.

Figura 33 - Planta superior e térrea da intervenção Núcleo Cultural La Ye



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Figura 34 - Interior da intervenção Núcleo Cultural La Ye



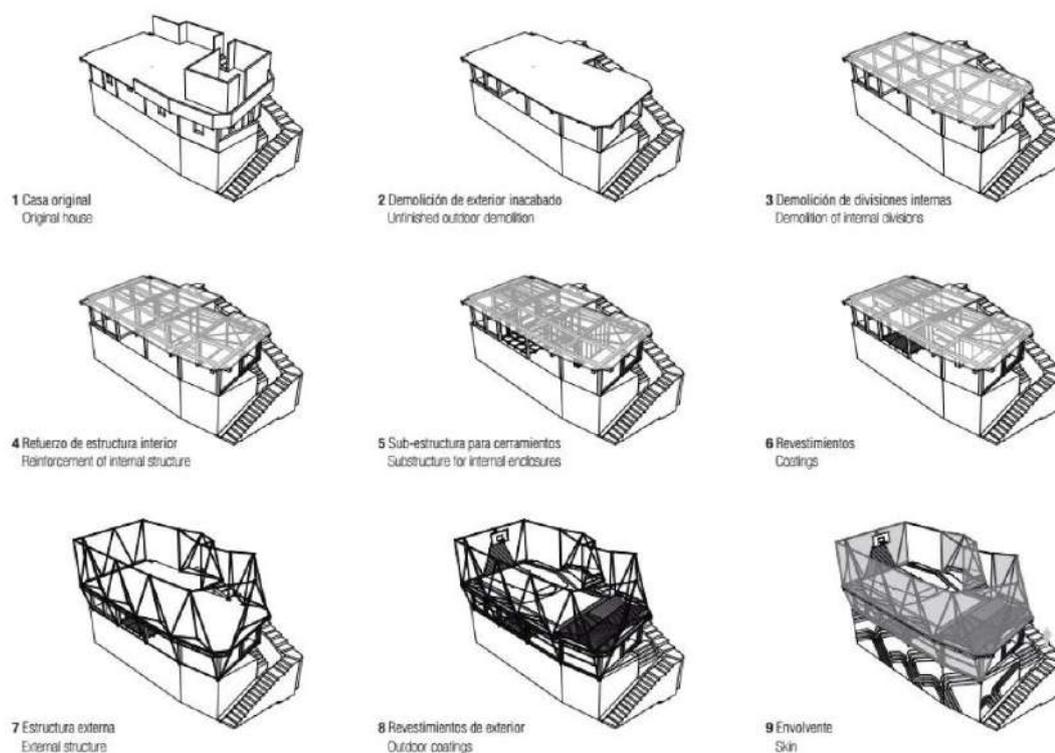
Interior da intervenção Núcleo Cultural La Ye. Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

O nível térreo passou a contar com um programa amplo, respondendo às necessidades detectadas durante o processo de projeto. As saletas foram reconfiguradas em um ambiente contínuo, possibilitando a organização de um estúdio de gravação, uma oficina multiuso, uma sala de informática, uma sala de estar, um banheiro e uma cozinha. A entrada da casa, antes com um pequeno rasgo para a ventilação, foi transformada em um espaço aberto que agora funciona como uma praça de articulação exterior-interior, conectando escada e rua, e permitindo que uma nova leitura do espaço público fosse estabelecida.

Para que o trabalho fosse realizado da melhor forma, foram criadas quatro equipes interconectadas onde diferentes agentes agiam ao mesmo tempo. A equipe de design era encarregada de definir o programa e os usos da nova construção, as estratégias de intervenção e o planejamento do trabalho. O grupo de identidade definia a imagem que representasse o projeto, assim como seus elementos simbólicos. Atividades era o grupo que se encarregou de propor um programa de eventos que aconteceriam durante e após a reforma. Por último, a equipe de comunicação, responsável por desenvolver um trabalho de documentação em forma de uma espécie de diário do trabalho.

Durante a intervenção foram realizados análises e diagnósticos em conjunto com as quatro equipes, o que alavancou uma conversa horizontal que permitiu encontrar com maior facilidade as necessidades básicas da obra assim como um consenso para trabalhar com objetivos comuns.

Figura 35 - Etapas construtivas da intervenção Núcleo Cultural La Ye



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

As ações e soluções eram tomadas durante um processo decisório em tempo real, o que as tornou flexíveis e adaptadas ao cenário, respondendo às perguntas conjunturais e de logística. Um fator muito importante para que a execução acontecesse dentro do prazo estabelecido foi a criação de tal método de trabalho dinâmico e processual, regido pela máxima do “aprender a fazer”.

5.3 Cineteca

Chamado de módulos de espalhamento, consiste em uma ocupação pública que ocorreu na Avenida Bolívar, na capital nacional Caracas, que se encontra na zona centro-norte venezuelana e também é conhecida por ser a cidade mais populosa do país com 2,082 milhões de habitantes (ONU, 2015). Contempla um equipamento para atividades lúdicas desenvolvido gerenciamento à autoprodução- pelos jovens do edifício Omar Torrijos em 2014.

[https://data.un.org/CountryProfile.aspx/_Images/CountryProfile.aspx?crName=Venezuela%20\(Bolivarian%20Republic%20of\)](https://data.un.org/CountryProfile.aspx/_Images/CountryProfile.aspx?crName=Venezuela%20(Bolivarian%20Republic%20of))

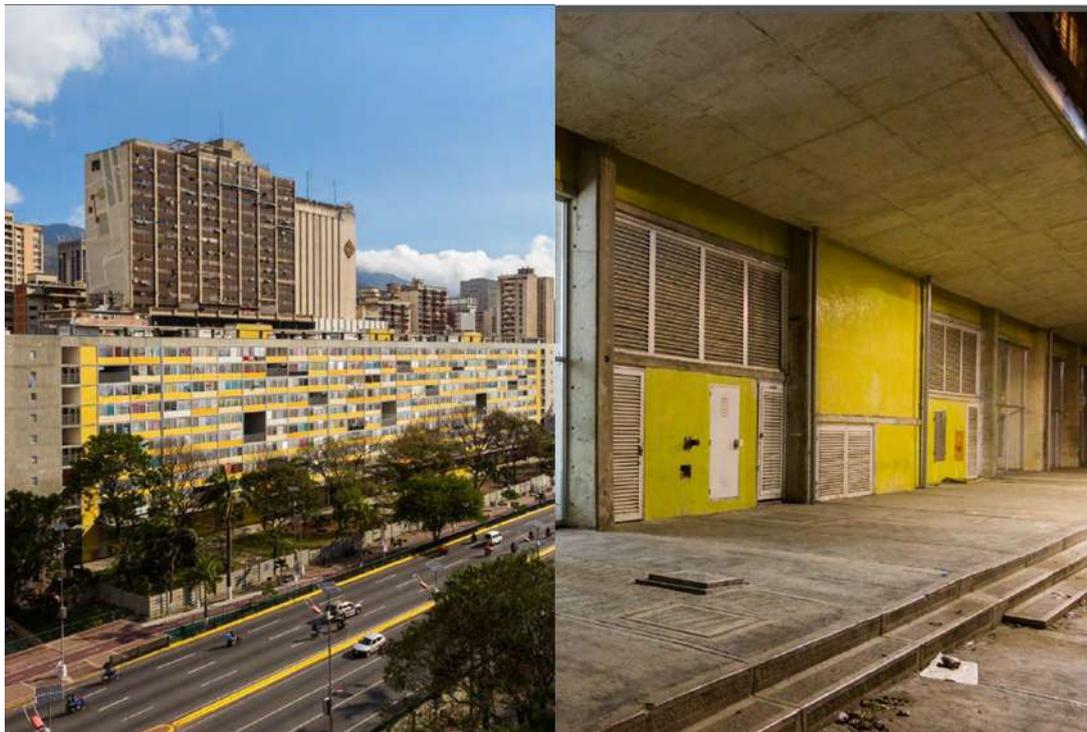
Tabela 4 - Sistematização das informações de projeto julgadas como importantes para maior clareza de entendimento segundo a autora

Projeto	Marcos Coronel [PICO), José Naza Rodríguez (PGRC), Andrea Stanko [Independente), Miguel León [Animal Coletivo].
Líderes comunitários	Ramona Hidalgo, Celina
Comunidade	"Omar Torrijos", Caracas
Equipe de projeto	Karina Domínguez, Sonja Gil, Marja Isabel Ramírez Ingenería
Laboral Engenharia do trabalho	Manuel Coronel
Mestre de construção	Ramón Rojas, Alexis, Robert e Arturo
Brigada de construção	"Lie", "Carolo", "Coco ", " Willy ", " Richa "
Produtor	Nelson Hernández
Gestão Social	Juan Santana
Área de superfície	100m ²
fotografia	Rafael Barragán, José Alberto Bastidas

Fonte primária das informações: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/proyecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Omar Torrijos, nomeado assim por Nicolás Maduro em homenagem a um general panamenho, é um edifício multifamiliar misto localizado na Avenida Bolívar em Caracas que foi ocupado em agosto de 2014 por mais de 450 famílias que vieram de bairros desabados e abrigos emergenciais.

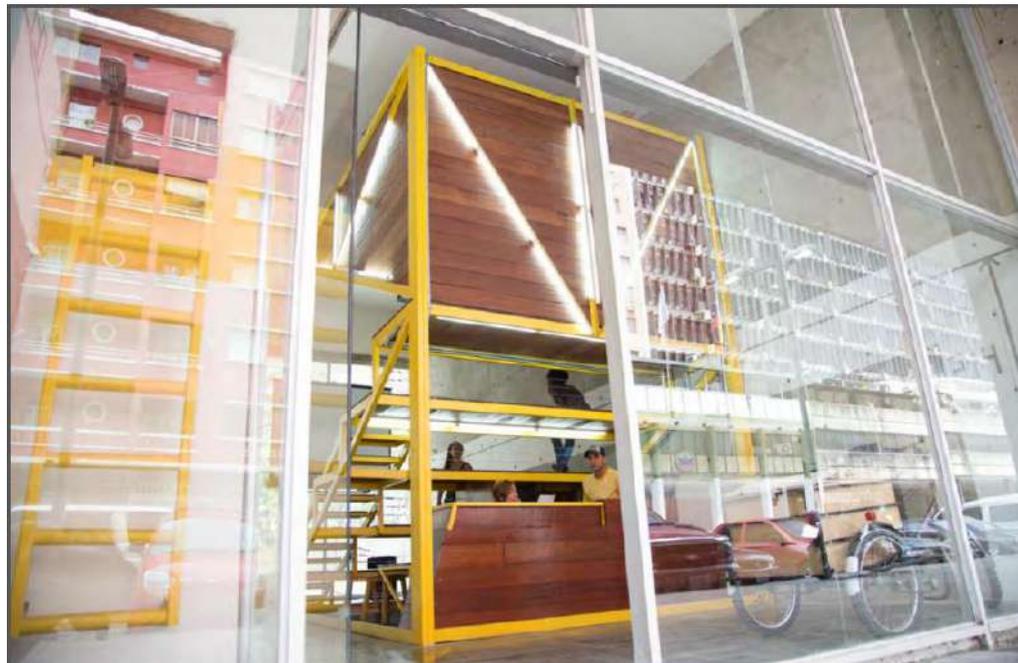
Figura 36 - Vista externa do edifício Omar Torrijos, onde foi realizada a intervenção Cineteca



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inters_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Com o objetivo de consolidar o primeiro sistema de espaços públicos integrados e abertos à cidade e que promova o encontro diário de seus moradores, foi implementada a instalação composta por dois armazéns com pé direito duplo e 50m² e que se comunicam entre si física e visualmente.

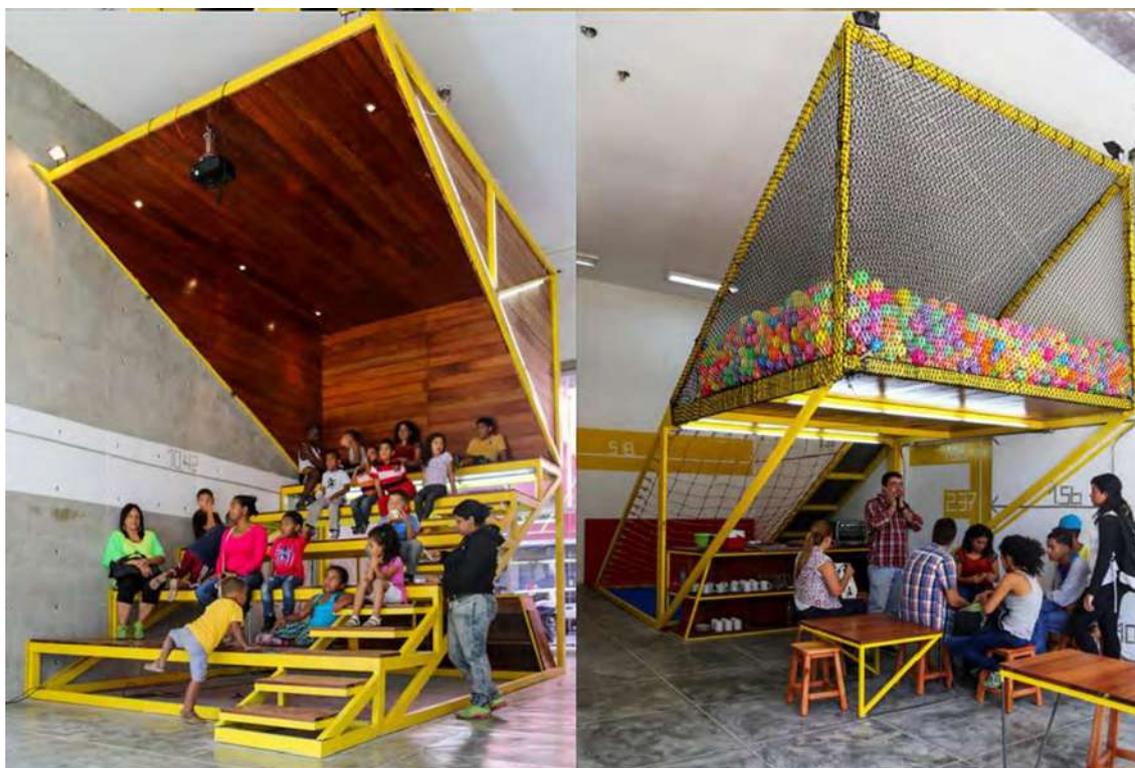
Figura 37 - Vista externa da intervenção Cineteca



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_intervencoes_comunais_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

A cineteca se articula ao redor de duas necessidades fundamentais: a construção de um espaço para projeções audiovisuais, teatrais, de encontros comunitários e de uso variado para substituir o pórtico de acesso ao prédio e um playground alternativo aos convencionais para as crianças do edifício.

Figura 38 - Intervenção atuando como Cineteca e espaço recreativo para as crianças do edifício



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

Para que a construção fosse concluída em apenas quatro semanas, foi desenhado um plano de trabalho onde quem coordenou tudo foram as mulheres da comunidade. In loco, elas lideram as equipes, revisam e ajustam o planejamento geral assim como o cronograma e o inventário. Fora do local da obra, se discute as políticas de gestão social para a gestão do próprio espaço.

A brigada de construção é composta por seis jovens, responsáveis por desenvolver diretamente no local as noções de escala, proporção, forma, função e aspectos relativos ao espaço. São construídas oficinas de serralheria, carpintaria e alvenaria, onde se formam ofícios com o caráter pedagógico da obra.

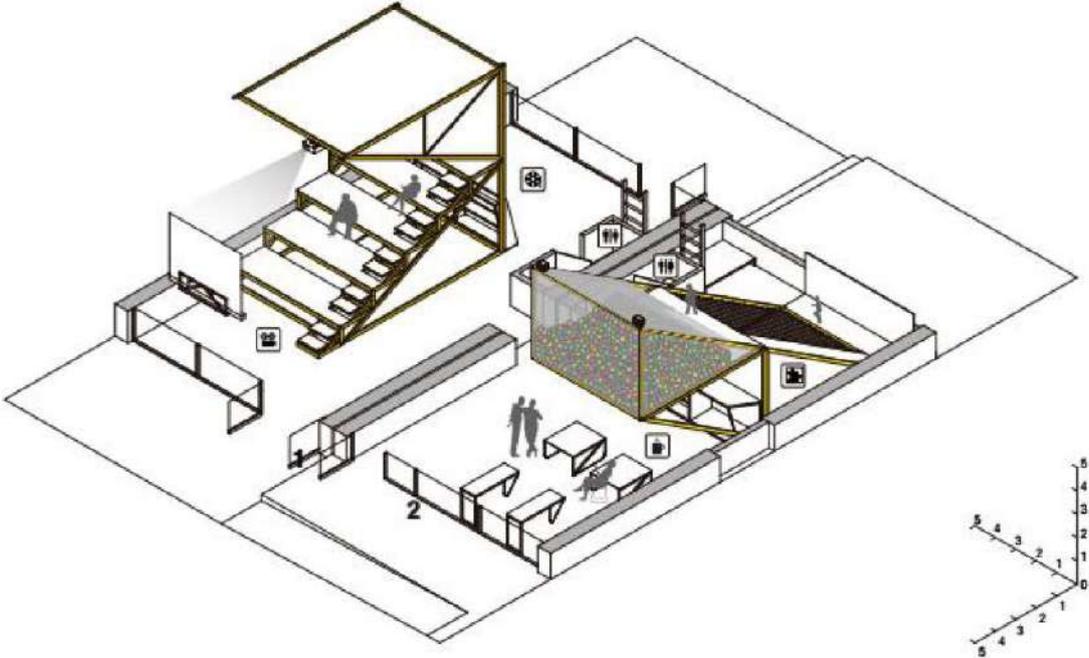
Figura 39 - Equipe de construção da intervenção Cineteca



Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

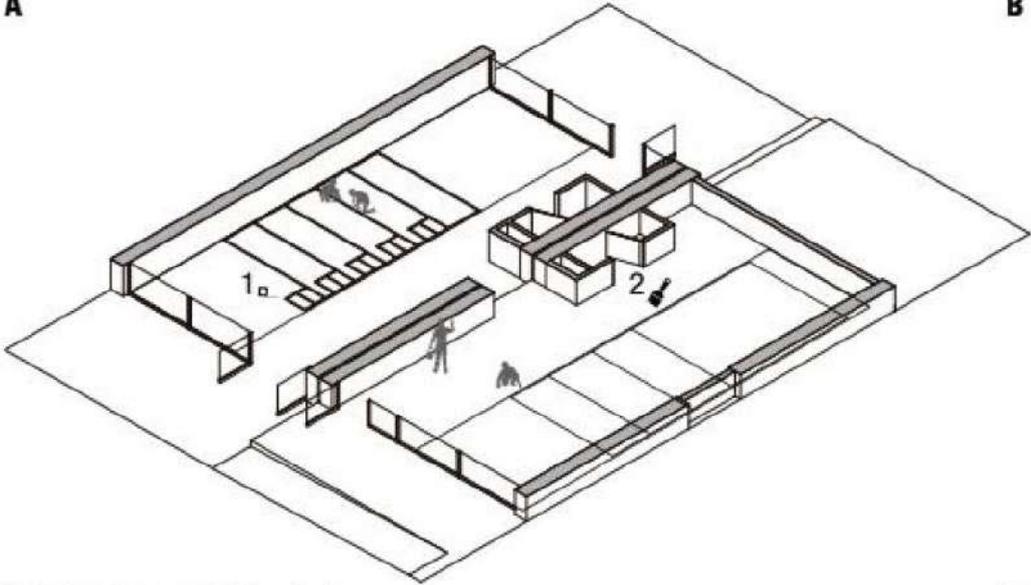
O plano de projeto resolve uma questão em cada parte da estrutura sem alterar a infraestrutura existente, evitando processos molhados e desperdício de materiais. O objetivo é que se construa em cada nicho um objeto compacto para que, em conjunto, atendam às demandas do programa.

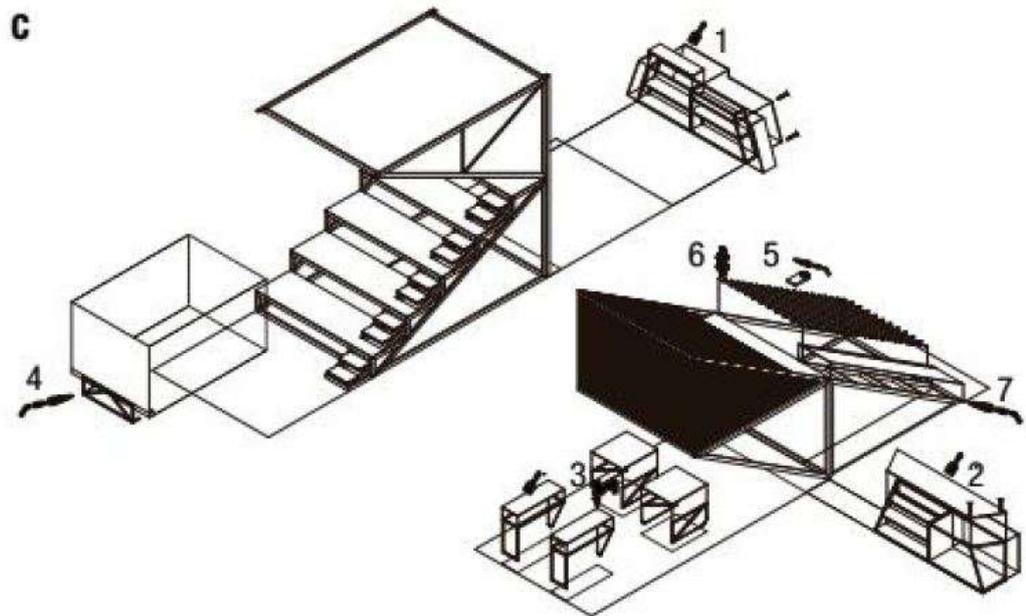
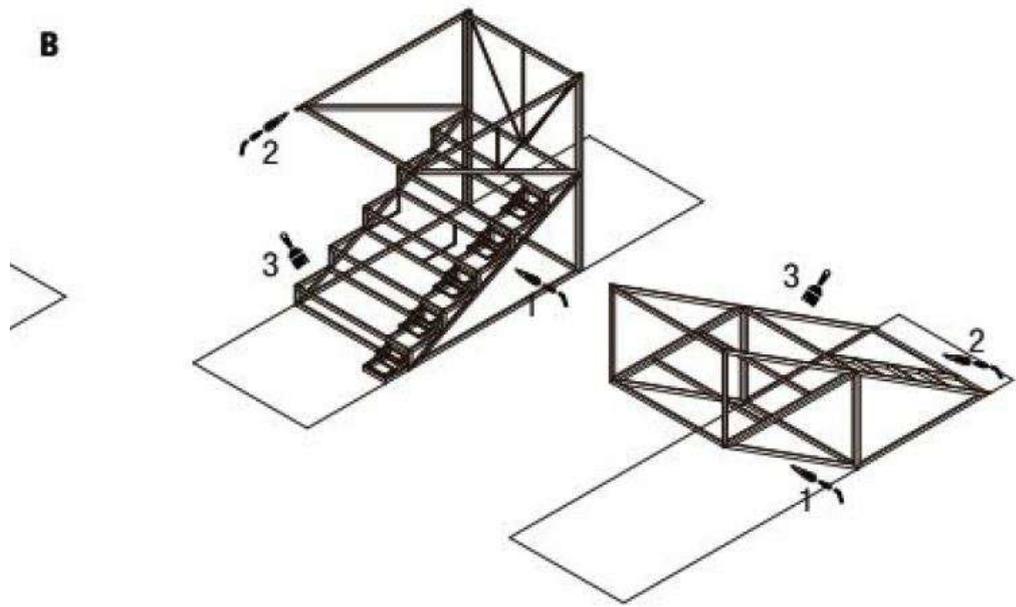
Figura 40 - Etapas construtivas da intervenção Cineteca

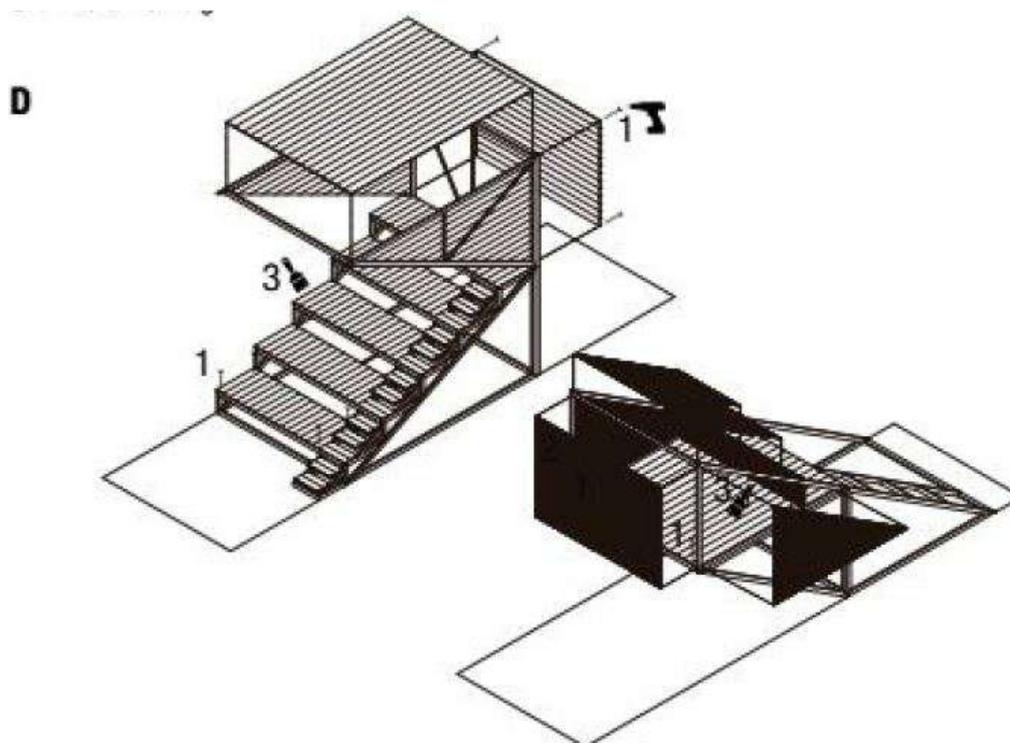


A

B







Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: <issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra>. Acesso em: 19 set. 2020.

O uso, a capacidade e a técnica foram organizadas a partir de um sistema estrutural regido por uma peça única e geométrica consistente em um triângulo horizontal e um diagonal. Assim, há a possibilidade de que o objeto seja replicado em diversas escalas gerando diversas configurações, podendo ser adaptado assim a qualquer ambiente e uso.

Para sua produção, foi realizada uma linha de trabalho baseada simplificada em quatro protocolos simples: medição, corte, montagem e pintura. Com sua simplicidade construtiva, o projeto visa se transformar em uma escola de fácil aprendizagem e que traga lazer e, principalmente, participação ativa dos jovens que ali residem. Com tal participação, ativa, o resultado é uma interação maior da comunidade para que seus moradores se conheçam mais profundamente e, assim, de que avancem em sua autonomia e reconhecimento político de consolidação neste lugar.

A partir de uma comparação é possível a percepção de que foram selecionados três projetos de diferentes escalas para a análise realizada acima. O objetivo era entender as diferentes formas de abordagem do coletivo em diferentes cenários.

Para tal, foi selecionado um projeto de prototipagem residencial em rede, construída e pensada com a contribuição da comunidade, um núcleo cultural e esportivo onde se encontrava uma casa de jogos de azar já deteriorada e marcada pela violência, e, por fim, um desenho de objeto replicável com função recreativa para crianças e adultos, em forma de “jogódromo” ou cinema itinerante.

O que se pode entender, com projetos que ao mesmo tempo diferem-se tanto entre si e ao mesmo tempo se conectam em tantos pontos- como a tão presente questão da colaboração comunitária, por exemplo- é que o foco não é nem a técnica, nem a estética, nem o programa. O que importa aos arquitetos, à interpretação da autora, é que os projetos reverberem e, consigo, carreguem uma mensagem de luta por dignidade e pelo direito à igualdade de espaços públicos de qualidade, seja qual for a classe do cidadão que a irá usufruir.

CONCLUSÃO

Buscando entender especificidades do território em que se dão as intervenções do estudo de caso e se tais particularidades eram essenciais para a tomada de ação do PICO Colectivo, pode-se inferir, mediante pesquisa bibliográfica e documental, que a segregação socioespacial geraria consequências similares na maioria dos países do Sul Global, conforme predica Boaventura Sousa Santos (2018), tendo como hipótese, neste estudo, os desdobramentos na América Latina.

A Venezuela é um ponto fora da curva quando o assunto é acumulação de capital e abundância de divisas, conforme atesta Celso Furtado (2008). Sua economia agroexportadora de caráter latifundiário deu lugar à exportação de petróleo, cujos excedentes foram acumulados pelas elites do país para enriquecimento próprio. A República Bolivariana gerou lucros expressivos pela exportação de petróleo, contudo não investiu em sua independência econômica, dependendo dos preços internacionais flutuantes, explorando suas riquezas naturais. Com pouco investimento na indústria, o país se tornou dependente da importação de diversos produtos básicos, elevando o preço dos mesmos e, em um processo cíclico e ambivalente, buscou equilibrar a relação capital/trabalho em uma relação complexa com as classes dominantes.

Com respeito à estruturação urbana, a base latifundiária venezuelana, somada ao investimento voltado para o mercado e favorecimento de grandes empresas, ditou a organização dos espaços. Um exemplo claro é Caracas, capital do país, que tem em seu centro diversos polos de investimento empresarial e universitário e, ao redor, se apinham os pobres, que vieram do campo, em favelas, em sua maior parte em áreas de risco e investimento do Estado insuficiente.

Entende-se que a industrialização deficitária ou incompleta, em caráter dependente do capital internacional e, mais recentemente os processos de financeirização global, somados ao crescimento populacional acelerado nas cidades de países periféricos gerou diversas consequências negativas à cidade, especialmente para as populações de baixa renda, dependentes do provimento insuficiente do Estado. Os governos em moldes capitalistas, visando lucros e priorizando incentivos às empresas, investe em áreas específicas da cidade, compreendendo o fenômeno da especulação imobiliária e, por decorrência deixando ao abandono locais onde vivem os pobres urbanos, sem infraestrutura, serviços e espaços de qualidade.

A racionalização capitalista, que objetiva o olhar e a ação da eficiência, tende ao abandono do saber popular como saber genuíno. A partir de ideologias, a população é comumente levada a acreditar na realidade que o sistema hegemônico deseja, e uma delas é a hiper valori-

zação do saber eurocêntrico sobre o de outros povos, entendendo este conceito como a supremacia dos países centrais perante os periféricos dependentes (SANTOS, 2018). Tem-se assim a criação de uma barreira nítida entre o norte e o sul globais que promove a perpetuação da colonização entre povos e suas consequências perversas.

Mediante a recorrente segregação socioespacial, ao descaso do Estado – o que é um projeto -, e suas diversas e perversas consequências (DAVIS, 2016), tendemos a buscar alternativas horizontais na esperança de um mundo mais digno. A proposição de paradigmas alternativos de enfrentamento da situação sistêmica nas periferias urbanas, por ações projetuais de participação comunitária como hipótese de propostas conjunturais para problemas estruturais pode ser uma das formas de resistência na afirmação de indetidade dos lugares, autonomia comunitária, qualificação de espaços coletivos indicando uma direção de ampliação das reivindicações populares pelo direito de existir.

Aposta-se em uma virada contra-hegemônica de uma *utopia realizável* (LUZ, 2020, p. 6), baseada em uma revolução epistemológica, com a qual objetiva-se rebater as consequências do capitalismo em direção a um sistema horizontal e igualitário, onde as especificidades não sejam excluídas, mas vistas como alternativas a problemas para os quais sempre foram dadas as mesmas soluções racionais e mercantis (SANTOS, 2018). As estratégias urbanas têm necessidade de um suporte social e político para tornarem-se atuantes, levando-se em conta a vontades da classe operária ou das camadas populares, únicas capazes de mudar sua realidade (SANTOS, 2019).

Este trabalho procurou compreender uma metodologia de integração das camadas populares, especialmente as em condição de opressão, fragilidade ou precariedade socioespacial mediante decisões arquitetônicas compartilhadas, unindo seus saberes sobre os territórios e sobre si mesmas com a teoria e *práxis* dos profissionais, em um diálogo horizontal livre da arrogância colonizadora (PICO, 2017). Entende-se que ninguém compreende melhor as dinâmicas e necessidades de um lugar do que quem o vivencia e este saber é imprescindível para uma arquitetura igualitária que vise contribuir positivamente para a transformação de lugares fragilizados pela linha abissal que polariza a sociedade capitalista. Isto pode portanto ser considerado um projeto pedagógico nos moldes preconizados por Freire (1982).

Tais projetos, conjunturais, para ter poder de tocar o âmbito estrutural e eventualmente apontar para transformações de maior amplitude, devem estar ligados a ações políticas, fomentando formas organizadas de processos de apropriação, formação cívica e, no limite, constituir instrumental para reivindicação de direitos perante a experimentação vivencial atingindo o estatuto de compreensão conceitual. A população oprimida necessita tomar consciência de classe

e unir a teoria à práxis como metodologia para planejar sua ação de tomada de liberdade e autonomia. Permanecendo apenas em teoria, tamanhos esforços podem se reduzir a pensamentos abstratos e, por oposição, a práxis mal fundamentada pode não resultar em ações transformadoras.

Na correria do mundo capitalista e racionalizado instrumental - em busca de sucesso, eficiência e acumulação -, olvida-se de olhar para os lados com respeito e empatia, primordiais para a construção de uma sociedade mais horizontal e justa – o que deve ser premissa fundamental para o campo da arquitetura do urbanismo. Esta nos parece ser a configuração do PICO Colectivo como exemplaridade. De outra sorte, mediante o *status quo* profissional, corre-se o risco de, embora de modo atomizado as pessoas se preocupem com o próximo, possam ser esmagadas pela ideologia hegemônica que as faz acreditar que nada podem fazer para mudar essa situação. E assim continuamos. Este trabalho pretende um esforço de entendimento ao revés, na contracorrente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, André Araújo. **Segregação urbana na contemporaneidade: O caso da comunidade de Poço da Draga na cidade de Fortaleza.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

AMAYA, Carlos Andrés. **Desarrollo Histórico del Sistema Urbano Venezolano: modelos de organización.** Revista Geográfica Venezolana. Vol.40, p-167-199. Mérida, Venezuela, 1999.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos.** Coleção Zero à esquerda, Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BELLO, Enzo. **Constituição e Política na Venezuela: um balanço da conjuntura Contemporânea.** Pensar, Fortaleza. V.24, n.1., p.1-13, jan-mar 2019.

CAÑIZALES, Yosselim. **Venezuela Suma Fuerzas en la Bienal de Arquitectura de Venecia.** Disponível em: <<https://entrerayas.com/2016/04/venezuela-suma-fuerzas-en-la-bienal-de-arquitectura-de-venecia/>>. Acesso em 10 Mar. 2019.

CORONEL, Marcos. **Cultural Production Zone: units for urban creation.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1X3G_eU3ztw>. Acesso em 8 Mai. 2019.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Urbanización, Redistribución Espacial de la Población y Transformaciones Socioeconómicas en América Latina.** CEPAL - Série Población y Desarrollo. n.30, Set. 2002. Santiago, Chile.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

Espacios de Paz - Capitán Chico [1]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b-gwF76sqps&list=PL03J_rMXYb4tVbNDXvtrTK3riUppyB6if>. Acesso em: 15 Mai. 2019.

Espacios de Paz - Pinto Salinas 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X7ZPFAWi-Ac&index=12&list=PL03J_rMXyb4tVbNDXvtrTK3riUppyB6if>. Acesso em: 5 Mai. 2019.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento.** São Paulo: 1947- 1972. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2005.

FIX, Mariana. **São Paulo: cidade global.** Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRANCO, J. T.. **Como o Projeto “Espaços de Paz” está Transformando os Espaços Comunitários da Venezuela.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela>>. Acesso em: 21 Mai. 2018.

FRANCO, José Tomás. **10 Equipes que Querem Mudar o Mundo Através da Arquitetura.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/626183/10-equipes-que-querem-mudar-o-mundo-atraves-da-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=recommendation>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

FREIRE, P. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 34^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 50. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento de divisas.** Rio de Janeiro: Contraponto & Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GORELIK, Adrián. **A produção da “cidade latino- americana”.** Tempo Social, v.17, n.1, pp. 111-133. São Paulo, 2015.

HARNECKER, Marta. **Os desafios da esquerda latino-americana**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HIRAO, Flávio Higuchi. **As questões habitacional e urbana na Venezuela Contemporânea**. Dissertação (Mestrado – Área de concentração: Habitat)- FAUUSP, São Paulo, 2015.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Trad. Maria Elisa Cevasco e Marcos C. de P. Soares. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LUZ, Vera Santana. **Hacia una búsqueda de compromiso social y ambiental: Reflexiones sobre una metodología pedagógica en arquitectura y urbanismo**. Por uma Busca de Compromisso Socioambiental: reflexões sobre uma metodologia pedagógica em arquitetura e urbanismo. Revista Arquitecturas del Sur, v. 37, n. 56, nov. 2019, p. 120-133.

LUZ, Vera Santana. **Por uma autonomia concretizável: proposição de técnicas de arquitetura e infraestrutura de pequeno e médio porte para Comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e ambiental**. Anais V ENANPARQ, p. 1082- 1104. Salvador, BA, 2018.

LUZ, Vera. **Cultura, Técnica e Política: fronteiras contemporâneas de resistência perante fragilidades socioespaciais e ambientais**. Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020. (Mimeo)

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MAYA, Margarita López. **La crisis del chavismo en la Venezuela actual**. Cidade do México: Estudios Latinoamericanos, Nueva Epoca, n.38, 2016. Pp. 159- 185. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/cela.24484946e.2016.38.57462>

MIOTO, Beatriz Tamaso. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/ 2013)**. UNICAMP, Campinas, SP: [s.n], 2015.

MYERS, Lynne. **Pico Colectivo stacks shipping containers to make Cultural Center in Venezuela**. Disponível em: <<https://www.designboom.com/architecture/pico-colectivo-cultural-production-zone-guacara-venezuela-12-11-2018/>>. Acesso em: 22 Mai. 2019.

NAVARRO, Ernesto J. **Cuando los Habitantes se Convierten en Diseñadores: así es la arquitectura social de Venezuela**. Disponível em: <<https://actualidad.rt.com/actualidad/224221-arquitectura-social-venezuela-premiada-bienal>>. Acesso em 20 Mar. 2019.

NAVES, Mônica Martins; CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. **Desigualdade e Desenvolvimento na Venezuela: uma análise histórico-contemporânea**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. ISBN: 978-85-7205-159-0

NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 04 Ago. 2019.

PICO COLECTIVO. Disponível em: <<https://picocolectivo.org.ve/>>. Acesso em: 12 Jun. 2019.

RAUSEO, Newton. **Urbanización, Migración Y Cultura Urbana: Caracas en la modernidad**. Trienal de Investigación FAU UCV 2017. Caracas, Venezuela.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma História da onda progressista Sul-Americana (1998- 2016)- Reimpressão atualizada e ampliada.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Os Espaços da Racionalidade. In: A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** 4. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997. 60 p. ISBN 8527101467 (Broch.).

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **As Ideias Fora do Lugar: ensaios selecionados.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo: 1554- 1880: discurso ideológico e organização espacial.** São Paulo: Editora Moderna, 1984. (Coleção Contemporânea)

SMOLANSKY, Claudia. **“Fuerzas Urbanas”: empoderamiento ciudadano mediante la arquitectura.** Disponível em: <<http://elestimulo.com/blog/fuerzas-urbanas-empoderamiento-ciudadano-mediante-la-arquitectura/>>. Acesso em: 30 Mar. 2019.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Venezuela: Possibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e de integração regional in: **Venezuela: Visões brasileiras.** Brasília: IPRI, 2003.

SOL DE MARGARITA. **Dos Venezolanos Ganaron Premio Joven Arquitecto en Latinoamérica en Bienal de Venecia.** Disponível em: <<http://www.elsoldemargarita.com.ve/posts/post/id:208238/Dos-venezolanos-ganaron-premio-Joven-Arquitecto-en-Latinoam%C3%A9rica-en-Bienal-de-Venecia>>. Acesso em: 12 Jun. 2019.

URBAN FORCES. **Active Strategies.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m4QI-aEb43Q>>. Acesso em: 20 Jun. 2019.

VALENCIA, N. **Sete Lições sobre Ganhar Confiança da Comunidade no Desenho Participativo**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/781302/sete-licoes-sobre-ganhar-confianca-da-comunidade-no-desenho-articipativo?ad_medium=widget&ad_name=recommendation>. Acesso em: 30 Mai. 2018.

VALENCIA, Nicolas. **Venezuelan Urban Acupuncture: Spaces of Peace by PICO Estudio**. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/essays/venezuelan-urban-acupuncture-spaces-of-peace-by-pico-estudio/8686647.article>>. Acesso em: 30 Mar. 2019.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.